

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**



**DE SÃO PAULO À OLINDA:  
DA EMERSÃO À FIXAÇÃO DA FILOSOFIA NO BRASIL.**

Alex Silva Nogueira

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Filordi de Carvalho

**GUARULHOS - SP  
JUNHO 2018**

**ALEX SILVA NOGUEIRA**

**DE SÃO PAULO À OLINDA:  
DA EMERSÃO À FIXAÇÃO DA FILOSOFIA NO BRASIL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação:  
Desigualdade, Diferença e Inclusão.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Filordi de Carvalho.

**GUARULHOS - SP**

**JUNHO 2018**

NOGUEIRA, Alex Silva

DE SÃO PAULO À OLINDA: DA EMERSÃO À FIXAÇÃO DA FILOSOFIA NO BRASIL. / Alex Silva Nogueira. – São Paulo, 2019. 104. p.

Dissertação de mestrado em educação – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018.

Orientação: Profº Dr. Alexandre Filordi de Carvalho

Título em inglês: FROM SÃO PAULO TO OLINDA: FROM EMERSION TO THE FIXATION OF PHILOSOPHY IN BRAZIL.

1. Filosofia brasileira. 2. Faculdade de direito. 3. Ensino de Filosofia. 4. Educação..

**Alex Silva Nogueira.**

**De São Paulo à Olinda. Da Emersão à Fixação da Filosofia no Brasil.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Profº Dr. Alexandre Filordi de Carvalho

Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

**Prof. Dr. Alexandre Filordi de Carvalho**

**Universidade Federal de São Paulo**

---

**Prof. Dr. Rodrigo Pelloso Gelamo**

**Universidade Estadual Paulista**

---

**Prof. Dr. Carlos Eduardo Ribeiro**

**Universidade Federal do ABC**

## RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é analisar a origem da filosofia no Brasil e a sua relação com os homens que receberiam o título de intelectuais, por meio da formação filosófica e ocupariam cargos e funções públicas diante do recém-formado Estado brasileiro. Nossa hipótese parte inicialmente sobre a emergência da filosofia brasileira que se originou nas faculdades de direito (a partir do século XIX) e auxiliaram a formação dos estadistas e, por sua vez, o Estado. O contato inicial com o saber filosófico ocorreu através da formação dos bacharéis em direito que se apropriaram das ferramentas oriundas do saber filosófico e tais conhecimentos históricos foram fundamentais para efetuar o controle burocrático e hegemônico do poder político. Entretanto, a internalização estrangeirada da filosofia europeia, por seus moldes e claramente por suas influências, contribuiu para a formação de saberes e pensamentos que possibilitariam a criação de notáveis pensadores brasileiros. Assim, a emergência da filosofia no Brasil ocorreu pelo caráter estrangeirado dos intelectuais brasileiros, influenciados pela cultura europeia. Ao passo que esses intelectuais seriam forjados nas academias, a filosofia ficaria confinada às universidades, conventos e às próprias academias. Logo, a intelectualidade estaria sob domínio das elites que emergiam juntamente com o processo de construção do saber, além dos resquícios de uma educação europeia, que não possibilitaram a reflexão desse mundo à luz de um saber nacional. Nosso problema trata de: Qual foi a contribuição da filosofia para a formação do Estado brasileiro e ao mesmo tempo dos futuros estadistas que receberam o título de intelectuais dessa pátria ao passo que confeccionaram leis e copiosamente se inspiraram nos modelos europeus, aniquilando a possibilidade de uma valorização cultural nacional? Alinhamos algumas hipóteses para podermos atingir nosso objetivo: A filosofia desempenhará um papel e contribuirá para a formação dos juristas, compreendidos, sobretudo, na produção de uma notabilização intelectual por intermédio das ferramentas desenvolvidas pelos sistemas filosóficos. Não significaria desenvolver um sistema filosófico brasileiro, por meio de um contato inicial e superficial com a filosofia, mas permite observar o legado da filosofia brasileira após o seu desempenho com estadistas e intelectuais que se apossaram do instrumento filosófico. Para tanto, analisaremos alguns personagens que detiveram notabilização a partir da sua formação jurídico-filosófica e fizeram parte da construção do Estado-brasileiro. Em síntese, nossa proposta revisará historiograficamente a emergência jurídica brasileira do século XIX para evidenciarmos o papel da filosofia naquele momento.

**Palavras-chave:** Filosofia brasileira. Faculdade de direito. Ensino de Filosofia. Educação.

## ABSTRACT

The purpose of this research is to analyze the origin of philosophy in Brazil and its relation with the men who would receive the title of intellectuals, through the philosophical formation and occupy positions and public functions before the newly formed Brazilian State. Our hypothesis begins with the emergence of the Brazilian philosophy that originated in the faculties of law (from the nineteenth century) and helped the formation of statesmen and, in turn, the State. The first contact with philosophical knowledge occurred through the training of law graduates who appropriated the tools derived from philosophical knowledge and such historical knowledge was fundamental to effect departmentalism and hegemonic control of political power. However, the foreign internalization of European philosophy, by its molds and clearly by its influences, contributed to the formation of knowledge and thoughts that would enable the creation of notable Brazilian thinkers. Accordingly, the emergence of philosophy in Brazil occurred because of the foreign character of Brazilian intellectuals, influenced by European culture. While these intellectuals would be forged in academies, philosophy would be confined to universities, convents, and to the academies themselves. Therefore, the intelligentsia would be under the domain of the elites who emerged along with the process of building knowledge, besides the remnants of a European education, that did not allow the reflection of this world in the light of a national knowledge. Our problem is: What was the contribution of philosophy to the formation of the Brazilian State and, at the same time, of the future statesmen who received the title of intellectuals of that homeland while they made laws and copiously inspired themselves in European models, annihilating the possibility of a national cultural valorization? We aligned some hypotheses to achieve our goal: The role and performance of philosophy has contributed to the formation of jurists, mainly understood in the production of an intellectual notabilization through the tools developed by philosophical systems. It would not mean developing a Brazilian philosophical system, through an initial and superficial contact with philosophy, but it allows us to observe the legacy of Brazilian philosophy after its performance with statesmen and intellectuals who took possession of the philosophical instrument. Therefore, we will analyze some characters that stopped notable from their legal-philosophical formation and were part of the construction of the Brazilian State. In summary, our proposal will review historiographically the Brazilian legal emersion of the nineteenth century to highlight the role of philosophy at that time.

Keywords: Brazilian Philosophy. Law School. Teaching Philosophy. Education.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>1. DAS FUNDAÇÕES DAS FACULDADES NA CORTE E NO IMPÉRIO BRASILEIRO: EMERSÃO DA FILOSOFIA.....</b>	<b>19</b>
<b>1.1 A FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE.....</b>	<b>51</b>
<b>1.2 ARCADE DE DIREITO DE SÃO PAULO.....</b>	<b>59</b>
<b>2. O PROFESSOR AVELAR BROTERO.....</b>	<b>64</b>
<b>3. MIGUEL REALE: O JURISTA, O FILÓSOFO À SERVIÇO DO GOLPE.....</b>	<b>71</b>
<b>4. O LEGADO DA FILOSOFIA BRASILEIRA.....</b>	<b>82</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>89</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>93</b>

## APRESENTAÇÃO

Há uma Filosofia no Brasil ou uma Filosofia Brasileira? Desejamos com essa pergunta dar início à investigação sobre a emersão e a fixação da filosofia no Brasil, a partir da fundação da faculdade de direito no Império brasileiro.

Com a chegada da família real à antiga colônia portuguesa, o modo de vida seria alterado significativamente para atender às necessidades da nobreza. A colônia útil para o processo econômico, através das atividades de extração e exploração, deveria se adaptar aos novos ares do velho mundo. Deste modo, a família real contribuiria para as mudanças das relações culturais, as relações políticas e as relações de negócios daqueles que haviam se instalado aqui.

Segundo Maria Elisabete S. P. Xavier, pesquisadora e autora da obra *Poder Político e Educação de Elite*, as mudanças referentes às relações na transição da Colônia para o Império possibilitariam significativas contribuições para o processo educacional brasileiro. Com a característica da antiga elite colonial composta por Senhores de Engenho e Pequenos Agricultores, que estariam subordinados aos interesses da Metrópole (XAVIER, 1980, p. 65-66), as novas relações, através de um caráter econômico, forçariam o desenvolvimento intelectual que passaria a reorganizar a vida nas terras destinadas até então à exploração.

O Capital Industrial que surgia na Europa do Século XVIII, especificamente na Inglaterra, traria consigo a necessidade de mudanças significativas na forma de operar a economia, ascendendo à burguesia, em contrapartida iniciaria o declínio do sistema comercial português proveniente de sua modernidade econômica (XAVIER, 1980, p. 67). Ao passo que Inglaterra se industrializaria fortemente, a exploração e a subordinação da colônia portuguesa seriam intensificadas para subsidiar as despesas da coroa. Com a chegada da família real, o processo acabaria por fragilizar ainda mais a economia da colônia.

Ao atracar das embarcações na Baía de Todos os Santos, não se via somente os membros da família real que desembarcariam nestas terras, mas juntamente com eles as forças armadas da coroa e sua guarda real, aristocratas, funcionários públicos, civis, artífices e, em suma, a elite portuguesa que acompanharia a família real nesta Jornada (SALLES, 2012).

As primeiras ações referentes às solicitações dos membros da realeza e da nobreza estariam pautadas por debates públicos com o enfoque nas criações de projetos e nas fixações de leis promulgadas por Dom João VI. Tamanha eram as necessidades que uma das primeiras atitudes da coroa estabelecida nas novas terras, compreenderia a criação das faculdades que



atenderiam às necessidades para o tráfego e a segurança da corte acompanhada de uma vida salubre.

Essas faculdades são inauguradas a partir do ano de 1808 para que pudessem acompanhar e atender às solicitações que se desenrolariam paulatinamente neste solo. Não bastaria trazer a corte portuguesa para estas terras e com ela a sua elite particular, seria de grande importância também desenvolver e criar uma nova elite aqui. Posto isso, a forma de se organizar e de se intelectualizar seria sedimentada com a criação das faculdades na corte a fim de atender algumas demandas que se faziam presentes.

As primeiras faculdades criadas no Brasil com a chegada da família real formariam os pioneiros em áreas como Medicina ou os primeiros boticários<sup>1</sup> (por Decreto de 18 de fevereiro de 1808, o Curso Médico de Cirurgia na Bahia fundado em 5 de novembro do mesmo ano<sup>2</sup>); profissionais formados em engenharia, por intermédio da Academia Militar no Ano de 1810 (Faculdade na Corte: Academia Real Militar, promulgada por Carta Régia de 4 de Novembro daquele ano, inaugurada em Abril do ano seguinte<sup>3</sup>). Tal atitude desenvolveria um primeiro contato com um tipo de saber instrumentalizado que atuaria nas necessidades específicas da nova corte.

A criação das faculdades no Brasil não representaria o rompimento com séculos de formação e fiscalização da Universidade de Coimbra, onde no passado fora a única forma de os jovens estudantes da antiga colônia, ousando se aventurar, buscariam o ensino na corte portuguesa. Haveria um novo tipo de influência e dominação do pensamento português, através de uma nova roupagem que seria importada para as faculdades brasileiras. Os primeiros Lentes<sup>4</sup> ou Professores Catedráticos que lecionariam nas faculdades brasileiras,

---

<sup>1</sup>A origem das atividades relacionadas à farmácia se dá a partir do século X com as boticas ou apotecas, como eram conhecidas na época. A figura do apotecário ou boticário aparece nos conventos da França e Espanha, desempenhando o papel de médico e farmacêutico. Neste período, a medicina e a farmácia eram uma só profissão. O primeiro boticário no Brasil foi Diogo de Castro, trazido de Portugal por Thomé de Souza (governador geral nomeado pela coroa portuguesa). Retirado do site: Sociedade Brasileira de Farmácia Comunitária/SBFC, <http://www.sbfc.org.br/site/paginas.php?id=2>.

<sup>2</sup>Conjunto documental: Bahia, Ministério do Reino. Correspondência do presidente da província. Folhas: 204v e 205 - ofício nº 84. Arquivo Nacional e História Luso-Brasileira.

<sup>3</sup>Coleção de Leis do Império do Brasil - 1810, Página 247 Vol. 1.

<sup>4</sup>Lente é o nome atribuído aos antigos professores de Coimbra que equivale aos professores catedráticos ou Professores universitários. O nome é atribuído por se tratar de um leitor de alta patente no seguimento universitário. Pesquisa efetuada por Evandro Silva Martins Professor Dr. do Instituto de Letras/Mestrado em Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, na obra A ETIMOLOGIA DE ALGUNS VOCÁBULOS REFERENTES À EDUCAÇÃO. (Martins, 2005, p. 35)

seriam indicados pela Coroa Portuguesa e naturalmente sua nacionalidade ou formação provem das terras europeias.

As mudanças promovidas pela formação dos jovens estudantes no ensino superior contribuiriam inexoravelmente para a consolidação de um novo mundo que se desdobraria naquele momento, embora sem acabamento. Despontava a necessidade de um novo tipo de sujeito para a corte brasileira, e este não seria responsável por construções de estradas e pontes, tão pouco estaria associado à técnica de tratamento de doenças subsidiado por medicina natural (curandeirismo ou charlatanismo). O novo ator que estaria compreendido neste cenário passaria a ser fundamental para a composição de uma intelectualidade para prover esse mundo e essa realidade, auxiliando a criação do Estado brasileiro e de suas leis. Seriam esses os Bacharéis em Direito.

Com a criação das faculdades de direito, através da promulgação de Dom Pedro I<sup>5</sup> via Decreto de lei de 11 de agosto de 1827, facultaríamos o desenvolvimento intelectual, político, social e econômico deste País. E por qual motivo seriam os bacharéis de direito responsáveis pelos supostos progressos narrados anteriormente? Estes comporiam a elite desejada desde a proposta de Dom João VI (PAUSINI, 2017, p.5), e auxiliariam o Império na criação de suas leis e na implementação de novos códigos culturais e econômicos, principalmente nas cidades que sediarão as duas Faculdades. Para apresentarmos tal exemplo, podemos destacar duas disciplinas que fariam parte da primeira geração do curso de direito e confirmariam nossa ideia sobre a situação de destaque desses profissionais que estariam em evidência: ECONOMIA POLÍTICA e HIGIENE PÚBLICA (FDUSP. 1928, volume XXIV, p. 167 - 175).

Destacamos essas disciplinas para apresentarmos a preocupação com a economia e a saúde, dado ao fato de que a família real estaria interferindo na composição das relações apresentadas anteriormente. Ainda um novo destaque deve ser observado: mesmo com a criação do curso de medicina, que seria anterior ao curso de direito, seriam os juristas que trabalhariam sobre o regimento legal que institucionalizaria e fiscalizaria o curso de medicina e suas práticas.

Posteriormente haveria a autorização e a judicialização das aberturas e taxações portuárias. Notoriamente são decisões de suma importância para o cenário da época, principalmente pelo viés econômico.

---

<sup>5</sup> LEI DE 11 DE AGOSTO DE 1827. Vide Decreto nº 1.036A, de 1890 Vide Lei nº 9.394, de 1996

Os debates para que as sedes dos cursos de direito correspondessem às solicitações dos homens públicos, como é o caso de alguns Deputados Federais, durariam alguns anos. A partir de 1823, são impingidos os primeiros debates até que finalmente seriam escolhidas duas cidades para sediar as faculdades: uma na cidade de São Paulo; outra na cidade de Olinda.

A cidade de Olinda era mais desenvolvida economicamente do que a cidade de São Paulo no ano da fundação das Arcadas e estava já inserida, no processo de modernização que ainda não seria aplicada ao Largo São Francisco. Contudo, a antiga província de São Paulo alcançaria sua luz de modernização nos anos seguintes da década de 1840 com a produção, a comercialização e a exportação do café. A nova elite que se desenhava não era somente composta por Senhores de Engenho, mas a nova elite cafeeira. Trata-se dos ocupantes da faculdade de Direito, os filhos e herdeiros da antiga elite que ocupariam cargos públicos e não desempenhariam a função de seus genitores. Os filhos da nova Elite emergiam para assegurar os interesses jurídicos e econômicos dela mesma que despontava.

A criação das faculdades de direito teria como principal função originar os primeiros intelectuais brasileiros, esses promoveriam as contribuições provenientes desta intelectualidade consolidando um novo olhar e infligiria um novo papel à economia, à sociedade, ao poder político e às relações culturais que emergiriam nos próximos anos. Assim, com o contexto de produção e exportação, que já havíamos apontado anteriormente (destaque para o café), a situação econômica do Brasil passaria por um processo de mudança que acentuaria novos debates e avançaria no processo da formação desses intelectuais.

Roberto Pompeu Toledo, na obra *A Capital da Solidão*, apresenta com riqueza de detalhes e informações a construção e o desenvolvimento de São Paulo desde os primeiros contatos com o litoral de São Vicente no Século XVI até a transposição conferida pelo decreto do Imperador, reconhecendo a cidade provincial de São Paulo no Século XIX. Neste último século, as fazendas que exportariam o café de qualidade estariam compreendidas no Vale do Paraíba (TOLEDO, 2003 p.356), o que seria muito bom para a cidade de São Paulo economicamente, que desenvolveria sua estrutura enquanto cidade e infraestrutura para atender a mocidade e seus novos moradores.

Por esse motivo, queremos destacar as contribuições efetuadas pela arcada de São Paulo, no Largo São Francisco, que mudariam todo um segmento da antiga província, mas que, como tal, naquele tempo sofriam de mazelas provenientes das mudanças estruturais e culturais que a família real provocaria com a sua estadia na nova corte.

O crescimento vertiginoso referente ao número de habitantes nas cidades e províncias do Império por inúmeros motivos – como: mineração; exploradores de terras; tráfico e

comércio de escravos – intensificaria os problemas em relação ao desenvolvimento urbano e a organização político, econômica e social que deveriam ser resolvidas o quanto antes.

As cidades que sediariam as faculdades como as academias de direito, atrairiam, sobretudo, novos e importantes atores: os futuros estudantes. Provenientes de várias cidades e províncias, distribuídas no Brasil Imperial, esses jovens seriam bacharéis e participariam do processo de intelectualização e erudição, que desempenharia importante papel para o futuro jurídico e burocrático do estado brasileiro.

Segundo Celso Furtado (2005, p. 4), os habitantes do final do século XVIII passariam do total de 300 000 para 3 300 000 devido à mineração. Tal amplitude demográfica causaria grandes distúrbios em relação ao modo de vida na colônia e no Império. A necessidade de subsidiar a vida dos mineradores, agricultores e outros moradores da colônia, se tornaria de grande importância e, segundo Toledo (2003, p. 259 - 266), essa responsabilidade seria incumbida ao poder público.

Através das contribuições provenientes da formação dos bacharéis de direito é que o Império passaria a auxiliar e atender às necessidades dos cidadãos. Alguns desses problemas são: as dificuldades de fazer e fortalecer a economia, determinar e demarcar as extensões territoriais, assegurar o poder político forte e eficiente, promover uma reformulação referente à consciência cultural de colônia de exploração que ainda pairava sobre esta nação, garantir os interesses dos produtores desde os direitos da sua terra até a exportação dos seus produtos, compor leis que garantissem a segurança dos sujeitos distribuídos nos territórios e a segurança para a própria cidade e suas posses públicas.

A execução das leis, que deveriam assegurar alguns interesses já supracitados, promoveria grandes mudanças na conjuntura dos anos que estariam por vir através da formação dos primeiros bacharéis em direito. De modo irrestrito, a importância atribuída ao bacharel em direito nos indica o seu valor e com isso surgem as primeiras características que determinariam o perfil deste futuro jurisconsulto.

A educação que antecedia à formação dos futuros bacharéis de direito já se destacaria pelo prestígio desde sua instrução inicial nos colégios e liceus pós reforma pombalina, diferente do que acontecia no período de meados século XVI até o início do século XVIII, quando a educação servia para dois fins: conversão dos povos indígenas em um primeiro momento e para uma educação instrumental posteriormente, pautada na continuidade do processo desempenhado pela primeira formação, mas que precisaria ser redimensionada e bem mais preparada com a educação formal na Europa.

Segundo Xavier (1980, p. 21), a educação desse período tratava-se dessas preleções iniciais pela formação religiosa, mas que não possuíam um sistema educacional a não ser pela instrução jesuítica de aulas avulsas em algumas escolas, com um único interesse de catequizar, não havendo até 1759 um currículo para a educação pública na colônia e, por fim, não se tratava de uma educação nacional, nem para Portugal e tão pouco para sua colônia.

A educação que se fazia presente na colônia como em Portugal “durante os dois primeiros séculos da colônia” (XAVIER, 1980, p. 21-22) era de composição humanista e clássica; assim seria para toda Europa e não exclusivamente em Portugal.

Ainda vale, contudo, ressaltar que a partir do século XVI ao século XVIII a vida no engenho, de parte das elites, desenrolava-se em um ambiente de educação e leitura. “Os filhos dos Senhores de Engenho possuíam educação com os melhores tutores e criaram hábitos refinados” (D’AVILA, 2004, p. 14). Luiz Felipe D’Avila, em sua obra *Dona Veridiana - A Trajetória de uma Dinastia Paulista*, efetua destaques de extrema importância para a vida da elite no período colonial, que seria controlada pelos senhores de engenho com certas doses do modelo europeu para regular as vidas nas fazendas, não se distanciando do ar europeizante.

A educação “jesuítica” passaria da instrução do catecismo ao plano da educação hegemônica. Compreende-se um novo olhar ao saber, pois este promoveria a formação dos homens influentes da sociedade daquela época, ao passo que a nova ordem educacional formaria Padres e Juristas que ocupariam cargos públicos para o pleno desenvolvimento da sociedade em questão (PAIVA, 2000, p. 44).

Essa educação resgata o que havíamos apontado anteriormente sobre uma educação humanista e clássica: a primeira trata-se de uma formação intelectual que traria consigo as características de uma vida que não compreenderia aquela realidade, dotada de criticidade para administrar as novas cidades provinciais; a segunda tratava-se das obras literárias dos clássicos do pensamento filosófico que fariam parte dos estudos daquele momento, que estariam compreendidos em toda educação europeia. Através das literaturas supracitadas nos perguntamos: como seriam formados esses novos intelectuais? Aliás, do que se trata essa intelectualidade ou como seria composta essa dita intelectualidade?

A disciplina se torna, aí, instrumento capital: disciplina de costumes, disciplina acadêmica, disciplina ascética. A orientação dada para a Filosofia resume bem a concepção de mundo: “desde o início da Lógica se exercitem os alunos, de modo que de nada se envergonhem tanto como de se apartar do rigor da forma; e coisa alguma deles exija o professor com maior severidade do que a observância das leis e ordem da argumentação”. (PAIVA, 2000, p.50).

Desde a educação jesuítica, a importância sobre o rigor e o comprometimento no processo de aprendizagem contribuiriam significativamente para o desenvolvimento do sujeito que lhe fosse pensado e idealizado. Não podendo ser de outra forma, os letrados carregariam o compromisso de fiscalizar atitudes e desenvolver argumentos para reduzir comportamentos inadequados nas capitanias.

O seminário de Olinda, por exemplo, ficou consagrado por ser o mais influente do final do período colonial até a consagração da corte, com o Senhor José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, o bispo de Olinda (1742 – 1821), filho de família abastada, formado em direito canônico em Portugal e defensor inegável da escravidão, é um dos nomes que contribuiriam para os desígnios da educação colonial. Seguidor do Empirismo Inglês e do ecletismo, o Bispo de Olinda seria responsável pela construção do processo pedagógico do seminário de Olinda. Defensor da Coroa Portuguesa, acreditava nos auxílios da colônia para o fortalecimento da economia da metrópole. Para tal, evidenciava a necessidade da formação de filósofos jus-naturalistas – cientista da época (ALVES, 2000, p. 68).

Entretanto, estes avaliadores eram designados aos interesses dos gabinetes e não dos territórios do sertão, assim não efetuariam os inventários dessas terras e de suas fazendas. Por tal problema, a substituição desta função seria compreendida na educação dos profissionais pelas escolas que surgiriam, como a escola-seminário de Pernambuco. Sua grade compreendia “Gramática Latina, Retórica, Filosofia, Geometria e Teologia.” (ALVES, 2000, p. 68-69).

Estes cursos representavam a composição da intelectualidade para a nobreza europeia. Não se trata de uma inteligência comum, mas pensadores em plena função do seu exercício, o pensar, ao mesmo tempo em que era visto de modo negativo o trabalho braçal por parte da elite. A intelectualidade outorgaria funções dos sujeitos nas sociedades, assim como na história da filosofia, a qual esteve em domínios daqueles que comandariam as civilizações, suas cidades e suas produções, enquanto que outros não passariam de servos e escravos com pouquíssima ou nenhuma possibilidade de mobilidade nos estratos.

Aqui encontramos o cerne de nossa pesquisa: seria a filosofia a disciplina ou área de estudo que possibilitaria o surgimento destes supostos intelectuais? E Qual seria o papel da filosofia para os acontecimentos que já foram supracitados? A filosofia contribuiria para o desenvolvimento dessa intelectualidade no decurso da formação e institucionalização do curso de direito? Seria, porventura, esse o legado da filosofia brasileira e, do mesmo modo, seria por esses jovens, oficializado a emersão de um novo tipo de saber?

A filosofia no Brasil não é exclusiva desse período, mas nos debruçaremos sobre aquele momento pela emergência da filosofia brasileira, através da concepção histórica que compreende o surgimento do Império brasileiro. O curso de direito representa o desenvolvimento jurídico e intelectual que atenderia e criaria uma elite brasileira. Quem seria essa elite e qual a sua finalidade? Essa elite será desenhada em um primeiro momento por um conglomerado de fazendeiros e senhores de engenhos na era colonial e substituída pelos seus descendentes que conquistaram o título de bacharel em direito<sup>6</sup>.

Esses títulos lhes confiaram cargos públicos, cargos de confiança junto à corte, certo prestígio, “Poder” e um novo tipo de riqueza que lhes interessava mais do que a riqueza das fazendas: o Cosmopolitismo (TOLEDO, 2003 p. 309), cabendo lembrar que os frutos da fazenda e da exploração já lhes pertenciam, ou seja, os bacharéis eram esses proprietários e, por possuírem tais bens, lhes interessava agora a riqueza que não estava em suas posses. Essa educação que fomentaria os bacharéis de direito surgiria com a instrumentalização de um tipo de pensamento que se oporia ao saber típico dos senhores de engenho e de suas atribuições, criando um saber livresco e definitivamente intencional.

Esse saber precisaria ser regulado pela autoridade de lentes do curso de direito para que o desempenho dos intelectuais pudesse ser notável. Aos Notáveis estão compreendidas as capacidades específicas como conhecedores da História Jurídica, Oratória, Retórica, Argumentação, da Lógica, do Grego e do Latim. Ao que somente após essa formação poderiam apresentar habilidades para acompanhar as mudanças de modo efetivo.

Assertivamente a instauração da disciplina de filosofia supriria a necessidade estrutural da formação dos jovens intelectuais e contribuiria para seu desenvolvimento cognitivo. Seria o bacharel aquele que possuiria a conclusão do curso através da defesa de sua tese e os jurisconsultos seriam aqueles que somente obtinham a graduação em direito. Contudo, ambos competentes nas suas funções e mesmo assim diferenciados pelos títulos de sua formação provenientes de suas teses. Tais títulos eram as garantias fundamentais para que ocupassem funções e cargos públicos designados pelo Império.

Ambos produziram saberes que garantiriam os interesses hegemônicos e que poderiam se valer para criar as leis que operariam de acordo com os desejos e interesses da nova elite. Estes por sua vez usariam da filosofia como instrumento para se intelectualizar e superar debates e conhecimentos estritamente técnicos, a fim atingir seus interesses.

---

<sup>6</sup> Segundo Raymundo Faoro em Os donos do poder, a mudança de status desses fazendeiros ocorre pela transmutação em cargos jurídicos (2001, p. 125)



Para compreendermos o surgimento desses intelectuais é necessário entender quais são os mecanismos ou ferramentas que constituiriam essa intelectualidade, aqui surge uma hipótese para nossa pesquisa: a filosofia estaria encarregada de produzir esse intelectual através de sua longa jornada e de seu legado de confiar ao mundo grandes pensadores. Da mesma forma que acontecia na Europa, ela promovia a intelectualidade e o discernimento das questões referentes aos problemas sociais elevados ao debate filosófico.

As áreas que compreendem o campo de estudo filosófico, além de amplas, são de um grande grau de complexidade, e que acabam por criar pensadores em áreas e segmentos específicos. A multiplicidade de informações e conhecimentos oriundos do saber filosófico possibilita o enriquecimento do discurso e da erudição de quem dominar suas ferramentas, técnicas e teses.

Portanto, seria fundamental compreender o ensino de filosofia no curso de direito, através de uma análise documental. Significa dizer que a filosofia comporia parte do curso de direito através de suas disciplinas ou dos notáveis nomes que participaram da grande tradição de fundar e instrumentalizar o pensamento humano com vários temas como: liberdade; lei natural; lei positiva; justiça. Por esse motivo, criar pensadores antes de jurisconsultos: primeiro para pensar aquele cenário; segundo, para legislar; por fim, para operar na fiscalização e no julgamento dessas leis: “O Estado organiza o comércio, incrementa a indústria, assegura a apropriação da terra, estabiliza preços, determina salários, tudo para o enriquecimento da nação e o proveito do grupo que a dirige.” (FAORO, 2001, p. 72)

O escopo de nosso trabalho centra-se no debate sobre a relação de poder proveniente da formação dos primeiros juristas brasileiros e os atributos que consolidariam a intelectualidade dos mesmos. Analisaremos a formação intelectual dos jovens juristas que definiriam as práticas das relações políticas, econômicas e sociais do Brasil, que se formavam no século XIX.

Para tal empreitada, trabalharemos com literaturas que são reconhecidas pelo seu caráter historiográfico e pelo seu notável e fecundo estudo da cultura brasileira. Destacamos dois dos principais referenciais teóricos que estarão em maior evidência nessa pesquisa: Raymundo Faoro e Oswald de Andrade. Destacamos o primeiro pelas suas contribuições sobre a sua pesquisa referentes aos intelectuais exposto na obra: *Os Donos do Poder*; Andrade nos possibilitou a confecção de uma análise crítica, por meio de seu movimento antropofágico, o qual nos permite evidenciar o nosso problema: Qual seria o papel da filosofia no Brasil? Quais as características e particularidades da filosofia brasileira com relação aqueles que praticam o exercício filosófico? Questões que nos propomos a responder.



Para tanto, serão considerados outros referenciais teóricos pelos debates a cerca da filosofia e o curso de direito, debates esses, sustidos principalmente por Sylvio Romero (1851-1914), Washington Luis Vita (1921-1968), Roberto Gomes (1944), Sérgio Adorno (1953), Luiz Alberto Cerqueira (1954), entre outros, que questionam sobre as origens do nascimento da filosofia no Brasil: o contexto que predominou para seu aparecimento, o papel atribuído ao seu campo de ação, suas contribuições para o nascimento de um tipo de intelectualidade que se propunha traçar estrategicamente os interesses políticos/econômicos da nova elite.

Ressaltamos que nossa pesquisa visa uma investigação de análise documental. O eixo temático compreende o papel fundamental e de suma importância que a filosofia desempenhou na criação e composição da intelectualidade dos primeiros juristas. Entretanto, nossa investigação também se interessa pelo legado promovido por essa filosofia e por meio desses ditos intelectuais.

Incitamos ainda a um debate sobre as práticas filosóficas no Brasil do século XIX e seus efeitos futuros para a construção de um imaginário social e para a emulação dos atores brasileiros que comporiam a nova elite que se destinava ao poder.

Em segundo plano, questionamos a fixação da filosofia brasileira pela natureza de seu estrangeirismo que será isolada nas universidades sem acessos aos grupos que não fazem parte dessa dita elite. A falta de acesso ao conhecimento filosófico nos indica o interesse de manter discursos e pensamentos longe de pessoas que pudessem comprometer o andamento dos planos estatutários.

Nossa escolha referente ao pensamento *Oswaldiano* se dá, não somente pela contribuição histórica do seu pensamento e fecunda crítica ao modernismo brasileiro, mas pelo delineamento que a sua antropofagia fez ao pensar a cultura brasileira. Além de elevar o nossa pesquisa a um patamar de criticidade, quando nos deparamos com um problema sobre a filosofia brasileira, contribuiu também, para pensarmos o que é a filosofia brasileira e o que fazemos ou fizemos para romper com o estrangeirismo empregado no trato filosófico. Por esse motivo, nosso referencial teórico, que trata, sobretudo, da revolução carámba, olha também para a formação filosófica dos juristas.

O suposto nascimento da filosofia brasileira vincula-se à necessidade de modernização que se fazia presente no Brasil do século XIX, que acentuava as distinções entre classes econômicas, o desenvolvimento urbanístico, a hegemonia cultural europeia e o aparecimento de novos signatários da elite. Em a “*História Econômica do Brasil*” (2006), Caio Prado

Junior, afirma que o capitalismo no Brasil se desenvolveria totalmente após a Segunda Guerra Mundial, contudo, seria no século XIX que a consciência pré-capitalista seria pinçada.

A formação do pensamento jurídico em Portugal fortaleceria as relações de poder real. Enquanto que os juristas portugueses estariam na construção dos instrumentos legais para assegurar os interesses do rei, esse último faria valer os seus ideais sobre os demais através da consolidação dos direitos romanos. Entretanto, nas terras brasileiras os juristas e bacharéis confeccionariam as leis e estes se apropriariam da erudição e dos instrumentos legais para promover o desenvolvimento do Estado brasileiro e ao mesmo tempo, assegurariam seus interesses políticos e econômicos.

Acentuando a nossa análise, tenderemos a indicar que foi para sustentar os interesses dessa elite que se fez necessária a construção da intelectualidade brasileira e porventura a filosofia copiosamente atribuída ao interesse da elite capitalista nacional seria assimilada pelos pensadores “pseudo-tupiniquins” que, por fim, dominariam de modo abrangente as relações desenvolvidas e pensadas para este lugar.

## **1. DAS FUNDAÇÕES DAS FACULDADES NA CORTE E NO IMPÉRIO BRASILEIRO: EMERSÃO DA FILOSOFIA.**

As necessidades e as mudanças causadas pela transposição da família real às terras tupiniquins seriam imediatamente atendidas para satisfazer a nova corte que sentiria a necessidade de adequar a seu modo de vida à nova realidade e, para isso, seria fundamental ressignificar a própria ideia de sociedade, de modo que, essa pudesse atender os desejos políticos e econômicos para elevar o status em consonância com os ideais do futuro Estado.

Evidentemente, que não podemos descartar as poucas instituições que já estavam se desenvolvendo e com seus respectivos representantes por aqui, antes mesmo da família real chegar a atracar nessas terras.

Destacamos duas das instituições que possibilitaram o desenvolvimento da colônia: a igreja e as famílias proprietárias dos engenhos. A igreja católica que desde o século XVI catequizava e normatizava comportamentos dos índios e dos próprios homens livres; as famílias senhoriais, “uma instituição ampla que incluía filhos, agregados, escravos, etc.” (MACHADO, 2017, p.1) que criaram as suas próprias regras e instituíram algumas leis frente aos interesses econômicos desde o Brasil seiscentista para capitalizar e produzir riquezas para corte e em segundo plano se estabelecer nessas terras para evitar que invasores de outras pátrias residissem aqui, atendendo o desejo da própria corte portuguesa (PRADO JR., 2006).

Novas instituições seriam fundamentais para reorganizar a vida em sociedade e automaticamente atender as necessidades da corte recém-chegada em 1808. Necessariamente esses interesses deveriam assegurar os desejos das velhas elites e se adequar aos novos projetos da coroa que programariam mudanças políticas, sociais e econômicas que iriam reificar as instituições, legitimando-as.

Diante das críticas referentes às tímidas ações do governo de D. João VI, acompanhadas do sutil resquício da influência iluminista conduzida por Pombal, somaram-se a instabilidade e o descrédito da velha elite brasileira por haver uma possibilidade de retorno da família real para a antiga corte portuguesa. Por conseguinte, iniciou-se um processo de mudanças no sentido político e econômico para, posteriormente, afetar o aspecto cultural. É nessa conjuntura que emergem os debates sobre a fundação da Universidade brasileira.

Esses debates ganham força diante do novo clamor das elites portuguesas no ano de 1820, já sob a influência da onda revolucionária francesa e da instabilidade governamental espanhola que oscilava entre monarquia e república, respectivamente: constitucionalismo e absolutismo. Como resultado desta proposta e em busca de atender às necessidades da elite

portuguesa, uma nova postura é apresentada com o possível retorno de Dom João VI para Portugal, mas que deixaria para trás as instituições que seriam incorporadas por uma elite que emergia.

Tais ações revogariam todos os dispositivos de estruturação da corte brasileira, que foram estabelecidos no território entre 1808 até 1820-21, o que naturalmente acirraria a disputa entre as elites do reino e da corte, por se tratar de questões que envolveriam status e poder para o futuro da corte no Brasil, tencionando ainda mais os interesses da elite portuguesa.

As manifestações espalhadas pelo império são iniciadas ao mesmo tempo em que as exigências da elite portuguesa reivindicavam uma atitude do Rei.

Efeito dessa mudança seria o processo burocrático proveniente da formação desse novo Estado, ou seja, desse reino. Esse contexto afetaria o modo de vida na corte brasileira e nas províncias que se desenvolveriam para produção e a exportação dos produtos através das novas demandas que surgiriam com o advento da modernidade.

Com novas perspectivas econômicas, que seriam fundamentais para concretização dos interesses da elite brasileira, surgiriam novos debates referentes às formalidades e possíveis mecanismos para atender os ideais que eram propostos por líderes políticos e fazendeiros da corte.

A velha elite dos senhores de engenho e o trato do açúcar foram o sustentáculo econômico que amarrou os interesses da metrópole durante o século XVII até meados do século XVIII. As contradições emergidas pelos impostos e o modo de vida na colônia, fragilizaria as relações essas relações e com a queda do comércio do açúcar uma nova elite, secularizada (SILVA, 2011, p. 04), surgiria a fim de governar com outro sistema político-econômico.

Sobre esses sistemas destacamos a própria importância de origem lusa referente aos meios jurídicos em que se aplica a normatização e as leis para com que seja feito e assegurado os interesses dos cidadãos e do próprio rei. As leis marcariam o surgimento de uma nova forma de se fazer política e assegurar aos grupos e agentes econômicos a segurança necessária para se desenvolver capitalisticamente e criar rendimento para funcionários do Estado, para a coroa e para os próprios capitalistas e donatários de terras.

As ações legalistas para as transformações necessárias que sustentariam os desejos econômicos não surgiriam de um grupo interno na nova corte, mas estariam em formação nas universidades europeias vislumbrando um novo mundo e se refazendo para poder efetuar as novas dinâmicas econômicas, sociais e políticas que conheceram lá fora.

Salientamos que a formação desses jovens aprendizes não produziria notáveis feitos instantaneamente, sobretudo, por uma fragilidade primeva nas instituições que estariam lotadas na colônia e não desenvolviam, efetivamente, soluções para pensar a vida em sociedade e não seria de sua responsabilidade tal preocupação; não criaram o Estado, mas possibilitaram a fragmentação do próprio por negligenciar a sua construção; fato final é a interferência da metrópole para que não se consolidasse um Estado que pudesse romper ou independer os seus interesses. “As reformas, encaminhadas a devolver a nação a si própria, deveriam romper o círculo de ferro na cúpula do poder e abrir as comunicações políticas com as forças locais, os municípios e as províncias.” (FAORO, 2001, p. 274).

Dois problemas iniciais permeiam o caráter desse Estado em formação: o primeiro em respeito àqueles que constituiriam a história desse Estado e o segundo problema refere-se ao seu reconhecimento e notabilização.

Sobre o primeiro problema destacamos o nome de Bernardo Pereira de Vasconcellos (1795-1850) que se opunha aos interesses do imperador Dom Pedro I, confabulando entre seus pares o surgimento dos ideais liberais no período da primeira regência em especial no ano de 1826. A necessidade de rever os poderes conferidos ao imperador, outorgado pela assembleia constituinte de 1824, que segundo o partido liberal, não atenderiam os interesses populares, do qual fazia parte o senhor Bernardo, formado em Coimbra na área jurídica e ocuparia o cargo de deputado da primeira assembleia legislativa do império, onde trataria, entre alguns problemas, a necessidade de pensar os cursos de direito e a necessidade de uma reforma judiciária.

O partido liberal “cada vez mais distante de suas incendiárias raízes europeias, procura o rumo do comando do governo por meio do parlamento.” (FAORO, 2001, p. 265), contudo, esse parlamento estaria em posse do controle imperial e seus opositores ainda estariam em pleno compasso da formação europeia. Tal advento não possibilitaria uma análise mais profunda sobre as necessidades dos cidadãos brasileiros, mas apresentava a preocupação dos grupos hegemônicos que importavam ideais de comercializações e produções que satisfizesse a elite daquele momento na construção de direitos específicos.

Sobre o segundo problema apresentado se trata dos direitos dos filhos declarados dos ultramarinos de Portugal: estes seriam os únicos que possuiriam formação superior efetivamente, pois estariam estudando em universidades; contudo, não participariam de aulas específicas nas Universidades pela existência clara de uma hegemonia no processo educacional que não privilegiava os estudantes da colônia. Mas estes ao chegarem à corte, gozavam dos privilégios e dos cargos ofertados pelo imperador.

Evidentemente que o controle estabelecido por este processo possibilitaria limitações para o desenvolvimento da intelectualidade no império brasileiro e automaticamente, havia uma obstrução nas ações desses jovens iniciados pelo imperador em cargos públicos, frente à construção de uma narrativa progressista, a qual poderia fundamentar e compor o Estado ao mesmo tempo em que efetuassem a independência econômica e social da corte, indo na contramão dos interesses da antiga metrópole.

Tamanho o entrave no processo de formação desses jovens que os cargos ocupados por eles, segundo as palavras de Faoro (2001, p. 265) seria meramente decorativo, pelo aspecto da fragilidade dos seus domínios com a constituição e as leis brasileiras.

Contudo, movimentos contra o sistema político vigente, como o caso de algumas revoltas emergiam nas ruas, eram noticiados em boletins e jornais e se fazia presente no parlamento.

Apesar das ativas campanhas promovidas pelas revoltas e movimentos sociais desde o final do século XVIII, a fim de libertar a colônia do controle do império português, essas não obtinham êxitos concretos e para isso deveria ser pensado um mecanismo a fim de atender à necessidade desses homens. Era necessário a construção de instrumentos legais para efetuar a emancipação do império.

A relação entre a corte portuguesa e a colônia se dava através da exploração (eram explorados os minérios, a matéria prima, as terras com plantios destinados à exportação e explorava-se a mão de obra escrava), entretanto, com a alteração da corte, que sairá da metrópole para se estabelecer no Brasil, essas relações de “poder” estariam comprometidas. Compreende-se essa relação através das diversas manifestações de poder entre sujeitos e instituições nas terras da corte brasileira.

Os homens que confeccionariam esse Estado estariam comprometidos com o desejo de fazer suas leis e suas regras e, para isso, a produção de uma subjetivação da relação de dominação passaria a ser construída aos seus moldes.

Segundo Faoro (2001, p. 258) não ocorre o desaparecimento ou substituição da colônia ou dos seus representantes, mas o fato é que houve uma modernização da própria realidade e do status dos sujeitos que fazem parte da corte. Esses novos sujeitos seriam escolhidos segundo os desejos e planos do próprio Imperador “Uma ordem metropolitana, reorganizada no estamento de aristocratas improvisados, servidores nomeados e conselheiros escolhidos, se superporia a um mundo desconhecido, calado, distante.” (FAORO, 2001, p. 259)

Essa nova ordem corresponde à corte em transição, que atenderia aos desejos do novo império já em 1822, enquanto que o seu distanciamento do domínio português iniciaria uma série de rompimentos frente aos interesses hegemônicos da antiga metrópole.

Evidentemente que alguns objetos são produzidos dessa relação e destacamos aqui o saber como instrumento estratégico para a configuração dessa imagem intencional na produção de uma dominação, para ser instaurada à concepção de Estado.

O soberano está representado, aos moldes de Portugal, ao poder mais fecundo e intocável das estruturas políticas. Por esse motivo era necessário repensar as estruturas e instâncias que seriam confiadas ao Rei, já que tanto soberano quanto nação estaria distante nos aspectos econômicos e políticos. Seria necessário repensar uma organização estatutária ou contratual que assegurassem os interesses e direitos dos dois grupos.

Ao olhar dos opositores, a proposta referente a um tipo de “monarquia constitucional” inviabilizaria as mudanças e garantias que lhe seriam tão caras. Contudo, é nesse argumento que surge a notável sabedoria, proveniente daquele que seria educado na metrópole, por assim dizer, na Europa. A formação de uma aristocracia poderia democratizar os poderes e se necessário iria barrar os interesses despóticos do soberano. Mas não seria exatamente isso que iria ocorrer.

A justificativa para a construção do poder moderador reside na má índole dos brasileiros e na possibilidade de sua corrupção. Retórica essa que burocratizaria o Estado e asseguraria os interesses do Rei. O soberano controlaria as relações políticas e obviamente administraria os interesses do estado através das criações de impostos e nas construções de leis. Entretanto, o enclausuramento dos legisladores junto às câmaras e as assembleias lhes permitiriam o tempo e a aprendizagem ideal para ocuparem os cargos políticos no futuro.

O que devemos realçar é o saber para além do campo do conhecimento, transbordando para a emergência ou formação de uma ideia que se instale e seja assimilada para desenvolver um governo que pretende fundar o seu Estado.

Importante descobrir a origem e, sobretudo, a natureza desse saber. A ferramenta que possibilitaria o olhar sobre problemas de ordem social, político, econômico, estrutural e institucional. A despeito desse saber, deveria possuir em sua essência, o vigor e a legitimidade, provando o seu poder e o seu valor. Tais características estariam presentes na filosofia.

A filosofia comporta os elementos fundamentais para pensar o mundo e as suas múltiplas facetas. A filosofia possui métodos, como aponta a trama do pensamento de Oswald de Andrade em a *Crise da Filosofia Messiânica* (1978, p.42), possibilitando a passagem do

*selvagem para civilizado*. Vale ressaltar que o contexto da filosofia exportada, segundo Oswald, não nos possibilita somente o processo civilizador, mas nos encarcera em níveis transcendentais como procuraremos desenvolver mais adiante.

A filosofia poderia auxiliar na construção de uma cosmovisão para se pensar uma realidade e construir um projeto de nação que surgisse a partir da necessidade de desenvolver instituições e fundar um estado, confeccionado por um tipo de saber muito específico.

Segundo Toscano (2017, p. 30), o papel da filosofia seria exatamente a problematização das coisas e dos elementos que nos tornam o que somos a partir daquilo que negamos para nos afirmar, possibilitando compreensão e efetuando análises críticas da sua realidade pelo processo discursivo, que pode ou não fazer parte do saber e este, por sua vez, pode ou não fazer parte da ciência. O saber é considerado um elemento da transformação histórica e seria através dessa relação que os jovens aprendizes do poder poderiam estabelecer mudanças vigentes em sua realidade.

A emergência da filosofia brasileira não se dá, pelo menos inicialmente, para a criação de filósofos, pois, se fosse desse modo, teríamos assistido a história referendar a criação das faculdades de filosofia antes de qualquer outra faculdade (nos ateremos a isso mais tarde). Mas através do exercício filosófico, os detentores de tal saber poderiam racionalizar a realidade vigente e estipular respostas e soluções para os problemas contemporâneos a sua realidade e talvez efetuar projeções sobre o seu futuro.

Enfim, seria importante contar com um instrumento que contribuiria para analisar e problematizar a própria realidade e ao mesmo tempo criar e legitimar pensadores, a fim de direcionar homens e sociedade, ao que podemos responder a segunda parte do nosso problema, dando vida à ideia queurgia em pleno século XIX – formar o brasileiro civilizado, que seria forjado pelos bacharéis em direito através de suas propostas e leis.

Cabe a filosofia um papel especial na formação dos futuros juristas que possa prepará-los para desenvolver instrumentos cognitivos para o exercício crítico e reflexivo da arte jurídica.

De certa forma os bacharéis em direito se utilizariam desse conhecimento para efetuar as ações de seu interesse. Esse conhecimento particular que, como em um duelo, o homem tende a dominar, permitiria aos jovens bacharéis os mecanismos, através das ferramentas necessárias para execução do seu plano, idealizados pela modernidade da época: o saber materializado através do discurso.



Mesmo com uma mínima possibilidade de construção do saber, causada pelo modelo educacional designado aos estrangeiros junto à Universidade de Coimbra, seria colocado em “xeque” à sujeição de todo um reino em detrimento dos interesses de uma corte além do mar.

Daí surge à importância de construir e consolidar uma sociedade para responder e corresponder aos ideais de um estado e seus estadistas.

Qual seria o interesse de educar os descendentes da Corte em Coimbra? O objetivo é conferido ao processo de intelectualização que poderia promover outro tipo de independência dos homens e não somente do status do Império, o que não agradaria a elite portuguesa naquele momento, afetando assim a economia proveniente da exploração.

Por este motivo seria fundamental para a elite portuguesa, que ainda residia em Portugal, um tipo de educação, estabelecendo uma relação de dominação em vários feixes, dando sequência ao processo de educação controlada pela Universidade coimbrã, através de ritos e tradições que acarretariam em um processo de educação deficitária para os jovens ultramarinos.

Esse tipo de educação confere aos aventureiros brasileiros, uma tradição patriarcal criticada e combatida pela teoria antropofágica oswaldiana (1978, p. 46). O que é destacado na crítica de Andrade ocorre pelo processo de docilização e domesticação dos homens, por um mecanismo violento em sua formação que tende a fazer os homens brasileiros (selvagens) negar a sua natureza matriarcal em detrimento da cordialidade provocada pelo patriarcalismo.

A educação proveniente dessa tradição patriarcal, não libertaria os futuros juristas das amarras ideológicas e da servidão. O processo dessa formação cristalizaria o papel do *jurista-conimbricense*, que pensaria Brasil, mas ao mesmo tempo operaria com os ideais estrangeirados, frutos de séculos de experiência na arte da dominação de povos e de culturas. O europeu é o civilizado e esse tem interesse, por sua vez, no processo de civilização dos demais povos.

Não obstante, o Império brasileiro somente viria a atingir a sua pretensa emancipação, que fora relegada até então pelo processo extrativista, com uma formação intelectual à luz da conjuntura nacional. Portanto, a fiscalização e o controle da educação e daquilo a ser ensinado seria fundamental para a permanência do status de colônia que seria internalizado mesmo no período imperial.

Tal relação de poder não está fixada, em um primeiro momento, nas instituições, mas nos representantes do poder pela legitimidade da consciência patriarcal gerada pela típica formação educacional iluminista. Compreendido nos sujeitos ativos, estabelecido

postumamente nas instituições de modo mútuo, através da incorporação da conduta e do governo das ações vigentes.

Oswald de Andrade compreende que os brasileiros selvagens (1978, p. 36), título proveniente da sua prática antropofágica, são apresentados às tradições patriarcais, de origem europeia, interpondo-se as suas antigas tradições e práticas, com o objetivo de civilizar suas vidas e cultura. Tal interposição acaba por criar o – bárbaro tecnizado.

A educação desses selvagens asseguraria os interesses daqueles que se puseram a dominar, criando uma relação de ordenação e obediência: “Bárbaros, crédulos, pitorescos e meigos. Leitores de jornais. Pau-Brasil. A floresta e a escola. O Museu Nacional, a cozinha, o minério e a dança. A vegetação. Pau-Brasil” (ANDRADE, 1978, p. 64).

O projeto para construção do homem civilizado esbarra no comportamento selvagem e hostil, do homem natural, daí a sua nomenclatura, bárbaro-tecnizado. Era preciso negar a tradição, era preciso negar o ócio e afirmar a modernidade, enquanto um projeto de homem civilizado se inicia, esse não alcançaria sua civilidade plena, mas seria o passo inicial para a construção do modo de vida tecnizado. Ainda de acordo a sua “natureza humana”, mas ressignificado pelo processo vigente através de uma educação que criaria o – homem natural tecnizado.

Esse homem natural tecnizado, e entendemos natural assim como afirma Andrade (1978, p. 39) o homem natural de Rousseau que seria encontrado no estado de natureza, sem imposição das leis e sem a necessidade da propriedade privada, mas repleto de sentimento de culpa, provocado pelo ato antropofágico, deu espaço para a tendência de escravização do outro. O tabu fora transformado em totem (ANDRADE, 1978, p. 28)

Evidentemente que o homem natural tecnizado é a síntese entre o homem natural e o homem civilizado. Isso devido as suas assimilações com as regras e os aparelhos do Estado, mas não distante da pindorama, que lhe permite o encontro com sua ontogênese e não o distância do contato com a sua natureza.

Assimilador de hierarquias e diretrizes políticas e sociais, ao que tudo indica, seria esse o caminho para a vida moderna, mas algo escapou para a total civilidade deste homem, seria a condição da própria vida, pensada e sentida aqui e não na Europa. Esse processo produziu a técnica que seria importante para a constituição do estado moderno e sua literatura, mas não seria viável para os homens da pindorama que não estavam interessados nesse sistema.

Compreende-se também que a partir do momento que se entende como certas regras são criadas e quais são seus interesses, podemos conhecer alguns sujeitos e os seus métodos

que lhes conferem poder de ação. Não pensemos em uma revolução por fim de tudo isso, já que as teias que tramam as relações de poder continuarão encobertas por algum tempo, mas o que fica explícito são os instrumentos que possibilitaram as relações de dominação.

Assim seria com a filosofia, instalando um modo de pensar que operaria para institucionalizar um tipo de saber, promovendo aos juristas uma racionalidade legítima que lhes outorgaria o poder para pensar os ideais, criar as leis, desenvolvendo diretrizes que acabariam por gerar, sobretudo, dominações tácitas.

Pelas leis e através das mesmas são reguladas as instituições e os homens para projetar o ideal de nação. Cabe ao Estado aplicá-las, fiscalizá-las e julgar aqueles que desviam de suas atribuições. Mas aos arquitetos das leis, nos referimos aos estadistas e bacharéis, houve a necessidade de repensar sobre quais condições e contar com mecanismos que dispunham para atingir seus objetivos.

A Câmara temporária seria, nesse quadro, o viveiro experimental do recrutamento dos estadistas, eleitos seus membros, cada vez mais, pelo influxo das chefias políticas, articuladas ao centro e dele dependentes. No fundo, uma estrutura que disfarça seu cunho autoritário, com o aproveitamento vertical dos elementos políticos cevados nas áreas permitidas de influência. (FAORO, 2001, p. 261).

As primeiras décadas do exercício da câmara dos deputados não confere o poder de ação e até mesmo poder de oposição investido contra o imperador, mas denota outro fato, seria esse o lugar, o ambiente ideal para as primeiras experiências governamentais que possibilitariam o contato com as articulações políticas, a aproximação com os documentos legais, com os dispositivos para a confecção das leis e embates ideológicos que apresentariam aqueles que dispunham da habilidade ornamental do discurso e da aguçada rapidez do raciocínio.

O fato dos deputados não possuírem poder para frear ações do próprio império, ocorre, sobretudo pela lei do poder moderador. Mas notamos outra possibilidade que contribuiria para tal feito.

Durantes as primeiras décadas desde a declaração da independência os homens que compunham os cargos políticos e estavam empossados pelos títulos, não possuíam a formação necessária e fundamental para pensar as necessidades do Brasil. Quando formados em áreas como direito, eram antes de tudo, portugueses e não brasileiros, dificultando o olhar nacional necessário para pensar a pátria.

O processo para a criação dos juristas brasileiros levaria um tempo, e obviamente a sua educação seria coimbrã, importada de Portugal ainda em conformidade com os interesses de subsidiar a antiga metrópole.

Mas seria na administração de Dom Pedro II que poderíamos ver as notáveis mudanças provocadas pelo processo educacional dos Bacharéis formados no Brasil.

O talhe político de dom Pedro I não se coadunará com o arcabouço por ele montado, mas encontrará em dom Pedro II, conjugado à maturidade do plano, o príncipe perfeito para conduzir a máquina, maciamente. [...]Um núcleo de estadistas, constante pela apropriação dos postos de comando, dependente, para mandar e governar, da boa vontade do ápice da pirâmide, permanece no centro do tabuleiro. As principais expressões das Cortes de Lisboa continuam a influir na Assembleia Constituinte, enquistando-se nos postos executivos e nos cargos legislativos[...] (FAORO, 2001, p. 261).

Destacamos as contribuições desses juristas pelo fato de estarem voltados aos interesses da pátria e serem responsáveis pela criação da constituição e por contribuir com o processo de modernização brasileiro. “O nativismo, apagado, mas não extinto, renasce, unindo as facções e construindo o alvo comum de seus ódios, o português.” (FAORO, 2001, p.268)

Devemos ressaltar que a consciência que afetaria o modo de vida em curso nas terras tupiniquins, não é proveniente daqui, mas como já citamos outras vezes, é um processo do estrangeirismo que se instalou com os residentes provenientes da Europa.

O que devemos pensar é qual o motivo da instalação do regime do patriarcado sobre aquela sociedade: [...] [a] mola propulsora do regime patriarcal de que até mesmo aquele dinamismo depende, foi o recalçamento dos instintos primários[...] (ANDRADE, 1978, p. 46). Esse recalçamento iniciaria o processo de conversão dos valores sociais e individuais dos homens a quem esses processos estivessem submetidos.

Novamente devemos ressaltar a emergência da *filosofia* que conferiria aos grupos a notabilização intelectual, que fundamentaria seu papel diante do discurso repleto de força e legitimado pela condição social, política e econômica, efeito de uma vida repleta de privilégios por sua origem. Tal projeto não rompe com a tradição europeia, mas reificaria os aspectos culturais e iria dizimando aos poucos a os arcaicos valores dos homens nascidos na pindorama.

Diante disso, o interesse da elite portuguesa sobressai claramente aos interesses da colônia em um primeiro momento e, por fim, tendendo a ser repetido no processo que insere o

surgimento do império, impossibilitando a autonomia dos descendentes dos senhores de engenho em desenvolver essa nação (SCHWARCZ, 2004, p. 24).

A ideia de nação está alinhada ao projeto de modernização, que deveria mudar, sobretudo, as relações políticas, econômicas e sociais vigentes. Para tal é fundamental pensar na formação e qualificação de novos sujeitos que estariam empenhados nesse processo.

Sendo assim, as faculdades abertas por D. João VI estariam de modo inexorável envolvidas nesse debate. Entretanto, a criação das faculdades de medicina e de engenharia não comporiam os responsáveis por construir o sujeito ideal para atender parte desse processo, por não se tratar de um tipo de intelectual que seria modelado ao nível do quadro jurídico-político tão fundamental para atender às necessidades da corte, pois esses profissionais - boticários e engenheiros - simplesmente representariam o trabalho ou o ofício, funções não valorizadas pela nobreza daquela época.

Por certo, deveria surgir um novo ator para ser peça fundamental da confecção desse novo estado. Este seria encarregado de construir as leis e organizar a nova vida na corte. Para tanto ele precisaria desenvolver a intelectualidade e se instruir no campo das leis com objetivo de realizar e confeccionar as obras que legitimariam a existência desse estado e assegurariam os interesses políticos, sociais e econômicos. Este ator está compreendido na figura do jurista.

Porém, quem esses intelectuais representariam, já que não havia uma concepção de nação e tão pouco de cidadão no Império?

O primeiro censo brasileiro seria efetuado pela Diretoria Geral de Estatística (D.G.E) na data de primeiro de Agosto de 1872, descartando os índios e trabalhando com números que acabariam por gerar debates até os dias de hoje, porém, elucidando o que queremos propor.

O censo classificaria sua pesquisa segundo a distribuição da população por cor, sexo, estado de livres ou escravos, a nacionalidade, a ocupação e a religião. Ainda podendo chegar a um perfil da população que somava o total de 9.930.478 habitantes, sendo 5.123.869 homens e 4.806.609 mulheres.

Após a pesquisa, os resultados apresentados alcançaram o total de: pardos, entre esse total, somavam 38,3%, brancos somavam 38,1%, os negros 19,7% e os índios somavam 3,9%. Entre a população livre os homens somavam 23,4% e as mulheres alfabetizadas 13,4%. A população escrava somava mais de 15% e os estrangeiros 3,8% <sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup>Os dados estão disponíveis na biblioteca digital do IBGE.

Em primeiro lugar, seria fundamental a construção do cidadão do império e atribuir-lhe função para que primeiro: os estratos sociais estivessem claros e internalizados; posteriormente, pudessem ser governados.

Para isso, a reunião convocada por Dom Pedro I em 3 de junho de 1822 resultaria na então Assembleia Constituinte de 3 de maio de 1823, que iria iniciar os primeiros debates sobre a criação da Constituição promulgada no ano de 1824 pelo próprio Imperador, que reconheceria os direitos dos cidadãos daquela época, exaltando a concepção de Nação e de nacionalidade.

A aquisição da cidadania, durante o Império, era regulada pelo artigo 6º da Constituição e permitia a sua ocorrência justamente pela conjunção de institutos, por intermédio da aquisição da nacionalidade, em sua forma originária ou derivada. (DAL RI, 2010 p. 11)

Compreendia-se que a nacionalidade seria instituída com a formação da cidadania através dos direitos políticos, sociais e econômicos que seriam concedidos para a manutenção dos interesses do Império e, por fim, da nação. Os cidadãos estão depreendidos sobre as seguintes normas:

[...] os que tiverem nascido no Brasil, ainda que o pai fosse estrangeiro, desde que não residisse nesse país a serviço de sua nação; os filhos de pai brasileiro e os filhos “ilegítimos” de mãe brasileira, nascidos em outro país e que viessem a estabelecer domicílio no Império e, os filhos de pai brasileiro, que estivessem em país estrangeiro a serviço do Império, embora não viessem a estabelecer domicílio no Brasil. (DAL RI, 2010 p. 18)

Observamos com a citação acima que o reconhecimento sobre o cidadão brasileiro se baseava nos laços de sangue e sobre questões territoriais, o que nos esclarece a relação existente sobre a afirmação anterior: a existência de uma comunhão entre a formação da cidadania atrelada a uma ideia de nação.

Confere-se os direitos civis e políticos para o exercício da cidadania atinando-se nos direitos fundamentais do jus naturalismo que assegurariam o direito à propriedade privada, o direito à vida e o direito à liberdade, porém, no que tange aos direitos políticos, Dal Ri (2010 p. 23) nos apresenta o seguinte problema: “Os direitos políticos foram condicionados, na Constituição de 1824, aos cidadãos brasileiros com determinado poder econômico, seguindo as linhas expostas nas Instruções de 19 de junho de 1822”, surgindo, assim, dois tipos de cidadãos: os ativos e os inativos.

Compreende ao cidadão ativo o direito de voto garantido pela constituição que definia este sujeito pela sua renda líquida anual de 100 000 réis provenientes dos “[...]bens da

indústria, de raiz, comércio e emprego” (DAL RI, 2010 p.23). Do mesmo modo, poderia se candidatar como representante da Assembleia aquele com uma renda igual ou superior a 400 000 Réis, o que denota que os interesses sobre as questões políticas e públicas estariam em posse daqueles ditos “cidadãos proprietários”, que constituiriam os votos censitários. Entretanto, o poder moderador conferiria ao imperador a execução dos seus interesses mesmo com a legislação constituída pelas conveniências das oligarquias abastadas economicamente.

Encontramos aqui um primeiro problema de origem hegemônica sobre a ordem econômica que tencionaria as relações e acabaria por criar um novo processo de sujeição nos homens. Ademais, este processo é constituído por meio da *distribuição de renda* que separa os grupos e subsequentemente acarretaria no *Controle das Gêneses*, separando os aprendizes daqueles que doutrinam, como está implícito no pensamento oswaldiano:

Com a quebra do "livre contrato" e o advento da pequena propriedade, o Cristianismo estava maduro para tomar o poder. E, como a propriedade, cresceria depois, durante o Feudalismo. Do mesmo modo quando na alta Idade Média se estabeleceu a querela filosófica da Santíssima Trindade, já se colocavam em face um do outro, os dois ciclos novos em debate, ante a aproximação de uma ruptura econômica do sistema feudal. (ANDRADE, 1978, p.81)

Evidenciamos, a partir da citação anterior que as relações entre instituições e homens, sejam eles livres (como era proposto pelos iluministas), cidadãos (como já apresentamos anteriormente) e até mesmo os escravizados (como é conhecido no período colonial), produz dominações que não somente econômica e política, mas também se estabelece nas práticas culturais. Para que essas instituições e seus agentes controlem os grupos é necessário certas ferramentas para tal fim. No caso dos juristas, o poder é assegurado pela intelectualidade proveniente de sua formação.

O poder é dado através das relações e os juristas são aqueles que constituiriam o caráter normalizador e repressivo das instituições já a partir do Primeiro Reinado.

Não importa que alguns se refiram à elite do poder, outros à elite dirigente, à categoria dirigente, mesmo à classe dirigente. No fundamental, todos partem exatamente das mesmas proposições gerais:

- 1 — Olhando a sociedade, podemos notar que existem algumas pessoas que governam e outras que são governadas.
- 2 — Há implícita ou explicitamente a separação elite/massas (às vezes sob a formulação dirigentes/dirigidos ou governantes/governados).
- 3 — Raramente discutem a questão da legitimidade do poder, atendo-se ao seu exercício efetivo. (SIMÕES NETO, 1983, p. 30)



São esses jovens juristas que discursariam e institucionalizariam a verdade. Esses jovens aprendizes de direito que produziriam as verdades jurídicas e estabeleceriam os controles normativos para a sociedade.

O que está sendo desvelado é a discórdia entre as coisas que geram uma relação de sobreposição às tensões que as iniciaram. Essa verdade inalterada encontra refúgio no discurso, que não permite a sua refutação.

Já não se refuta o totem da teoria oswaldiana, pois esse fora substituído pelo próprio prazer da vida natural, para assegurar a organização dos homens em sociedade: “São cidadãos pacíficos a se chamar nas reuniões por apelidos bucólicos, veraneando no Chiado e dizendo que estão no Monte Ménalo[...]” (ANDRADE, 1978, p. 97)

São essas oligarquias, com o poder censitário, que efetuariam os primeiros debates sobre a criação da constituição por meio das assembleias que automaticamente atenderiam os interesses hegemônicos e produziram as verdades (reconhecidas nas leis).

A Constituição não desempenha, senão remotamente, senão por tolerância ou consentimento, o papel de controle, em nome dos destinatários do poder, os cidadãos convertidos em senhores da soberania. Constituição puramente nominal, incapaz de disciplinar, coordenar, imperar, ideal teórico de uma realidade estranha à doutrina e rebelde à ideologia política importada. (FAORO, 2001, p. 262)

Essa elite ainda não desfruta de nenhum acesso às questões burocráticas, o que acaba por inviabilizar e prolongar os debates nas constituintes, característica de uma vida não regrada pela intelectualidade e, por fim, já indicava a incapacidade política dos primeiros atores da constituinte<sup>8</sup>: “[... ] esta lhe faltou e, com ela, a experiência, que é a principal mestra da vida política do indivíduo e das nações.” (DEIRÓ, 2006. p. 203)

Ao mesmo tempo em que a única forma de romper com a administração e tradição Coimbrã, para voltarmos o olhar para nossa realidade, também nos submeteriam a assimilar as suas tradições, a sua linguagem, a sua cultura, o seu comportamento e todos os elementos que comporiam a vida lusa. Deveríamos executar a antropofagia pensada por Oswald. Mas o que ocorreu foi aniquilação cultural e física dos grupos minoritários (índios e negros) e a supremacia da cultura burguesa. O tabu é firmado através de um ato burocratizado.

---

<sup>8</sup>A ausência de uma formação burocrática em função de uma demanda agrícola, não concederia aos primeiros atores da constituinte a capacidade fundamental para discutir as necessidades e os interesses que dariam origem ao estado brasileiro. Dessa forma se fez presente a necessidade de discutir a fundação de uma universidade brasileira que daria origem a esses intelectuais.



Não questionamos o tabu e nem seus proeminentes arquitetos, ao contrário disso, aceitamos suas ordens e leis, sem muito questioná-las. Os únicos que questionam a autoridade no exato momento dos debates sobre as normas e regras que serão executadas nessas terras, já cometeram seu parricídio ou descendem dos assassinos.

As apresentações que iriam compor as assembleias sofriam questionamentos pela demora na promulgação e aplicação das leis; por parte do imperador que também apresentaria questões de interesse menor que, segundo Deiró (2006, p. 324-327), não permitiriam conclusões e resoluções pelo que fora apresentado com os integrantes dessas convenções.

O confronto e o ego também fariam parte destes debates. O debate “intelectual” evocaria constantemente o nome de grandes pensadores da filosofia como: Sócrates; Kant; Montesquieu.

Releva que declaremos que não faremos senão reproduzir o que temos lido. Montesquieu e outros notáveis escritores têm dado azo a uma série de estudos; é quase impossível dizer coisa nova acerca dele, de Voltaire, de Rousseau, de Bacon, de Bentham, de Burke, etc., etc. (DEIRÓ, 2006, p. 332)

A erudição apresentada confere propriedade para aqueles que se posicionarem sobre propostas e teses, tanto a favor quanto contra. Impondo de modo direto ou indireto certa hegemonia política para a aceitação de suas propostas (particulares).

A formação erudita, proveniente do ensino filosófico, que permitiria o conhecimento gramatical, lógico e racional está presente em quase todo o debate. A filosofia produziria a ferramenta fundamental para a construção de narrativas e posicionamentos que assegurariam aos notáveis a habilidade para estabelecer propostas e leis, conferindo direitos constitucionais aos homens do império.

Em resposta à questão da origem destes intelectuais, suas formações foram compreendidas pelo estrangeirismo, ou seja, formação europeia permeada de interesses lógicos, científicos e iluministas, ao passo que as questões culturais não acompanhariam a realidade política, econômica e social do império e isso acabaria atraindo propostas afrancesadas ou aporuguesadas para a constituição do nosso estado e do nosso pensamento. Criando uma subjetividade que fora assimilada e se atina à realidade nacional importando a Europa.

Aqui evidenciamos um primeiro problema oriundo da ausência de uma produção de intelectuais regionais: sem uma instituição que criasse intelectuais, compreendidos sobre a própria realidade; sem assimilar as necessidades mais fecundas do seu povo e de suas terras;

pelo desconhecimento da raiz dos problemas originários de seu mundo, estaríamos submetidos às leis e as idealizações estrangeiras.

Tais ideais poderiam não estar em conformidade com os interesses do império e da sociedade por não compreenderem as próprias mazelas, além da possibilidade de influenciar a própria ideia nacional.

Poderíamos efetuar a nossa “*Revolução Caraíba*” (ANDRADE, 1978, p. 40), que seria maior que qualquer outra revolução, entretanto assentimos positivamente para a modernização do Brasil e de seus homens, através da legalidade conferida aos bacharéis e estadistas que promoviam os debates em prol do progresso político, social, econômico e cultural.

Ao instruir os homens que poderiam comprometer os interesses daqueles outros que detém posses e bens, que legislam e ordenam, fez-se necessário moralizar seu comportamento e atribuir valores de proporções divinas. Ao mesmo tempo em que se moralizava esse homem, usando os elementos que já eram da sua condição natural-existencial, como a alteridade, apresentado-a como se fosse exclusivo pelo trunfo da linguagem e da razão ornamental dos civilizados, os homens primitivos acataram a proposta em vigência de novas oportunidades, da industrialização, da moeda, da vida civil e não observaram o que realmente estava em cosntrução pela trama do jogo.

O que se dá não é uma sublimação do instinto sexual. É a escala termométrica do instinto antropofágico. De carnal, de se tornar eletivo e criar a amizade. Afetivo, o amor. Especulativo, a ciência. Desvia-se e transfere-se. Chegamos ao aviltamento. A baixa antropofagia aglomerada nos pecados de catecismo — a inveja, a usura, a calúnia, o assassinato. Peste dos chamados povos cultos e cristianizados, é contra ela que estamos agindo. Antropófagos. (ANDRADE, 1978, p. 73).

A educação tecnizada dos não europeus, produziria a receptividade fundamental para que se interpussem as leis a fim de obter o resultado esperado, a docilização patriarcal que destruiria os ares do matriarcado. Para tal feito, os homens públicos deveriam prover mecanismos para aviltar os nãos civilizados.

Podemos notar que a distinção de direitos e privilégios dos cidadãos estão bem além das questões econômicas e insere-se nas participações políticas da coisa pública: “Os marqueses perdem a primeira batalha, marqueses e ministros, filhos de uma aristocracia ainda sem função social” (FAORO, 2001, p. 269). Essa função somente seria oficializada com a criação do curso de direito que lhes conferiria o pleno exercício do poder.

Em um primeiro momento, é através da proposta do Senhor Deputado José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774 – 1847), apresentada na Assembleia Constituinte de 12 de Junho de 1823, que se discute o projeto sobre a criação de uma Universidade no Império:

Montezuma queria de preferência a Bahia; Silva Lisboa, o Rio de Janeiro, onde havia estabelecimentos de ensino que podiam ser aproveitados; outros pretendiam que se escolhessem S. Paulo, Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais, etc, etc. (DEIRÓ, 2006. p. 344)<sup>9</sup>

Tamanha era essa fragilidade que seria necessário discutir a criação da Universidade e sobre quais seriam as naturezas dos primeiros cursos ministrados nessa instituição. No dia 18 de outubro de 1823 seria dado início aos debates referentes à construção da universidade brasileira.

Era assertivo o interesse referente à construção dessa instituição, mas o que elevou os ânimos se deu através dos debates referentes à fundação da sede; onde seria fundada a primeira Universidade no Império brasileiro? No dia 19 de outubro de 1823 é apresentado à Comissão de Instrução um projeto que faz referência à fundação de duas Universidades com suas respectivas cidades: uma em São Paulo e outra em Olinda.

[...] demonstra Pedro de Araújo Lima a necessidade de se proverem os meios financeiros para a manutenção da universidade e a vantagem de se criar em Pernambuco, na cidade de Olinda, um curso jurídico e outro filosófico. Manoel Jacinto Nogueira da Gama dá sua preferência pelo estabelecimento da universidade na Corte, onde já se professam — informa — aulas de primeiras letras, de gramática latina, de filosofia racional e moral, de grego, de francês, inglês e desenho. (MORAES FILHO, 1959. p. 6).

Ainda sobre um dos posicionamentos que corroboravam com a perspectiva em relação à criação da Universidade, o deputado paulista José Arouche de Toledo Rendon disse: “Sou do mesmo parecer do Senhor Araújo Lima no aditamento ao § 4.º para que ambas as universidades, desde já, hajam as faculdades de jurisprudência e de filosofia” (Moraes Filho, 1959. p. 6). Seria essa Universidade intitulada como: Universidade de Ciências, Belas Letras e artes.

Referente à criação da universidade, os interesses para impulsionar estas terras assegurariam e garantiriam a criação e fundação não de uma, mas de duas universidades. Contudo, as questões econômicas enfraqueceriam lentamente os debates sobre a construção das mesmas, o que automaticamente possibilitaria o surgimento de uma nova proposta que substituiria a criação de universidades no império Brasileiro: a sugestão foi sobre a criação de

---

<sup>9</sup> Segundo Evaristo de Moraes Filho em sua pesquisa sobre o processo intelectual conferido ao papel da educação superior no Império, contido na obra *Decimalia* em 1959 solicitada pelo MEC, os primeiros intelectuais seriam formados pelos cursos de direito, pois seria postergada a fundação do curso de filosofia no Brasil por fatores econômicos em um primeiro momento.

dois cursos que passariam a atender a demanda de intelectuais nessas terras. Trata-se da fundação de duas faculdades de direito e duas faculdades de Filosofia (MORAES FILHO, 1959, p.7).

Entretanto, seriam acrescentados novos problemas de ordem econômica; novos debates referentes às reais necessidades do Império passariam a estar presente nas discussões das assembleias. Proveniente desses debates, os critérios estipulados voltaram-se para a formação de intelectuais que deveriam fundar e criar as leis, para que superassem a deficiência intelectual dos antigos representantes políticos e tirassem o império da lama e do atraso que lhe foi conferido. Portanto, a proposta sobre a criação da faculdade de filosofia seria descartada, pois essa formação não agregaria absolutamente nada de inovador e o próprio curso de direito poderia acrescentar esse saber aos juristas, vide pelos cursos de filosofia no próprio currículo.

A mudança aconteceria pela suposta urgência de criar postos e cargos para magistrados e advogados, segundo Moraes Filho (1959, p. 8). Outro ponto que mereceria destaque é a compreensão de que o curso de direito possuiria as tradições filosóficas e seria impossível pensar um jurista separado do ramo da filosofia.

Essa tradição filosófica estaria presente na formação dos futuros bacharéis desde os níveis médios ou secundários presentes nas academias, nos liceus, nos ginásios do Império, por ventura, eram ministradas aulas de filosofia aos moldes coimbrã (MORAES FILHO, 1959, p.7).

Seriam, assim, criadas pela lei de 11 de agosto de 1827 e fundadas em 1828 as duas faculdades de Direito nas respectivas cidades: Cidade de São Paulo e Cidade de Olinda.

A aula inaugural é datada em 1828 na cidade de São Paulo e posteriormente na cidade de Olinda, onde estariam reunidos os primeiros sujeitos que receberiam o título de intelectuais do Brasil. São esses intelectuais, através da titulação de bacharéis em direito e jurisconsultos, responsáveis não só pela administração das províncias e das cidades ao serem nomeados aos cargos públicos e às funções políticas, mas seria atribuída também a responsabilidade sobre as construções das leis e dos estatutos que comporiam os instrumentos legais que sedimentaria o império brasileiro, possibilitando o desenvolvimento deste povo, destas terras e deste Estado.

A figura de uma pátria com características estéticas da nação francesa permitiria o ar necessário do eruditismo e concederia uma roupagem de intelectualidade aos jovens, ao passo que iluminava os mais velhos sobre uma possibilidade de arquitetar um novo mundo. Para isso era vista a necessidade de romper com o antigo regime (colônia) e estabelecer o novo estado (Império), processo este que surgiria através de algumas revoltas e atitudes promovidas

por parte da elite; como é o caso da Revolta da Sabinada; e outras vezes por parte de membros populares, como a Cabanagem.

Subtende-se que o ideal para a imagem daquela nova nação, que se formaria e passaria a possuir o domínio intelectual e legal, renegado pela corte portuguesa na era colonial e não promovida por causa de uma formação fiscalizada pelo estrangeirismo, produziria o conhecimento necessário para promover a emancipação do Império. Vale ressaltar que esse imaginário de nação intelectualizada elevaria os interesses patrióticos e nacionalistas, o que não fora feito no período colonial por uma tradição histórica de terras de exploração e sem interesse de ser governada pelos colonos.

Com isso o status do Império mudaria significativamente, e deve ser atribuído a esse processo de modernização o egresso de uma velha elite do engenho, substituída<sup>10</sup> por uma nova elite intelectualizada e burocrática.

Durante o início do período imperial, o país atravessava grave crise econômica. As lavouras tradicionais de exportação, como cana de açúcar, algodão e tabaco entraram em decadência com a concorrência de outros países. Além do mais, o Brasil tinha mais custos com a importação de manufaturas do que os ganhos obtidos com a exportação de produtos agrícolas. (BRASIL, 2009).

Em decorrência dessa mudança, houve a necessidade de criar e de amparar medidas políticas e econômicas para satisfazer as novas necessidades e demandas da futura elite, que surgiria a partir da década de 1840 e estaria presente na vida destes juristas.

A burguesia, no entanto, cerca-se de todas as precauções paternalistas. É a família monogâmica em face da bastardia do castelo. Data dessa época, a instituição da monogamia entre os judeus. E o Direito Romano ressurgiu porque é o Direito que garante e defende a propriedade. Uma volta às Doze Tábuas. É o Direito que sustenta a herança. É o Direito que tutela a mulher e a conserva inerte no poder dos magnatas. (ANDRADE, 1978, p. 161).

O direito é o instrumento que faltava a essa burguesia que pode agora assegurar os seus interesses sem nenhuma objeção.

Depreende-se disso a necessidade do ato antropofágico da visão oswaldiana, onde o ato de devorar o admirável adversário cria o rito de comunhão e respeito solidário. Não

---

<sup>10</sup>Segundo Faoro (2001, p. 125), a transmutação da velha para nova Elite ocorre por influência portuguesa que “teria decorrido dos donatários, realmente vinculados a pequenas casas nobres de Portugal”, e o retrocesso econômico não se apresentava como solução.

havendo a escoria humana representada por estupradores, assassinos e transgressores, ao que tudo indica, esses são efeitos da sociedade apresentada com críticas pela filosofia messiânica.

O inerme deveria deixar de ser aquele que não pode se defender e para isso ele deveria se rebelar contra aquele que atesta contra seus desejos. O desejo de ser e estar livre das amarras patriarcais.

Compreende-se o período de 1840 até 1889 como Segundo Reinado, que sofreria com as disputas dos dois partidos que surgiriam. Seriam esses partidos: os conservadores e os liberais. Nesse período que se alarga as participações políticas e não seria coincidência nenhuma dizer que nesse exato momento que os bacharéis em direito iniciarão as atividades junto ao poder público e político.

As intensas disputas estabelecidas pelos ideais destes dois grupos representariam grandes debates e ações no âmbito político, jurídico e social. Desde a assunção de Dom Pedro II ao trono, os dois partidos rivalizavam entre si: contra ou a favor aos interesses do Imperador. Proveniente dessas relações, novos projetos de leis e novos assuntos econômicos surgiriam e eram debatidos até suas execuções serem decretadas.

No que tange as execuções destes projetos, a centralização e descentralização do poder nas províncias seria o maior problema: “Durante o Império construiu-se o lugar de um poder central. Havia a pretensão de se constituir um projeto de unidade nacional e, por isso, emergia a necessidade de conciliação de direitos civis e políticos, privilegiando os projetos das elites dirigentes.” (SILVA, 2011, p. 2).

Ilustrando tal realidade, apontamos efeitos desses projetos: as divisões sustentadas pela corte em diversas capitanias, o que não possibilitaria uma consciência unitária e que pudesse reorganizar a vida nestas terras por parte dos Senhores de Engenho; a proibição de construção de estradas que poderiam facilitar o acesso às fazendas e uma integração entre os indivíduos desta nação; e até mesmo a comercialização de produtos e acesso às pessoas e fazendas seriam negligenciadas.

Efeito da não permissão de uma construção de lideranças para a formação de um país diferenciava os aventureiros e a elite colonial; organizados em estratos, a cargo dos primeiros sujeitos dessa relação, seriam desbravadas essas terras; de outro lado, os fazendeiros criariam as regras e automaticamente as incorporavam, construindo assim relações de poder que seriam cristalizadas em níveis de dominação social.

Cegos pelo enriquecimento e pela fortuna, os aventureiros compreendiam que a criação de um governo e leis poderiam interferir no seu crescimento econômico. As elites locais almejavam o enriquecimento pessoal e este também seria o objetivo da corte

portuguesa, que facilitaria e não se preocuparia com a forma como as ditas elites governariam, desde que estes pagassem os impostos à corte.

A fonte da riqueza era a produção do açúcar, trabalhado nos engenhos desde meados do século XVI até meados do século XVII. Nesse tempo a vida no engenho, por parte das elites, se desenrolava em um ambiente de educação e leitura. “Os filhos dos Senhores de Engenho possuíam educação com os melhores tutores e criaram hábitos refinados.” (D’AVILA, 2004, p. 14).

Com o intuito de se aperfeiçoar nos estudos, os jovens estudantes brasileiros deveriam buscar a formação universitária na universidade de Coimbra, já que era proibida a construção de escolas elementares e universidades nestas terras. Pode-se ver, à luz dessa proposta, que essa seria também outra forma de dominação de Portugal, pois privava a intelectualidade e erudição na colônia, condicionando os sujeitos que quisessem o conhecimento, e claramente pudessem sustentar financeiramente este desejo, a fiscalização e o controle do que seria aprendido.

Tal efeito permitiu o contato com outras culturas, e esse acesso inseria os jovens em debates que normalmente não fariam parte da realidade da colônia, permitindo um olhar crítico sobre sua formação e realidade vivida além do mar, mesmo com a fiscalização dos professores nas universidades europeias.

Com a crise na produção açucareira, a elite brasileira assumiu dívidas e passaria depender da Coroa e de seus credores e “*Ainda observaria a partida dos filhos para as cidades, formados e se formando em medicina e direito, se urbanizando e se politizando*” (D’AVILA, 2004, p. 14).

Notemos que existia a prática do estudo e o interesse de se intelectualizar desde a colônia, que, de certo modo, conduziria e organizaria a vida social, política e econômica. Naturalmente que essa intelectualidade estaria compreendida nas regras do saber e do pensar filosófico em decorrência da “ratio Studiorum”. Pela natureza de sua metodologia “[...] a Ratio Studiorum foi à máxima expressão do esforço de sistematização do conhecimento” (MAZAI, 2001, p. 3), que possibilitaria o acesso às obras que poderiam ser úteis para atender às necessidades de formar e instruir os sujeitos.

Essa prática educativa não tinha por interesse criar notáveis feitos com as primeiras instruções, mas depreende-se disso o desejo pelo saber.

Nossa compreensão sobre a filosofia no Brasil nos permite um indicativo de que esta já estava aqui estabelecida desde o período colonial, permitindo, na verdade, o



desenvolvimento de um pensamento que percorria os ambientes e espaços educacionais e estariam sendo transmitidos e assimilados pelos estudantes.

O senhor Luis Antonio Vernei (1713 – 1792), um dos maiores nomes representantes do estrangeirado português, efetuou uma campanha severa contra o ensino filosófico português, sendo este o que culminou na Reforma Pombalina. A atitude “frouxa” em relação a um controle sobre o saber racionalista e o saber empírico, que fariam parte também da associação do ecletismo, somado ao nome de Aristóteles, comprometido com o modelo de educação português, possibilitou o surgimento de uma nova corrente, que em sua essência não possui nada de inovador e ainda carrega parte do nome de sua antiga doutrina: o empirismo mitigado.

Sustentado pela filosofia moderna, afeiçãoada à ideia do criacionismo vinculado a Leibniz, o empirismo mitigado, diferente do ecletismo, associaria Aristóteles às suas ideias com o uso da teoria sobre a causa primeira e o movimento. Cabe observar que o empirismo mitigado é transferido para o Brasil com a Corte em 1808 juntamente com o magistério Oratoriano de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769 – 1846), que lecionaria na corte a partir de 1810.

Salientamos que, mesmo antes das fundações das faculdades, um tipo de conhecimento fazia parte da formação dos alunos desde a colônia estendido até o primeiro Reinado. Contudo, essa formação não era destinada a criação de intelectuais, mas a conformação dos primeiros desejos sobre o saber ou aprender.

Contudo, apesar de não ser exatamente o que queremos explorar, ainda no período colonial, a filosofia participaria do processo de formação cultural e social da elite na América portuguesa, mas somente seria válido e reconhecido como formação superior ao buscar o complemento na universidade portuguesa, o que nos permitiria observar o interesse político da metrópole em atender os futuros estudantes universitários.

Ao que parece, todos os graduados brasileiros (entre o período da colônia e o primeiro reinado) foram formados em Portugal, e o contato com novas culturas e novos povos permitiria aos universitários novas concepções e novos olhares sociais, econômicos e políticos que seriam assimilados e incorporados, e ao contrário de se rebelar contra o modelo proposto pela metrópole, como já indicamos, tal efeito criaria novos hábitos e modos de pensar, que os aprisionaria e não efetuariam a mudança na qual se propunha o complemento de sua formação segundo Azevedo (1958 p. 303).

Surge aí a natureza da intelectualidade filosófica que circunda as terras desde a colônia até o império, a qual se situa na razão que está em posse da elite pelo discurso verdadeiro e



que deve circular para que os demais venham absorver o que fora proferido. Esse discurso deve estar repleto de símbolos e signos que enaltece o poder. Esse efeito provocaria e provoca, ainda, o deslocamento do discurso dos não cidadãos ou insensatos, os loucos, que seriam incapazes e anulados de estabelecer discursos contrários. Assim, o tabu se perpetuaria.

Devemos destacar dois pontos importantes aqui: a primeira se refere à origem e a natureza dessa intelectualidade que já residia no Império; a segunda diz respeito sobre o papel que a formação filosófica tem segundo o olhar das elites.

Sobre o primeiro problema que destacamos: intelectualidade surgiria através da filosofia, que representaria desde a modernidade o processo de formação epistemológico, compreendida aos homens que pudessem assegurar o título de “*conhecedor das coisas*”. Este conhecimento elevaria a capacidade crítica e reflexiva, separando os indivíduos com a faculdade do conhecer (Inteligência), que claramente poderiam aperfeiçoar a sua ilustração, enquanto que os demais homens não possuíam os mecanismos para desenvolver tal erudição.

Esse e outros fatos terão contribuído, sem dúvida, para sugerir caminhos na busca de ideias novas em que iria lançar a intelectualidade brasileira [...]. À conta destes, entretanto, é que não se pode explicar o movimento de ideias no Brasil, já que o principal estímulo que o nutria era a própria sociedade brasileira que buscava estabelecer uma tradição cultural autônoma. O peso da herança cultural portuguesa e os próprios vínculos com a antiga metrópole são sem dúvida um dado da questão. (PAIM, 1997, p. 13).

Citamos a capacidade de se aperfeiçoar que subjaz um problema referente à inviabilidade de todos os homens deterem os instrumentos para a construção da intelectualidade. Além de possuírem renda para participar dos cargos públicos, como já havíamos apontado, os indivíduos deveriam possuir renda também para os estudos, como no caso apresentado por Paim sobre Tobias Barreto (1839-1889) e seus estudos: “Na Bahia, estuda filosofia com Frei Itaparica, enquanto não lhe falta dinheiro.” (PAIM, 1997, p.101), além do custeio com o domínio de outras línguas:

[...] grande número de intelectuais pernambucanos e seus contemporâneos aprenderam alemão e travaram conhecimento com os autores na própria fonte. Por isto mesmo foram capazes de acompanhar de perto o debate que naquele período se tratava em torno de várias questões, sem o imperativo da espera de traduções francesas. (PAIM, 1997, p. 111)

A intelectualidade tem custo e isso dificulta o acesso de uma multiplicidade de indivíduos, que não possuíam condições para investir em tal educação e ocuparem as mesmas cadeiras e cargos das elites dominantes. Esse fato denota que a formação jurídica fica em

poder dos mesmos homens que administrariam e fiscalizariam o estado e claramente possuiria poder aquisitivo para sua formação, oriundo dos bens da família.

O que nos permite responder o nosso segundo problema: a formação filosófica está em primeira instância para o deleite das elites e claramente, o deleite não é acessível a todos. Esse deleite eleva a capacidade intelectual e contribuiria com a formação jurídica, fazendo do deleite associado ao negócio: as ferramentas fundamentais para a *arte política*.

Qual seria a importância da filosofia neste cenário para compor a intelectualidade? Qual seria o destaque para a filosofia que até então parecia estar indo na contramão do interesse da formação dos juristas?

Nossa hipótese privilegia o caráter da formação filosófica para o período que compreendia a erudição e a intelectualização dos homens: a relação entre filosofia ou filosofia natural que passaria a ser conhecida pelo termo ciência na Europa desde a modernidade.

Obviamente que o processo de transição da filosofia natural para o conhecimento científico não estaria nas mãos de todos os homens, mas daqueles intelectuais originados pelo saber filosófico que poderia ser encontrado nas universidades, nas bibliotecas, com os sábios por um processo histórico que é aplicado e distribuído, repartido e atribuído nas e pelas sociedades.

A alteração do termo e das práticas da filosofia natural para o processo científico, ocorrida no século XIX e proveniente da fundação de algumas instituições como a British Association for the Advancement of Science no ano de 1831, segundo Furtado (2005, p. 26), seu assentamento, como de outras instituições que surgiriam neste mesmo período, passou a ser responsável pela alteração do termo.

Obviamente, não seriam alterados somente os termos, mas toda a dinâmica de pesquisas que fora fortemente influenciada pelo pensamento kantiano. Novamente resgatamos a filosofia, através dos seus pensadores, para que seja compreendida a importância do caráter filosófico para o desenvolvimento científico e o ato do pensar (caráter intelectual).

Segundo Furtado (2005, p. 27), o termo ciência para os ingleses (Science) refere-se à observação e experiência, enquanto que para os franceses estaria vinculada à matemática, o que novamente evidencia os domínios da filosofia, antes abarcaria áreas do conhecimento que seriam divididas por este processo da modernização. A ciência romperia com a tradição metafísica e buscaria responder os seus enunciados através de verdades demonstráveis e observáveis.

Segundo Oswald de Andrade, estaríamos estabelecendo aqui “[a] transferência permanente do tabu em totem.” (1978, p. 69). Houve a necessidade de uma instauração de

novos instrumentos para a vida moderna, que os caraíbas, se quer conheciã: “Não tivemos especulaçã. Mas tínhamos adivinhaçã” (ANDRADE, 1978, p. 71).

Notavelmente, a ciência descende da filosofia em algum momento, mas o que de fato nos interessa é compreender como fora importante o legado filosófico para a intelectualidade Europeia, o que não poderia ser de outro modo para o Império brasileiro, que estaria nos moldes dos modelos franceses e portugueses em um primeiro momento.

Na obra a Escola de Recife, de Antônio Paim, encontramos um registro elucidativo sobre este problema: a filosofia sofreria dilacerações e sua fragmentação seria o aporte estrutural para novas áreas do conhecimento (1997, p. 10). Mas seria com Arthur Orlando (1858-1916), que fora um dos jovens aprendizes do direito e publicaria a obra *Ensaio de Crítica* em 1975, que essa teoria ficaria mais clara:

É preciso não esquecer que hoje filosofia já não quer dizer ciência do absoluto (metafísica), nem explicação do universo (cosmogonia), nem qualquer dessas grandes sistematizações conhecidas pelos nomes de seus autores (darwinismo, comtismo, spencerismo); mas teoria do conhecimento, disciplina mental, sobre a qual se apoiam todas as ciências constituídas e por constituir. (ORLANDO, 1975, p. 101).

Destacamos essa citação para esclarecer o que já havíamos dito sobre a filosofia com relação à ciência. Enfim, a filosofia passaria a ser uma peça fundamental não somente para as ciências e sim em relação a tudo que seria constituído a partir daquele momento, inclusive sobre o olhar jurídico que seria importante para a constituição das leis desta nação. Do mesmo modo que outras áreas incorporariam os elementos científicos provenientes da filosofia natural, o curso de direito possuiria, além da filosofia jurídica, desde sua fundação, o curso de ciência jurídica, como podemos observar neste fragmento:

Irmão de Frei Arsenio da Natividade Moura, nasceu o Padre Dr. Antônio de Moura em Sabará, na província de Minas Geraes. Paulista, segundo uns; fluminense no sentir de outros, recebeu ordens de presbytero secular e diplomou-se in utroque jûris na Universidade de Coimbra.

Nomeado, por decreto de 17 de julho de 1828, lente da primeira cadeira do segundo anno do Curso de Sciencias Jurídicas e Sociaes de Olinda. (FDUSP, 1928, P. 44)

Evidenciamos que, na formação dos juristas o caráter científico, atribuído pelo ramo das ciências sociais, compreende a análise e estudo das leis. Proveniente da formação filosófica, os aprendizes do direito no Brasil possuiriam também o papel de desenvolver e criar as leis. Para tal, o curso de ciências jurídicas seria a síntese fundamental para vincular o

âmbito jurídico ao olhar científico que compreenderia as questões de ordem social por meio de leis universais.

Ademais, os jovens bacharéis adquiriram a habilidade de reflexão filosófica e, mediante essa capacidade, poderiam compreender a própria realidade e produzir leis segundo suas interpretações.

Finalmente, outros apontamentos merecem destaques referentes à citação: a formação conimbricense do Padre Sabará reforçaria o estrangeirismo; a confirmação do legado religioso para os primeiros lentes catedráticos do curso de direito, principalmente nas áreas que tratariam sobre a filosofia e epistemologia, questões que novamente endossam o que havíamos dito anteriormente; e a presença da ciência para a criação das leis, permitindo o aparecimento de mecanismos que trariam a verdade universal para tratar dos processos a serem executados e, em outro momento, seriam internalizados e subjetivados pela normatização dos sujeitos.

A intelectualidade dessa nova elite seria composta por uma formação filosófica que seguiria os mesmos passos da formação portuguesa e francesa. *A filosofia no Brasil teria então sua emersão através do curso de Direito*, onde promoveria e elevaria a capacidade de reflexão dos homens, isto é, o processo de construção do Império seguiria os passos europeus, promovendo um tipo ideal de intelectuais, de políticos, de juristas e de cidadãos que por fim mudariam as relações de produção e intensificariam o desenvolvimento econômico.

Decorre disso a formação destes homens, que seria fundamental para o desenvolvimento do Império; são os mesmos que controlariam as relações de modo hegemônico; promoveriam a burocratização e automaticamente fiscalizariam e puniriam os descumprimentos das leis no Império.

Aqui chegamos definitivamente aos indivíduos que estariam em posse da suposta filosofia brasileira, aqueles que iriam encabeçar o *hall* dos intelectuais do Brasil, em um primeiro momento, a fim de constituir o imaginário nacional e, por fim, fixar a prática filosófica como instrumento de intelectualização. Estes são os alunos de direito:

Não endossamos também o sentido de causalidade implícito nas palavras do autor, ligando diretamente a presença da Academia em São Paulo com posições republicanas que, certamente, tiveram outras motivações. Ignorar porém a influência da presença da Academia na gênese do movimento republicano, na difusão das idéias republicanas, seria negar a evidência. (SIMÕES NETO, 1983, p. 153)

A filosofia passaria por um processo de adequação, já que seu papel estaria a cargo dos interesses daqueles que serviriam o estado. Tal engessamento asseguraria os interesses da

elite, pois o curso de direito se apropriaria do curso de filosofia para que além das questões jurídicas e legais, permitindo também ao bacharel em direito o domínio intelectual, oratório, lógico e de análise crítica, ou seja, dominasse o eruditismo, que somente seria conferido pela formação filosófica e literária até então. Essa prática cria uma forma de controle entre os que dominam, serializando aqueles que não dominam o conhecimento, permitindo a compreensão para operar com certos códigos. Essa operação legitimaria o detentor do discurso e criaria a relação orador/ouvinte (NOTO, 2010, p. 15).

Naturalmente seriam os filhos dessa velha elite (descendentes dos senhores de engenho) que iriam compor as primeiras cadeiras nas faculdades de direito como jurisconsultos e, a partir da década de 1840, passariam a ocupar o espaço no âmbito jurídico e cargos do estado, até a composição de uma nova elite de agricultores (futuros cafeicultores), surgidos com a expansão do processo de modernização brasileira. Deste modo, a filosofia contribuiria significativamente para a formação dos jurisconsultos.

Em um primeiro momento, os únicos que dominavam a filosofia no Império e automaticamente seriam responsáveis pelas aulas ministradas, referentes a esses conteúdos, são os padres e monges. E esses religiosos serão substituídos lentamente pelos seus alunos, que passariam a ocupar suas cadeiras e ministrariam suas aulas, fazendo com que o olhar filosófico se desvinculasse pouco a pouco das religiões, até que a influência de novas correntes, como os positivistas, empiristas, os espiritualistas e tantas outras correntes, passassem a ocupar as salas com um estrangeirismo fulcral.

Dentre os cursos que surgiram entre o fim do período colonial e a emersão do império, alguns serviram aos interesses da elite que se apresentariam aos portões deste mundo, enquanto outros serviriam para a construção de símbolos culturais e de bens que promoveriam o deleite dos membros da corte e de seus apoiadores, como já havíamos esclarecido anteriormente.

Assim ficaria enclausurada a filosofia nos conventos, ou seja, os mesmos conventos ou mosteiros que, no caso da cidade de São Paulo e na cidade de Olinda, sediaram o curso de direito no Brasil, o que pode nos servir como indicador de uma possível oportunidade de acessos não somente aos conteúdos, mas às obras que sugeririam a fomentação de debates entre membros da igreja e os bacharéis do curso de direito, inclusive debates entre os professores, que seriam adquiridos pelo conteúdo livresco que existia por parte dos membros da nobreza, mas que seriam bem diferentes entre os membros da Igreja.

Tal contato evidencia as primeiras reflexões acerca de temas filosóficos, pensamentos, ideologias, obras, métodos, conceitos e infinitas possibilidades de vislumbrar e construir a intelectualidade em terras não europeias.

Segundo Souza (2011. p. 157), em sua pesquisa referente aos períodos das práticas da *filosofia brasileira*, ela (filosofia) poderia estar dividida em três períodos: o primeiro compreende o período jesuítico a partir do século XVI através do Ratio Studiorum; o segundo seria o período Imperial de domínio total do Ecletismo, o positivismo e a religião da Humanidade, chegando até a crítica do positivismo na proposta de Tobias Barreto, o que evidencia o Monismo por influências das teorias evolucionistas e a influência pré-socrática; por fim, o período Republicano que desenvolve teorias culturais (culturalismo), kantismo e novos debates de cunho político e sociológico.

Entretanto, cabe observar que essa divisão contribui em partes para nossa pesquisa e deve ser problematizada, pois, assim como afirma Paim (1984. p. 19), a filosofia se concentrou em trabalhar com outros sistemas filosóficos e deixou de lado os problemas que sempre produziram novas correntes e novos sistemas filosóficos. Sobre o período ensaístico da filosofia brasileira, as produções destes ensaios não consolidariam ou produziram uma “filosofia brasileira”, isso ocorre por uma ausência de um caráter metodológico e pelo distanciamento dos problemas nacionais que não possibilitariam aos pesquisadores certa autonomia nas pesquisas, mas uma aproximação com outros filósofos de outras nações que foram apropriados ao longo do tempo. (BURNETT, 2018.)

A consciência de uma época pondera o mesmo escritor, só se conhece através do pensamento dos seus filósofos, porque eles é que traçam as ideias dominantes, as ideias diretoras do movimento social, as grandes concepções morais, religiosas e científicas, e que explanam a noção do direito, do dever e da moral social. (FDUSP., vol XXIV, p. 338).

Enquanto juriconsultos e bacharéis utilizaram a filosofia para aprender e operar com a intelectualidade, desenvolvendo a administração por intermédio de um processo educacional (FDUSP. vol. XXIV, p. 339), em um segundo momento, seria da esfera da Filosofia do Direito, mesmo que as matérias ainda não fossem totalmente seguras para os estudos em relação a uma base cultural, a disciplina responsável por propiciar as ferramentas fundamentais para a composição epistemológica do jurista, sobretudo através do processo que serviria para atender às necessidades dos segmentos como o direito econômico, mediante um processo racionalista, a fim de promover o desenvolvimento e progresso socioeconômico.

Outro fato que apresenta o auge da modernidade intelectual brasileira é a divisão de várias áreas ou disciplinas que seriam fundamentais para o desenvolvimento do sistema econômico do Brasil: “A reestruturação e ampliação do curso superior no Brasil, a partir de 1808, fizeram com que os estudos de Matemática, Física, Química, Biologia e Mineralogia se deslocassem dos cursos de filosofia” (CUNHA, 2011, p. 64).

É possível evidenciar o poder e o controle exercido por aqueles sujeitos que detêm o conhecimento filosófico. Destacamos o papel daquele que domina as práticas filosóficas, mesmo não sendo necessariamente um filósofo, mas sobre ele, o poder é instituído e está além da sua erudição e da sua capacidade intelectual, está além de um controle das produções econômicas e operam, sobretudo, com outros tipos de controle: o controle político, o controle social e o controle científico “Nenhuma exploração industrial e comercial está isenta de seu controle — guarda, todavia, para seu comando imediato os setores mais lucrativos, que concede, privilegia e autoriza à burguesia nascente, presa, desde o berço, às rédeas douradas da Coroa” (FAORO, 2001, p. 41).

Ademais, esses controles evidenciam, como as relações de dominação e controle se fizeram presente e como elas contribuíram na fixação de um processo de desenvolvimento político-social, permitindo, através deste panorama, a clareza sobre quem exerce o poder e como esse poder seria fecundo para prover os interesses de classes hegemônicas.

Na obra *Os Bacharéis na Política*, de Teotônio Simões Neto, os jovens bacharéis se encarregariam de criar e promulgar as leis e ocupariam os cargos políticos e públicos do estado, na justaposição em que representariam as classes dominantes e elitistas, garantindo e promovendo leis de seus interesses: “Na medida em que tal conhecimento é próprio de um grupo social, é lógico que tal grupo, dadas determinadas condições de coesão interna, tenha um grande poder, mesmo que simplesmente mediando interesses mais amplos do que os seus” (SIMÕES NETO, 1983, p. 21).

A formação do bacharel em direito não cria somente a profissão de advogado, mas cria cargos políticos e confere ao jurista algo maior que trabalho no estado: cria o intelectual, ou seja, cria o mentor, o lógico, aquele que sabe e é diferenciado daquele que não sabe, logo, não pode ser questionado por nenhum outro a não ser o próprio. “Tomando o bacharel em Direito nesta conceituação, poderíamos afirmá-lo como um profissional da lei, fazendo parte de uma fração da Intelligentsia Mannheimiana, a intelligentsia profissional legal” (SIMÕES NETO, 1983, p. 22).

O conhecimento destes juristas é calcado nas normas e princípios do direito, na linguagem e todos os elementos que compõem a consciência jurídica. Os elementos dessa



formação criariam homens com conhecimentos específicos e com linguagens distintas que não fariam parte do universo daqueles que são tidos como leigos por não possuírem a mesma formação. Tal capacidade crítica foi submetida aos interesses da elite segundo a obra de Roberto Gomes (1944) intitulada como *Crítica da Razão Tupiniquim*, que retrata a diferenciação dos juristas (GOMES, 1977, p. 64) por intermédio dos elementos como a linguagem e vestimentas, que acabaria por criar uma razão ornamental que não representaria os demais, elitizando o pensamento e o comportamento.

Essa razão ornamental faria ecoar o brilho das palavras e a agilidade do pensamento daqueles que a dominam. Por via de regra, apresentaria ao mesmo tempo o aspecto depreciativo e a fragilidade daqueles que não possuem a dita sistematização e logicidade intelectual. Essa defasagem intencional possibilitaria o desenvolvimento e controle sobre múltiplas instituições e sujeitos.

Anteriormente, a causa dessa razão ornamental seria provocada pela inserção de obras e pensadores estrangeirados e que, por influência do modismo, atrairiam os juristas que consumiriam seu pensamento de modo displicente. Os letrados são somente letrados, enquanto que os juristas produzem e determinam os elementos que encabeçam o poder, criando leis, fiscalizando-as, controlando-as; ora produzindo, ora determinando taxas e tributações do que se produz e daquilo que seria exportado; controlando o estado e por fim sendo eles os intelectuais do poder.

Os juristas aprendem e operam com o saber e estes saberes estão intimamente ligados com o poder. O modo como o saber estabelece as conexões com o poder é identificado pela objetivação segundo a análise de Noto (2010, p. 12) “[...] [a] noção de sujeito designa o indivíduo humano enquanto um objeto teórico construído pelas teorias das Ciências Humanas [...]”, e os juristas, sobretudo, são os sujeitos que operam e exercem as relações do poder e constituíram um tipo de subjetividade de dominação que os privilegiou e privilegia. Tais privilégios estão compreendidos em títulos, bens, riquezas, terras, em servos ou escravos e obviamente no próprio poder legal e político.

Quando o termo sujeito designa o indivíduo tomado como objeto a ser dominado pelas práticas de poder, no eixo do poder, as verdades reconhecidas no sujeito a ser conhecido são tributárias de uma série de práticas de poder que possibilitam certos tipos de conhecimento e de verdade. (NOTO, 2010, p. 12).

Esse formalismo engessa a capacidade de desenvolver outros intelectuais que não pertenceriam ao curso de direito e que poderiam articular contra os ideais dos juristas. Cabe ressaltar que isso também seria um efeito do processo da construção destes intelectuais, que



geralmente estabeleceriam critérios para que não houvesse oposições em relação ao seu pensamento e seus ideais. O volume proveniente da erudição intelectual cria um nível de entendimento e de sabedoria que obstrui o poder de reação daqueles que não dominam essas ferramentas e acaba por se submeter à consciência destes intelectuais.

É possível observar através desse processo que profissões como a dos médicos e engenheiros (militares), mesmo em cursos superiores, não lhes permitiriam ocupar os mesmos lugares e não promoveriam as mesmas relações de poder, não obstante, o exercício das funções praticadas por esses profissionais, estaria submetido à fiscalização dos juristas. Cabe observar que estes cursos superiores criam linguagens únicas, saberes que diferenciam estes sujeitos dos demais; essas profissões comportam as técnicas fundamentais de poder para constituir e desenvolver o Estado. Obviamente que esse processo seria alterado no fim do século XIX e especialmente nas primeiras décadas do século XX, pelo surgimento de outros atores que aprenderam nos bastidores como operar com as tramas do poder. São esses novos atores: os militares e os médicos.

Salientamos que tal alteração referente ao papel desses profissionais não ocorre por elevar o status das suas funções, mas por se apropriar do conhecimento jurídico e estabelecer conexões com outras áreas pré-estabelecidas pelas regras do poder e por fim criando a sua própria razão ornamental.

Para exemplificar o que queremos evidenciar: Cesare Lombroso (1835 -1909) com sua teoria sobre Antropologia Criminal, publicada em um jornal no ano de 1880, em que traça o perfil dos criminosos e seus atrasos cognitivos que é incorporado e interfere nas questões do Direito Penal; no Brasil, a partir de 1850 os higienistas começam a questionar as condições de uma vida salubre e por meio desse projeto iniciam uma campanha de combate contra as doenças e as condições de miserabilidade da população.

Por meio desse movimento, o estado brasileiro inicia uma ação pública em prol de cumprir com as solicitações desse ato, sendo que o projeto é criado e aprovado pelos juristas/estadistas.

Deste modo, o processo de sujeição nos coloca, do ponto de vista jurídico-político, a dispor para ser estabelecido o controle sobre pessoas e sobre as instituições, delimitando quem pode ou não exercer e como exercer ações referentes ao poder. Assim, é legitimado quem é ou não brasileiro e, a este dito cidadão, é conferido prestígio, o que já foi mencionado anteriormente sobre quem possui o título de cidadão e quais são seus deveres para assegurar certos direitos.

Esse suposto cidadão possuiria privilégios e isso o transporta a uma realidade que ainda seria mensurada pelos interesses do Estado, enquanto que o não brasileiro é mero espectador de uma realidade que se desdobra na sua frente, sem participação efetiva na composição do Estado (criando nova relação de sujeição).

Do mesmo modo que uma lei, como a do Poder Moderador, que determina e confere poder ao soberano (Dom Pedro I e Dom Pedro II), as leis promulgadas pelos juristas estariam estabelecendo e concentrado nas mãos dos mesmos, os mecanismos para compor as leis que lhes interessar. O que nos permite compreender que os jurisconsultos fiscalizariam as leis dos doutores juristas e esses por sua vez promoveriam, através da sua legislatura, a construção das leis deste Estado:

À centralização do poder nacional, correspondeu uma centralização do Direito. Com o aparecimento do Estado Moderno, legal, burocratizado, afirmando a igualdade de todos perante a Lei, a liberdade dentro da lei, entroniza-se, no lugar de um Deus fora da Terra, um Deus na Terra: a Lei. (SIMÕES NETO, 1983, p. 23).

Assim como o poder do Estado é concentrado nas “Mãos de Deus” no período medieval, com o advento do Estado Moderno a lei está em posse dos homens, mas não homens comuns, mas aqueles que carregam títulos de bacharéis em direito. Uma nova possibilidade nos permite efetuar nova análise: Os bacharéis possuem linguagem própria assim como os padres medievais<sup>11</sup>; o conhecimento que lhes confere tamanho poder somente circula entre seus pares; através desse poder são criadas as relações de dominação; e por fim, estes não se identificam com os demais homens por lhes serem atribuídas funções e inserindo uma clara distinção das relações de poder.

---

<sup>11</sup>Na obra *Crítica da Razão Tupiniquim* (1977), Roberto Gomes (1944) efetua uma correlação do pensamento que é analisado como razão ornamental e que através de um processo histórico fora mantido e enraizado pelos homens modernos. Não obstante os pensadores brasileiros manteriam a *razão ornamental*, assim como homens de outros tempos, mas explorariam outros homens a partir dessa ferramenta, não seria atribuído aos que não possuem a razão ornamental o poder de ação.

## 1.1 A FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE.

O curso de Direito no Brasil é oficializado pela Lei de 11 de agosto de 1827. A lei foi transcrita pelo Senhor Luís José de Carvalho e Melo (1764 -1826), primeiro visconde com grandeza da Cachoeira, e novamente apresentada juntamente com o Ministro da Justiça da época José Feliciano Fernandes Pinheiro, primeiro visconde de São Leopoldo. Através da Constituinte, a lei pôde finalmente ser assinada e assim permitiu o estabelecimento dos cursos de direito na província de São Paulo e na cidade de Olinda.

Entre ataques e algumas ofensas sobre certas províncias e questionamento frequentes sobre quais cidades que sediariam o curso de direito, poderíamos evidenciar os interesses de que os locutores tinham em recepcionar uma das duas instituições em suas províncias ou cidades, pois isso representaria um possível desenvolvimento econômico e político para as sedes.

Martin Francisco, irmão de José Bonifácio, chama a Bahia de segunda Babilônia e diz que as distrações são infinitas, fora o caminho da corrupção (TOLEDO, 2003, p. 312). Entretanto, quando a constituinte é apresentada e discutida em 1826, o projeto de lei efetuado pelos deputados federais que traria à luz, não uma universidade, mas um curso na área jurídica. Ainda assim, os debates sobre a sede da instalação do curso de direito seriam estendidos, até que, por emenda do deputado Francisco de Paula Souza e Melo, foi informado, finalmente, que não haveria um curso só, mas dois, sediados respectivamente em Olinda e outro em São Paulo.

Com os debates sobre as sedes dos cursos de direito vencidos, o novo entrave seria sobre os nomes indicados para os cargos de diretores das academias.

Os juristas da época eram formados em Portugal na universidade de Coimbra e nem todos seriam naturais desta Nação. A disputa entre reinóis (naturais do reino) e Mozambos (filhos de pais estrangeiros, como é o caso dos filhos dos portugueses nascidos no Brasil), assim classificadas pelas distinções geográficas, subentendiam distinções cognitivas pela sua origem. Esse seria o cenário para a escolha dos diretores da academia e academia de direito.

O nome escolhido então como diretor da instituição de direito da cidade de Olinda foi o do Senhor Pedro de Araújo Lima (o Marquês de Olinda e Presidente da Câmara dos Deputados), em que suas qualidades através dos seus títulos lhe permitiram a indicação para ocupar tal cargo.

A academia de Direito de Olinda seria fundada no antigo espaço do Mosteiro de São Bento, espaço destinado para as práticas religiosas o qual abrigaria a primeira turma do ensino

de direito, composta por 41 estudantes matriculados e que passariam a ocupar o primeiro andar a partir do dia 2 de junho de 1828, quando seriam inauguradas as primeiras aulas com o primeiro professor a lecionar, que seria o Dr. Lourenço José Ribeiro.

A inauguração ocorreu através de um ato solene que contou com a presença de celebridades civis e eclesiásticas. O curso contou com alguns problemas na sua fase inicial: grandiosa influência religiosa e certa precariedade estrutural para recepcionar os primeiros estudantes. Isso ocorreu por se tratar claramente de um espaço que não era destinado para tal fim.

No princípio, o curso só contava com uma disciplina que se dividia em três: “Direito Natural, Análise da Constituição e Direito das Gentes e Diplomacia”, segundo Loureiro (2011, p. 2). Ao todo, seriam 9 cadeiras ocupadas pelo mesmo número de lentes catedráticos.

A faculdade de direito de Olinda é conhecida por um marco de recepcionar os alunos que foram rejeitados pelas universidades de Portugal e da França, o que criaria outros problemas como a insubordinação dos estudantes e a baixa produção para contribuir com o desempenho da instituição, e isso enfraqueceria a produção acadêmica dessa instituição.

[...] as ideias a priori só existem nos homens individualmente considerados, jamais na espécie humana como um todo, pois a cultura e o direito são resultado da evolução histórica do ser humano, enquanto suas bases biológicas são transmitidas hereditariamente pelo “sistema nervoso”, o que hoje se chamaria “código genético”. (ADEODATO, 2003, p. 308).

A intelectualidade não seria uma característica comum a todos os homens, outro ponto que contribuiria para um processo de seleção que indicaria os aptos e inaptos para exercer a função jurídica. Atribuída através do Darwinismo social, a capacidade cognitiva proveria da herança genética e permitiria àqueles que descenderiam de famílias com notáveis habilidades intelectuais maior clareza para a burocratização do estado.

Algo marcante surgirá dessa idealização referente a uma herança genética: “*dinastia de bacharéis em direito*”.

Após 22 anos de sua fundação, a faculdade de Direito mudaria para um novo espaço em Recife, dando origem a Escola de Recife. Proveniente dessa mudança, alguns historiadores indicam que é neste momento que a faculdade ganha, de fato, o ar de “faculdade”, com os objetivos e princípios realmente voltados para os ideais do curso de direito<sup>12</sup>: independem então do ensino da universidade de Coimbra; rompem com a tradição

---

<sup>12</sup> Na obra emblemática de Nilo Pereira A Faculdade de Direito do Recife – 1927-1977 ele retrata a significativa mudança nos traços culturais ao estabelecer a Faculdade de Direito em Recife, justamente pela tradição

católica de ensino; instauram um ensino humanista e separam o ensino jurídico do ensino social.

Em 1854 a Faculdade de Direito chegava ao Recife, vinda de Olinda. Naquele ano era Faculdade. O barão e futuro Visconde de Camaragibe seria o diretor que a receberia numa cidade festiva. Um decreto do governo imperial mudava a antiga Academia de Ciências Sociais e Jurídicas em Faculdade de Direito do Recife. Era um fato de capital importância, que magoou profundamente a sensibilidade olindense. (PEREIRA, 1978, p. 30).

Seguindo essa narrativa, enfatizamos que a faculdade de direito alcançaria seu status, como faculdade, na sua mudança para Recife e não literalmente na sua fundação. A distância entre Olinda e Recife era outro ponto que prejudicaria significativamente o trânsito tanto para professores como para os estudantes. Cabe salientar que é neste cenário que o eixo econômico muda da região nordeste para o sudeste com a produção cafeeira (SCHWARCZ, 2004, p. 22-23).

Ainda segundo Schwarcz (2004, p. 23), as mudanças compreenderiam também as questões de interesse da nova elite, que ela denomina como “elite ilustrada”, através de uma diversificação mais profunda o curso de direito. Em São Paulo adotava-se os modelos liberais de análise e na faculdade de direito de Recife a influência do social- Darwinismo de Haeckel e Spencer- predominavam.

A Faculdade de Recife passou a ser o centro do pensamento filosófico e cultural brasileiro. Pelo seu feito humanista, a faculdade alcançaria esse título, em seus tempos áureos, através da sua formação humanista, onde formaria “[...] famosos praxistas e advogados, mas foi imenso o número de jurisconsultos, filósofos, poetas, sociólogos, ensaístas, políticos e estadistas<sup>13</sup>” (FERREIRA, 1977, p. 6).

Os bacharéis em direito não estariam isolados da sociedade, o que acabaria sendo um problema para a produção de teses e defesas dos cursos jurídicos referentes à sua realidade política, social e econômica daquela época. Nesse ínterim, os jovens bacharéis deixariam o

---

histórica da faculdade de Olinda. Essa tradição servil e frágil provocaria grandes mudanças para atender as necessidades que deveriam estar compreendidas no desenvolvimento sócio-econômico do Império.

<sup>13</sup> Evidenciamos que a formação dos cursos de direito formaria e comporia a nova elite que substituiria a velha elite do engenho. Contudo, são os filhos das elites que possuiriam acesso para cargos e funções de grande importância no cenário nacional. São confiados aos descendentes da velha elite o papel e a oportunidade de construir as leis e encaminhar o império, para isso seria necessário a consolidação da intelectualidade dessa elite.

modo de vida e a simples sapiência rural para desempenhar o papel de dirigente e chefe dos interesses do Império em um primeiro momento.

Nomes como “Aníbal Falcão, Franklin Távora, Araripe Jr., Clóvis Beviláqua, Higino Cunha, Graça Aranha, Artur Orlando e Martins Jr.” (RAGO; VIEIRA, 2010, p. 6), teriam destaque na composição da primeira fase de uma Vanguarda política e intelectual.

A primeira fase dessa mudança compreende: as contribuições de Sylvio Romero (1851 – 1914), denominado como fase literária que foi iniciada em 1862 e duraria até 1868; a segunda fase compreende o ano de 1868- 1882, quando é negada a metafísica ortodoxa pela impugnação da filosofia (GOMES, 2014 p.98); surge neste contexto, o ilustre Tobias Barreto (1839-1889) com as discussões referentes à Filosofia do Direito, inclinada ao positivismo que se opunha ao pensamento eclesiástico.

Segundo Gomes (2014, p. 99-100), a última fase seria composta com a junção das contribuições de Romero e Barreto, que seriam atribuídas ao contexto histórico como referenciais teóricos das questões do direito natural e não estariam mais compreendidos no direito divino. Tamanha a influência destes dois pensadores, que iluminariam os futuros intelectuais brasileiros em diversas áreas do Saber: “Entre todos os pensadores, no entanto, destaca-se Sílvio Romero, cuja influência chegou às gerações subsequentes de autores que marcaram profundamente o pensamento social brasileiro, tais como Euclides da Cunha, Oliveira Viana e Gilberto Freire” (RAGO; VIEIRA, 2010, p. 5).

A Escola de Recife é o nome dado ao movimento cultural que nasceu com Silvio Romero através das suas articulações filosóficas que visavam romper com o legado do pensamento aportuguesado e afrancesado que dominavam os ditos intelectuais brasileiros até então.

Reinavam na Faculdade o espiritualismo aristotélico-tomista, uma filosofia idealista e eclética, assim como as ideias monárquicas e a tradição do feudalismo nordestino, dos senhores de terras explorando os trabalhadores; vigorava também um certo romantismo no plano intelectual e a mentalidade geral era conservadora. Começa então, no dizer de Sylvio Romero, “um surto de ideias novas a assolar o país”, buscando os jovens professores recifenses apoio no positivismo de Auguste Comte. (ADEODATO, 2003, p. 304).

Com essa mudança cultural, as correntes que se faziam presente na vida dos jovens bacharéis de direito em Recife sofriam significativas mudanças. Enquanto que o positivismo passaria a possuir maior representatividade no Rio de Janeiro (na academia real da corte e com os militares) e em São Paulo (no Largo São Francisco), no Recife as Correntes

Filosóficas representariam as primeiras tentativas de uma produção de um pensamento filosófico legitimamente brasileiro.

Tobias Barreto é o nome que incita os primeiros movimentos que passariam a romper com a tradição positivista. Tobias Barreto segue o monismo de Haeckel sem sua linha mecanicista, mas que transfere ao curso de direito um pensamento claro sobre a questão da criminalidade e sua natureza hereditária. Enquanto que Sylvio Romero seguia a corrente do pensamento de Spencer sobre o evolucionismo e em um novo momento, na sua maturidade, dedicou-se ao pensamento de Le Play sobre os métodos sociológicos, a fim de obter uma ferramenta que possibilitasse a compreensão sobre os fenômenos sociais brasileiros.

Aqui cabe observar que este é o momento crucial para o surgimento de uma intelectualidade brasileira, isto é conferido por meio do caráter epistemológico e atribuído por intermédio do desenvolvimento do pensamento nacional através da criticidade proveniente da análise que a Escola de Recife promove aos seus bacharéis.

Segundo Adeodato (2003, p. 305), “[...] de modo geral, só eram estudados os autores e as culturas portuguesa e francesa.”, comprometendo a capacidade crítica dos jovens juristas, que não só pensariam através da cultura europeia, mas viam os problemas através desta realidade aportuguesada ou afrancesada. Depreende-se disso a dificuldade de produzir um pensamento autônomo sem os vícios e as interferências estrangeiradas que surgiriam do contato de outras culturas.

Embora a capacidade de criticidade sobre a realidade social e o meio que se desenrolavam as necessidades jurídicas somente seriam possíveis pelas contribuições da filosofia, “[...] a filosofia seria uma ancila das ciências, ou melhor, uma enciclopédia destas, sistematizando e fornecendo os pilares das construções científicas” (ADEODATO, 2003, p. 306). Essa mesma filosofia que despontaria no Império não seria diferente daquela filosofia que se desenvolvia na Europa, logo, as contribuições da filosofia são de valiosa importância para a intelectualidade brasileira.

Essa intelectualidade desenvolveria o bacharel em direito na Escola de Recife na seguinte perspectiva:

O cientista do direito tem, pois, que atentar para o duplo aspecto da vida jurídica: as idéias e sentimentos da consciência individual e os costumes, leis e outras manifestações da “consciência geral”, no jargão da época. Em uma visão mais cara à Escola do Recife, com sua visão empírica e positiva, o “direito natural” de Post é situado no tempo e no espaço, substituível e não eterno, quase uma metáfora. (ADEODATO, 2003, p. 308)

Impossível separar a filosofia da vida e das práticas desse jurista, já que este é o cientista do direito, que depende do conhecimento sistematizado que é originado pelo pilar da genetriz das ciências. Essa filosofia estaria no espírito humano segundo Tobias Barreto e Sylvio Romero<sup>14</sup>.

O processo da Escola de Recife é apresentado na obra de Adeodato (2003, p.313), segundo o olhar de Clóvis Bevilacqua: “[...]o movimento do Recife foi, a princípio, literário e poético, depois, filosófico e crítico, e, finalmente, jurídico.”, o que nos permite compreender a importância de construir o intelectual antes de lhe atribuir as funções jurídicas.

Em um novo contexto, referente à aula inaugural de Bevilacqua (1859-1944):

De resto, e para ater-me às atitudes dos estudantes das ciências jurídicas, cabe afirmar que às Escolas de Direito são em todos os tempos, e por toda parte, a fonte principal de preparação dos políticos e da formação dos homens de Estado. É que a arte de governar tem como suporte principal o culto do direito, claro está que aliado ao conhecimento dos problemas que interessam à vida e ao progresso da sociedade. (AUGUSTO<sup>15</sup>, 1969, p. 200).

Por fim a formação na Faculdade de Direito criaria estadistas e intelectuais comprometidos com o desenvolvimento e progresso, vislumbrado pelos ideais filosóficos.

Por outro lado, houve também críticas às influências políticas do positivismo mais radical, sobretudo em relação ao “republicanismo totalitário”, combatido pelos próprios positivistas, como Alberto Sales. Tal vertente veio a se transformar na força política dominante no país, começando no Rio Grande do Sul, sob a liderança de Júlio de Castilhos, passando ao plano nacional com Getúlio Vargas, evoluindo para uma versão brasileira do fascismo, na obra de Francisco Campos e no movimento integralista, e triunfando sobre o anacrônico liberalismo brasileiro. (ADEODATO, 2003, p. 316).

A citação anterior nos indica alguns nomes dos sujeitos que comporiam os espaços destinados a burocracia e deveriam promover o desenvolvimento desse estado; além das suas perspectivas filosóficas. Tais perspectivas evidenciaram os interesses desses homens, que surgiriam aos poucos através da formação do curso de direito. “Portanto cada deputado, ainda

---

<sup>14</sup> Adeodato aponta que a Sylvio Romero e Tobias Barreto estavam cientes de que a filosofia residia no espírito humano e por este motivo entendiam a importância da metafísica em detrimento do positivismo. “haja vista sua eterna presença no espírito humano, levando-o a questionar a razão última das coisas. Esse questionamento é a base da metafísica” (Adeodato, 2003, p.311).

<sup>15</sup> Transcrição efetuada por Jose Augusto (Aula inaugural do curso Clóvis Beviláqua em 11 de agosto de 1959 no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) à Revista da Faculdade de direito no ano de 1969 através das palavras de Bevilacqua no ano de 1902-5.



que deva representar, sobretudo os interesses gerais da nação, representa especialmente os do estado a que pertence.” (PAIM, 1997, p, 100).

Enquanto que a filosofia sofre com a influência do estrangeirismo, proveniente da racionalidade europeia, gerando problemas para o desenvolvimento do pensar filosófico nacional: “O Atraso da Filosofia entre Nós [...]” (PAIM, 1997, p. 16), a Escola de Recife desenvolve a sociologia brasileira que se ocupa em trabalhar com as questões sociais para compor os elementos jurídicos.

A origem desse atraso é compreendida pelo predomínio das velhas narrativas como o positivismo, que não apresentaria nada de novo segundo a perspectiva da Escola de Recife, que isola a filosofia positiva e questiona a natureza dos fenômenos sociais sem o uso dos elementos do monismo, positivismo e o empirismo Inglês.

Contudo, cabe salientar que a filosofia não encontra o seu fim aí, mas ela passaria a compor o espaço enciclopédico do saber que instrumentalizaria as outras ciências, como havíamos apontado anteriormente. Entretanto, sua prática no Brasil ficará a cargo daqueles que apresentariam habilidades e se interessavam em desenvolver o pensamento e a intelectualidade filosófica brasileira, os Bacharéis. Ademais, a prática da filosofia se estabelece (também) de modo secundário, o que provocaria o exercício da leitura filosófica, sem o compromisso em desenvolver uma corrente filosófica ou como uma prática que deveria dar frutos e se comprometer com o espírito humano.

Eventualmente que a filosofia seria praticada ou exercida por pensadores que não estariam comprometidos com a busca por uma originalidade no processo de seu desenvolvimento, como aponta a obra *Filosofia Brasileira* de Sylvio Romero quando fala da filosofia de Mont’Alverne:

O autor de A Filosofia no Brasil chama a atenção para o fato de que a obra de Monte Alverne (1784/1855) foi escrita no período em que este havia “atingido o máximo grau de profundidade de pensar”. Efetivamente, o ilustre franciscano teve a desventura de ficar cego aos 52 anos de idade (1836), três anos após haver escrito o compêndio. Nem por isto, no entender de Sílvio Romero, merece ser qualificado como gênio, condição na época lhe era atribuída. “Ainda é costume – diz – assim apelidar-se à inteligência ultrafecunda, capaz de elevar-se acima dos prejuízos correntes e abrir uma nova era e novos destinos à humanidade. O distinto franciscano distava imenso dessa altura; prova-o o seu desditoso compêndio, onde manifesta-se escravo submisso das vulgaridades e ridicularias da filosofia entre nós”. (PAIM, 1997, p. 21).

Romero não identifica fecundidade no pensamento de Mont’Alverne e ainda percebe a pobreza na produção de seu compêndio. Pobreza atribuída não somente ao fato de não possuir

originalidade, mas confusão em torno de suas narrativas e ausência de clareza por parte da exposição de suas ideias.

O que de fato é percebido na Escola de Recife é a capacidade dos jovens bacharéis em pesquisar e estudar as diversas correntes filosóficas e sua tentativa de emancipação do modelo de pensamento pré-posto pelo estrangeirismo. Contudo, não partiu da escola de Recife ou da Faculdade de Direito de Recife a Filosofia Brasileira. O que houve foi o desenvolvimento de uma intelectualidade versada no campo social, literário, econômico e político através do saber filosófico, mas que ora se originou por meio do pensamento estrangeirado e em outro momento se propôs no distanciamento dessa intelectualidade além do mar.

## 1.2 ARCADA DE DIREITO DE SÃO PAULO

Nascido na Província de São Paulo e formado em Coimbra, o Senhor José Arouche de Toledo Rendon (1756-1834) seria nomeado como o primeiro diretor da Faculdade de Direito de São Paulo (TOLEDO, 2003, p. 313).

Fez o curso de direito civil em Coimbra onde recebe o grau de doutor em leis em 14 de julho de 1779. De volta ao Brasil, abriu a sua banca de advogado e m São Paulo. Serviu, depois, os cargos de juiz de medições, de juiz ordinário, de juiz de orphams e de procurador da Coroa. E os serviu com proficiência e honradez. (FDUSP, 1928, p.15).

Este foi o caminho trilhado por aquele que seria o responsável por escolher o espaço destinado à sede do curso de direito na província de São Paulo. O futuro diretor iniciou seus trabalhos antes mesmo da fundação da arcada de Direito e: “Inspeccionou o convento do Carmo e São Bento que lhe pareciam inconvenientes.” (FDUSP, 1928, p.17).

Ao conhecer o convento de São Bento, julgou que esse apresentava melhor estrutura para o objetivo da fundação da academia de direito. Vale ressaltar que a escolha por conventos enquanto uma estrutura que receberia a academia se dava pelo simples fato de que as estruturas físicas seriam adequadas e somava-se a isso ausência dos frades.

A defesa do Visconde de São Leopoldo, no que se refere à abertura da Academia em São Paulo, teve por base os debates sobre os preços mais baratos das moradas em São Paulo, já que, por sediar os cursos de direito, deveria possuir alojamentos e imóveis para recepcionar todos os alunos que ingressariam no curso de direito que viriam de outras regiões. Outro fator defendido pelo Visconde de São Leopoldo seria o clima ameno e por um marco geográfico que era o rio Tietê que, como o Modengo em Portugal, cortava a cidade (TOLEDO, 2003, p. 267).

As celas, antes moradas dos frades, serviriam para construção das salas de aulas, juntamente com outros cômodos. Aponta-se que não seria necessária nenhuma demolição, e que não haveria problemas com o desalojamento dos cinco franciscanos que ali ainda residiam. “Os frades, no primeiro ano de funcionamento da faculdade, ainda ocuparam um canto da construção e partilhavam com os estudantes o único acesso ao prédio, a portaria situada no vestíbulo da igreja” (TOLEDO, 2003, p. 313). No ano seguinte, o espaço passaria a ser integralmente da academia do direito sem nenhum frade nas acomodações.

As cercas que eram mantidas pelos padres na época do convento, foram derrubadas, permitindo, assim, o fim do quintal particular que passaria a ser público e dando o nome de largo, que literalmente foi o que aconteceu com aquele espaço.

A biblioteca pública instalada no convento dos franciscanos seria composta por doações de diversos homens e personalidades da época, como o Bispo D. Mateus de Abreu Pereira, que contribuiu nos primeiros anos com a maior parte do acervo, que até então se encontrava na mesma disposição desde sua fundação, mas encontraria um novo doador no Diretor Arouche, que também contribuiu para a ampliação dos acessos às obras.

A anexação da biblioteca ao espaço da academia não demorou muito. No ano de 1836 a biblioteca dispunha de 6.045 (seis mil e quarenta e cinco volumes), mas ainda assim carecia de livros recentes justamente da área de direito e sobravam livros de teologia.

A Província de São Paulo deixaria de ser a província interiorana e ganharia novos ares. As ruas sofriam mudanças pelo processo lento da urbanização e se via um novo estilo de vida. Seus novos moradores que ali apareceriam por causa do curso de direito, permitiriam, ainda, novas linguagens e novos olhares ao novo universo particular que se desenhava.

Surgia também um novo tipo de vida que antes não se fazia presente: a vida intelectual, que faria este lugar alvorecer. O contato com novas pessoas e novas práticas culturais, provenientes de outras cidades e províncias, outras vezes, provenientes de outras nações, trariam condições para uma vida salubre e mais cosmopolita.

Em meio a tudo isso, surge o primeiro jornal impresso chamado o Farol Paulistano, lançado em 7 de fevereiro de 1827 e possuía como proprietário o senhor José da Costa Carvalho, o Marquês de Monte Alegre (1796 – 1860). Fora agraciado com tal título por Dom Pedro II. Nascido na Bahia, bacharelou-se em 1819 na universidade de Coimbra e de volta ao Brasil seguiu a carreira na magistratura, sendo nomeado aos cargos de Juiz de Fora e ouvidor da Província de São Paulo. Foi também principal redator do Jornal que fundara, o qual defendia os ideais do grupo conhecido como liberais que faziam oposição ao governo de Dom Pedro I. Foi fonte de fortes debates acerca do despotismo e os processos do papel da Monarquia.

A partir do nº 126, de 2 de julho de 1828, O Farol passou a sair em tipografia própria, chamada Typographia do Farol Paulistano. Tanto a redação quanto as oficinas da folha funcionavam no nº 33 da antiga Rua São José, hoje Rua Libero Badaró (BASE NACIONAL DIGITAL / FAROL PAULISTANO).

O primeiro Jornal manuscrito na Província de São Paulo chamado de: [...] o paulista, bissemanário elaborado com paciência de “Jó” pelo professor de latim. Antonio Mariano de Azevedo Marques, cognominado o ‘mestrinho’. (TOLEDO, 2003, p. 314).

Assim as disposições da comercialização do primeiro jornal manuscrito ficariam destinadas ao processo de partilha de cinco assinantes, ao passo que deveria ser entregue um ao outro quando terminada a leitura.

Observa-se uma mudança nas relações culturais e sociais de São Paulo e a criação do jornal evidencia algumas dessas alterações.

A inauguração da academia ocorre no dia 1 de março de 1828 com o total de nove cadeiras criadas, distribuídas anualmente, até que seria compreendido o total de cinco anos do curso distribuídos nas seguintes disciplinas:

- 1º. Ano: Direito Natural; Direito Público, compreendendo Análise da Constituição do Império, Direito das Gentes e Diplomacia.
- 2º. Ano, a continuação das matérias antecedentes, acrescentando-se: Direito Público Eclesiástico.
- 3º. Ano: Direito Civil Pátrio e Direito Pátrio Criminal.
- 4º. Ano, a continuação, do Direito Civil Pátrio e Direito Mercantil e Marítimo e, finalmente;
- 5º. Ano: Economia Política e Teoria à Prática do Processo. (BRASIL, 1827).

Segundo Sergio Adorno (1993), na obra *Os Aprendizes do Poder*, e também segundo a Revista da Faculdade de Direito no ano de 1928 – volume XXIV, a seguinte disposição das disciplinas durante o curso da faculdade de direito e o nome daqueles que preencheriam as vagas e cadeiras foram consolidadas para dar lugar aos primeiros lentes e às suas respectivas cadeiras, desde a fundação do curso de direito em São Paulo até o primeiro quarto do século XX:

#### DIREITO NATURAL

- 1. Conselheiro Dr. José Maria de Avellar Brotero (1827 a 1871)

#### PHILOSOPHIA DO DIREITO

- 1. Dr. Brásilio Augusto Machado d'Oliveira, Barão Brásilio Machado (1890 a 1891)

#### DIREITO PUBLICO E CONSTITUCIONAL.

- 1. Dr. Carlos Leoncio da Silva Carvalho (1895 a 1901).

#### ROMANO

- 1. Conselheiro Dr. João Chrispiniano Soares (1854 1871).

#### ECCLESIASTICO.

- 1. Conselheiro Dr. Balthazar da Silva Lisboa (1827 1830),

#### EXPLICAÇÃO SUCCINTA DE DIREITO PÁTRIO, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO.

- 1. Dr. Uladislau Herculano de Freitas (1890)

#### DIREITO CIVIL

- 1. Conselheiro Dr. Prudencio Giraldes Tavares da Veiga Cabral (1829 a 1861)

#### DIREITO COMMERCIAL

- 1. Conselheiro Dr. Clemente Falcão de Souza (1831 a 1864)

## DIREITO CRIMINAL

1. Dr. José Joaquim Fernandes Torres (1829 a 1833)

## DIREITO PENAL MILITAR E SEU PROCESSO.

1. Dr. Raphael Corrêa de Sampaio (1925)

## THEORIA E PRÁTICA DO PROCESSO CRIMINAL.

1. Dr. José Mariano Corrêa de Camargo Aranha (1911a 1913).

## DIREITO DAS GENTES, DIPLOMACIA E HISTÓRIA DOS TRATADOS.

1. Dr. Américo Brasiliense de Almeida Mello (1891 a 1894)

## DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

1. Dr. José Bonifácio de Oliveira Coutinho (1911)

## DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. Dr. Braz de Souza Arruda (1925)

## DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.

1. Dr. Theophilo Benedicto de Souza Carvalho

## HISTÓRIA DO DIREITO E, ESPECIALMENTE, DO DIREITO NACIONAL.

1. Desembargador Dr. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (1890 a 1897)

## INTRODUÇÃO GERAL AO ESTUDO DO DIREITO, OU ENCYCLOPEDIA JURÍDICA.

1. Dr. João Braz de Oliveira Arruda (1911 a 1915)

## MEDICINA LEGAL e MEDICINA PÚBLICA.

1. Dr. Antônio Amando Pereira de Carvalho (1891 1925).

## HIGIENE PÚBLICA

1. Dr. Augusto César de Miranda Azevedo (1890 1895).

## DIREITO ADMINISTRATIVO.

1. Conselheiro Dr. José Ignacio Silveira da Motia (1854 a 1856).

## ECONOMIA POLÍTICA.

1. Conselheiro Dr. Carlos Carneiro de Campos, de Caravellas (1829 a 1858)

## SCIÊNCIA DAS FINANÇAS E CONTABILIDADE DO ESTADO.

1. Dr. José Luiz de Almeida Nogueira (1891 A 1896)

## THEORIA E PRÁTICA DO PROCESSO CIVIL E COMMERCIAL.

1. Dr. Luiz Nicolau Fagundes Varela (1828 a 1831)

## PRÁTICA FORENSE.

1 Dr. João Mendes de Almeida Júnior (1891 a 1896)

## NOÇÕES DE ECONOMIA POLÍTICA E DIREITO ADMINISTRATIVO.

1. Dr. Manoel Clementino de Oliveira Escorei (1891 1896).

## DIREITO PÁTRIO PROCESSUAL.

1. Dr. Antônio Januário Pinto Ferraz (1891 A 1896)

## EXPLICAÇÃO SUCCINTA DE DIREITO PÁTRIO, . CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO.

1. Dr. Jesuino Ubaldo Cardoso de Mello (1891 A 1894)

## THEORIA DO PROCESSO CIVIL E COMMERCIAL.

1. Dr. Manuel Aureliano de Gusmão (1917 a 1922)

## PRÁTICA DO PROCESSO CIVIL E COMMERCIAL.

1. Dr. Estevam de Araújo Almeida (1911 a 1926).

## LEGISLAÇÃO COMPARADA.

1. Dr. Ernesto Moura (1892 a 1911) (FDUSP. 1928, volume XXIV, p. 167 -175).

Inserimos os nomes dos primeiros ocupantes das cadeiras e, respectivamente, para efetuarmos alguns apontamentos sobre a participação da filosofia e as influências no processo de assimilação dos lentes e dos juristas: o primeiro caso é o direito criminal, que o positivismo contribui através dos seus estudos dos fenômenos; o direito civil usa também das contribuições do positivismo para poder efetuar a análise dos fenômenos através dos métodos positivos; a cadeira de Economia e Política usa do método positivo para efetuar suas primeiras análises, passando para as análises com o respaldo da sociologia; o direito público se utiliza de suas características da filosofia germânica de Hegel, além das influências críticas de

Rousseau e Montesquieu; o curso de Filosofia do Direito versa sobre diversas áreas do saber filosófico, mas sua primeira fase também seria permeada pelo positivismo de Comte por estudar o fenômeno jurídico, havendo influência do ecletismo, do classicismo e do kantismo. (FDUSP 1928, volume XXIV, p.354 -373).

Destaca-se a observância de que não seria exclusivo do curso de Filosofia de Direito que encontraríamos as práticas da filosofia propriamente dita, mas ela estaria em todos os espaços acadêmicos do Largo São Francisco.

A seguir, trataremos de um dos nomes que possibilitaria à nossa pesquisa o ensejo esperado, permitindo entender quais foram as contribuições da filosofia para a formação dos bacharéis, as primeiras consciências jurídicas e políticas do país, o que acabaria por configurar a formação de uma consciência social: o lente José Maria de Avelar Brotero (1798-1878).

## 2. O PROFESSOR AVELAR BROTERO

O primeiro lente do curso de direito foi o senhor Avelar Brotero (1798-1878), que lecionaria na cadeira de direito natural. Formado em direito em Coimbra, foi lente durante o período de 1827 a 1872. É o primeiro nome também que leva a filosofia para dentro da arcada de São Paulo e traz debates emblemáticos como a defesa da abolição da escravatura.

O professor que lutou contra o movimento absolutista formou-se em 1820 e, ainda jovem, lutou contra o movimento da contrarrevolução. Perseguido pelos seus ideais fugiu para o Brasil na fragata brasileira Niterói, segundo a obra de Viotti (1974), que retrata com uma riqueza a história deste homem tão fundamental para a arcada de direito em São Paulo.

Segundo a Revista Brasileira de Direito Constitucional, nas palavras de Cunha (2011), o professor Brotero ainda foi pioneiro ao lecionar a disciplina de Direito Constitucional, precedendo o italiano Pellegrino Rossi.

Nomeado por Dom Pedro I em 12 de Outubro, no ano de 1827, enquanto o conselheiro Brotero lecionaria no início de 1829, o que nos confirma de fato que suas aulas seriam iniciadas antes do italiano, que passaria a ministrar em 1835 a mesma disciplina na França e se intitulava como pioneiro. Tal debate é importante para o que se desenrolaria no futuro, pois mesmo sendo o Senhor Brotero aquele que inauguraria a disciplina no curso de direito, seu compêndio seria substituído por um material de origem francesa.

Sua primeira aula na academia de direito fora datada em 1º (primeiro) de março de 1828, que o jornal “Farol Paulistano” divulgou, destacando a magnificência da aula proferida pelo primeiro lente do curso de direito, pois a mesa do Senado conferiu ao professor o título de primeiro lente da Academia:

Em consonância com o Decreto federal n. 1.232, de 02 de janeiro de 1891, sendo seus regentes: José Maria Avellar Brotero, primeiro lente da Academia de Direito, nascido em Lisboa, tendo lecionado de 1828 a 1871, quando se aposentou (FDUSP, 2013, p. 93-115).

O professor Brotero escreveu o compêndio sobre “Direito Natural”, o qual seria rejeitado pela Comissão de Instrução Pública dos Deputados Federais sob o argumento de que a obra não passava de um compilado de ideias, ainda fracas, que não possuíam força e tão pouca convicção, o que acarretaria em argumentos débeis que não estavam em conformidade com o curso.

O livro do Conselheiro Brotero seria substituído pelo livro de Perreau: “Éléments de Legislation Naturelle”, que foi adotado por quatro décadas na academia. A obra do



conselheiro estava repleta de anacronismos, segundo Viotti (1974, p.262), afirmações ingênuas e sem sentido, juntamente com a confusão de pensamento e ideias efetuadas por Brotero, sobre os pensadores que compõem sua história e época.

O pensamento filosófico no qual o Conselheiro Brotero faz suas primeiras investidas é trabalhado a partir de uma visão cosmológica do mundo através dos seus efeitos naturais. Ainda segundo a avaliação de Viotti (1974, p.263), sua contribuição ao pensamento jurídico não é considerada a mais propensa a uma universalização e até mesmo não é composta de uma originalidade, do mesmo modo como a maioria de seus contemporâneos em relação ao pensar a filosofia.

Mas a grande evidência de suas contribuições através dos seus estudos filosóficos estaria centrada na sua percepção em relação aos debates e problemas de sua época, como a situação dos escravos e seu pensamento em relação ao desenvolvimento de um país que ainda escraviza parte dos seus homens.

A filosofia do senhor Brotero insere-se no ecletismo, ele era um douto do direito que, ao ler e conhecer as literaturas que trataria sobre os debates filosóficos, acabaria por fazer as suas contribuições ao pensamento dos alunos, que, como lente, possibilitaria mudanças significativas e reconhecidas não somente por eles, mas por outros professores e pesquisadores que possuiriam a oportunidade de entrar em contato com suas literaturas e ideologias.

O ecletismo do período ensaísta proporcionou a incursão literária ao mundo da filosofia dentro e fora da academia. Como é apontado na obra de Adorno (1988, p. 96) ao revisitar o momento histórico do processo que consolidou o pensamento cultural e social da época. O ecletismo é a marca do Segundo Império no Brasil.

[...] por isso tudo é preciso levar em linha de conta que as ideias filosóficas ‘importadas’ passam, por regra, entre nós por estranha e curiosa sorte. A mudança de habitat – um pensamento, meditado à sombra de carvalhos e castelo, deve ser reeditado a vista de canaviais e mocambos...- de campo de prova para as velhas ideias: destas, algumas atingem nova significação, outras logo se perdem.” (VITA, 1969, p. 3).

Segundo Miguel Reale (1955), a obra do senhor Brotero apresentava diversas fragilidades, contudo, o seu pensamento filosófico e sua criticidade referentes ao seu tempo merecem notáveis reconhecimentos. Em primeiro lugar por se tratar de um tipo de intelectual que possuiria contato significativo com o saber filosófico e presenteia seus alunos com a capacidade de envolvimento e reflexão.

O escritor, que no compêndio escandalizara a Câmara dos Deputados por pregar a tolerância até para com os ateus, dizendo que, se “alguns sábios talentos e engenhos raros” com suas teorias mais fruto do capricho e da vaidade do que de convicção íntima, têm negado a existência de Deus, “não têm feito mal algum à verdade da existência de Deus”. (REALE, 1955, p. 141).

A trama da citação acima nos permite compreender que a percepção do professor Brotero está compreendida nas habilidades dos futuros juristas que não deveriam ser negligenciados pelas suas opiniões e crenças, já que tais opiniões representavam a multiplicidade do próprio pensar que por uma relação de força restringia a participação destes juristas nas academias.

Senhor Brotero ainda seria responsável por travar forças contra a dominação da cultura e educação lusa nas academias de direito. Ainda segundo Reale, Brotero se opunha até às questões de dominação escravista, sustentada pelo Império: “[...] palavras que tanto condenavam a sujeição política como a do negro escravizado.” (REALE, 1955, p. 144). Tais pontos apresentam os aspectos que contribuíram para formação de simpatizantes aos seus ensinamentos e suas visões jurídicas-políticas.

A crítica sobre o compêndio do senhor Brotero é aceita de forma unânime, mas, segundo Reale, o Deputado Almeida Nogueira relata um dos motivos para tamanha hostilidade com a pessoa do Senhor Brotero: “Quer-nos parecer, todavia, que para tão rigorosa condenação muito contribuiu o atraso mental da época, em contraste com o espírito adiantado que o DR. Brotero sempre revelou.” (REALE, 1955, p.147). Por meio dessa afirmação é possível observar que outras obras como a de pensadores alemães, ingleses e franceses, publicadas a partir de meados do século XVIII, como é o caso de Montesquieu (1689-1755) com *Do Espírito das Leis* (1748), que inspiraria os direitos dos homens e dos cidadãos; publicações de Kant (1724-1804); Christian Wolf (1679-1754) e Jeremy Bentham (1748-1832) estavam em evidência e sendo apreciadas por outros lentes e aprendizes, o que nos permite afirmar uma hegemonia dos intelectuais estrangeiros em detrimento da formação e da valorização dos intelectuais que estavam emergindo e refletindo sobre a própria realidade dessas terras.

Por esse motivo o professor Brotero se apressaria em criar sua obra, publicá-la com a ajuda financeira do império e aplicar aos seus jovens aprendizes o seu ensino sobre direito natural. Não obstante, essa disciplina estaria concatenada com a filosofia, segundo a afirmação do próprio professor, reapresentada nas palavras do professor Reale:

Que triste Jurisconsulto há de ser aquele que, principiando a conhecer a marcha da Jurisprudência se enfastia de conhecer a natureza do ente para quem a

Jurisprudência é destinada! Os princípios de Direito Natural, base essencial da Legislação, jamais podem ser apreendidos com aproveitamento e utilidade sem que primeiro se tenha uma leve noção do que é o animal homem. (REALE, 1955, p.158)

Por meio dessa afirmação, devemos observar o papel da filosofia na formação desses intelectuais e como esses operariam na construção de uma legislação nacional: “E como há de o Jurisconsulto saber a razão das diferenças estabelecidas primitivamente na natureza do homem, sem que indague primeiro da sua organização?” (REALE, 1955, p.159).

O professor Brotero reafirma a importância sobre o conhecimento do homem e mais importante ainda, sobre suas ações. Avelar observa que o conhecimento da razão e da moral somente seria compreendido por aqueles que se debruçaram a estudar o homem e suas cognições “[...] noção da construção do corpo humano, da razão, da variedade das sensações, e da influência que as circunstâncias físicas têm [...]” (REALE, 1955, p.159).

O professor Brotero apresenta, por fim, a necessidade de criar legisladores que vejam os problemas reais e para isso apresente soluções inseridas na própria realidade: “Como poderá o Legislador aperfeiçoar os usos e costumes de uma Nação, sem saber as necessidades reais, do homem [...]” (REALE, 1955, p.159), e atribuí essa problemática às questões de ordem mais profunda: “[...] sem conhecer a razão da ignorância dos povos?” (REALE, 1955, p.159). Cabe ao legislador o único caminho que lhe forneça tais habilidades, o exercício da filosofia através da educação.

Por meios dessa sua formação, Avelar já apresentava uma percepção sobre direitos e igualdade que para a época eram um tanto quanto questionáveis. Assim se posicionou a favor do divórcio mútuo; se opôs a castidade dos padres por não condizer com a realidade natural; se colocou a favor do liberalismo e criou um compêndio de filosofia que poderia apresentar suas ideias.

Novas correntes filosóficas estão surgindo por toda Europa como é o caso do sensualismo de Condillac (1714 -1780) que valorizava, sobretudo, os sentidos como meios de se obter o conhecimento, onde os estímulos de cada um dos sentidos, individualmente, seriam responsáveis por toda a matriz do saber humano. Através dessa doutrina duas novas ramificações na formação novos intelectuais do século XVIII surgiriam: a primeira conhecida como *materialismo*, difundido por Diderot, Paul Heinrich Dietrich (1723-1789), que questionavam o *idealismo puro* como forma de explicação do real e afirmava que a matéria seria fonte causadora e reguladora das coisas do mundo; e a outra corrente seria conhecida como *espiritualista*, que naturalmente se opunha aos materialistas, afirmando a dominação da alma sobre o corpo e imortalidade da alma.

A corrente espiritualista seria acolhida pelos portugueses, ainda mais pelo seu viés religioso e difundido por Bonnet, como indica Reale (1955, p. 148). A importância de todos esses esclarecimentos deve ser apresentada para duas constatações: a primeira e mais geral é referente à observância do pensamento luso que será importado para o Império brasileiro e que rivalizaria com outras correntes, provenientes de outras nações, por um espaço nas faculdades de direito e acaba por endossar a nossa análise referente a emersão da filosofia no Brasil; a outra diz respeito ao nosso personagem com sua referida e notável capacidade de sintetizar ideias filosóficas e as expor para os homens de seu tempo.

Ainda sobre os esclarecimentos, e em especial nos deteremos referente à primeira constatação, esse estrangeirismo do pensamento filosófico jurídico não permitiria, em um primeiro momento, o desenvolvimento de uma reflexão sobre as questões sociais do Brasil. Contudo, conferia aos aprendizes de direito e futuros juristas o desenvolvimento de uma intelectualidade que importaria modelos econômicos, sociais e políticos para essas terras. Tais modelos contrastavam com a realidade vivida por aqui.

Daí a importância do primeiro lente da academia de direito que pode perceber as mudanças estruturais de ordem externa e repensar filosoficamente sobre o que poderíamos fazer com o Império através dos futuros legisladores desse estado. Por esse motivo o destaque do senhor Brotero está em suas aulas para academia de direito.

Brotero se propôs a conciliar o inconciliável em sua obra e em especial em suas aulas de direito natural: usar do materialismo dos (ateístas em sua grande maioria) e das concepções dos espiritualistas (religiosos por natureza). Brotero não separava as concepções de direito natural às ordens divinas, mas compreendia que as questões jurídicas estavam intrinsecamente conectadas pela natureza racional humana e suas necessidades naturais: “O certo é que, ao redigir as suas aulas, a sua personalidade de escritor quase que se biparte entre forças contrárias, e, às vezes, temos a estranha impressão de estarmos lendo dois livros [...]” (REALE, 1955, p. 155).

Como já mencionamos anteriormente, as mudanças provocadas pelo iluminismo e pela modernidade provocariam o surgimento de inúmeras correntes filosóficas e provém daí a capacidade de fazer conciliações do professor Brotero. Muitas críticas surgiram pela incapacidade de efetuar assimilações, mas ao que tudo indica, ele nunca se propôs a fazê-las: “BROTERO percebe a divergência das ideias, mas, levado por sua tendência conciliatória, não compreende a necessidade de optar, preferindo sugerir uma combinação” (REALE, 1955, p. 157).

Daí a sua relação em conciliar ideias, mesmo que opostas:

AVELLAR BROTERO, como se vê, formara a sua cultura em um meio já fortemente impregnado das idéias de LOCKE e de CONDILLAC, nas quais os moços encontravam um motivo de renovação espiritual, de luta contra a tradição escolástica. Daí a nascer à admiração pelos filósofos materialistas, de menor valor intrínseco [...] (REALE, 1955, p.154).

Ressaltamos que o período do século XIX é permeado por crises em vários aspectos, o que acaba por construir feitos notáveis ao mesmo tempo em que se dialoga com valores em certa transição. Por esse motivo, o olhar do próprio Brotero está permeado de problemáticas referentes à época vigente, e isso justificaria as suas críticas anacrônicas “[...]incorrendo-se no anacronismo de julgar-se o passado a escala de valores do nosso tempo [...]” (SOARES, 2010, p.299).

Cabe salientar que tais considerações ao homem (Brotero) e a formação dos legisladores somente seriam possíveis pela formação filosófica, o que nos permite compreender que a formação jurídica no Brasil, pelo menos em meados do século XIX até meados do XX, não poderia acontecer sem as ferramentas do saber filosófico. É-nos possível perceber que os juristas dessa época são aqueles que estão permeados de ideias que podem ou não se encontrar distantes da sua realidade, entretanto, não se encontram distantes do saber filosófico.

Daí a emersão da filosofia brasileira ser e estar situada primeiramente nas faculdades de direito com os Jusfilósofos (SOARES, 2010, p.300). Por conseguinte, a filosofia contribuiria significativamente para o desenvolvimento do Brasil em vários âmbitos e legitimaria a notabilização dos intelectuais/legisladores/estadistas desde o império até os dias atuais. Esses jusfilósofos possibilitariam a análise das realidades sociais e elevariam o debate das questões jurídicas a novos patamares, como a observância de crimes sobre o viés fisiológico e psicológico.

Contudo, nossa pesquisa nos permitiu observar algo que evidencia as dimensões e estruturas do poder, asseguradas e proferidas pelo curso de direito; a dinastia dos bacharéis:

O Conselheiro BROTERO foi educador, antes de tudo, dentro de sua própria casa. Muitos de seus descendentes se distinguiram sob os nomes ilustres de CORRÊA DE SÁ e BENEVIDES, BARROS BROTERO, RODRIGUES DE REZENDE, SILVA TELLES, BENEVIDES DE REZENDE, ABRANCHES BROTERO, SOUZA QUEIROZ, REZENDE JUNQUEIRA, LEITE CORDEIRO, ANDRADE FIGUEIRA, MACED O SOARES, ALMEIDA PRADO, BROTERO JUNQUEIRA, CÂMARA LEAL, CERQUEIRA CÉSAR, VIOTTI DA COSTA, PENTEADO DE REZENDE.

Sua árvore genealógica inclui sete professores da Faculdade de Direito, em cinco gerações consecutivas (JOSÉ MARIA DE AVELAR BROTERO, JOÃO DABNE Y DE AVELAR BROTERO, JOSÉ MARIA CORRÊA DE SÁ E BENEVIDES,

FREDERICO JOSÉ CARDOSO DE ARAÚJO ABRANCHES, GABRIEL JOSÉ RODRIGUES DE REZENDE, GABRIEL JOSÉ RODRIGUES DE REZENDE FILHO, JORGE INÁCIO PENTEADO DA SILVA TELES). (VIOTTI, 1974, p.269).

A dinastia dos bacharéis confere a seus descendentes a perpetuação e a hegemonia dos interesses e das funcionalidades das leis.

### 3. MIGUEL REALE: O JURISTA, O FILÓSOFO À SERVIÇO DO GOLPE.

A academia de direito que estaria destinada à formação dos bacharéis em direito, futuros jurisconsultos e estadistas se renderia ao desenvolvimento do urbanismo da cidade de São Paulo com seu ambiente permeado por outras ideias e outros saberes através de: “[...] artistas, intelectuais, fazendeiros e homens de negócio que moldaram a história política, econômica e cultural brasileira. Os jovens afrancesados, urbanizados e politizados” (D’AVILA, 2004, p.18). Estes novos jovens representavam a elite que, desejada desde Dom João VI, seriam responsáveis por auxiliar o governo brasileiro.

A necessidade sobre a reformulação dos homens nestas terras, considerada por intelectuais como o recôncavo dos residentes caipiras e viajantes atrasados, sofreria uma significativa mudança estrutural. Tal realidade permitiria um processo de adequação que garantisse a execução dos interesses desse estado através dos líderes políticos e das novas elites urbanas que se desenvolviam em meio a essa turbulência.

O atraso, evidente aos olhos dos estrangeiros por comparação com sua nação de origem (Europa), inicialmente seria alterado com a fundação das faculdades de direito e se estabeleceria de modo mais fecundo com uma segunda fase que seria a formação desses intelectuais e a ocupação deles nas funções públicas e políticas dessa nação. Contudo, devemos avaliar também, outros fatos - os efeitos nocivos que essas mudanças provocariam em longo prazo.

O poder conferido aos bacharéis elevaria a intelectualidade, desenvolveria e modernizaria as cidades e a nação, mas traria consigo ditadores e simpatizantes como é o caso de Miguel Reale (1910 -2006). Formado em direito pela Universidade do Estado de São Paulo (USP), que foi além de integrante, secretário da Ação Integralista Brasileira, seria também um dos redatores da Emenda Constitucional 1 no ano de 1969, que institucionalizaria os Atos Institucionais surgidos na ditadura militar e seria o presidente do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) que publicava a Revista Brasileira de Filosofia (RBF).

Segundo Pinho (2008 p. 14), Reale participaria como ideólogo do golpe militar em 1964. Reale seria nomeado “Secretário da Justiça do Governo paulista na gestão do malfadado Adhemar de Barros” (PINHO, 2008, p. 98), ocupando o cargo em 31 de março de 1963 até 24 de abril de 1964. Com esse cargo “[...] Reale teria ampla participação na conspiração para derrubada do Presidente João Goulart.” (GONÇALVES, 2018, p. 5) e seria ainda colunista da Folha de São Paulo de 1965 a 1969.

Evidentemente que Reale é um dos juristas, fruto da academia de Direito, que contribuiria para estabelecer as legalidades no âmbito político-jurídico, não visando à integração dos demais cidadãos e estabelecendo as relações de poder enviesadas nos interesses de uma autocracia burguesa, conceito criado por Florestan Fernandes (2006) e adaptado por Gonçalves (2018) para representar de modo mais honesto a elite que surgia diante de tantas crises com domínio intelectual.

Apontado por Pinho como “[...] o filósofo do golpe [...]” (2008, p. 98), Reale compreende que o governo federal que tinha à frente como Presidente João Goulart (1919-1976), popularmente conhecido como Jango, oferecia perigo pelo seu tipo de relação com ideais subversivos e o seu modelo de governo com aspectos de esquerda, além de seu apoio aos movimentos sindicais e propostas contra as hierarquias tanto nas cidades quanto no campo. Jango, que também era formado em direito (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), sofreria com as derrocadas e as investidas maliciosas dos discursos de seus opositores:

Essa figura, sem ideias próprias e passivas, era manipulada por seus “mentores imediatos”; ou seja, em última instância era “a moçada irresponsável” que determinava as coordenadas políticas do governo. Nesse círculo manipulador tinha destaque o Partido Comunista, na figura de Prestes. (PINHO, 2008, p. 93).

O discurso de Reale contra Jango seria instrumento a serviço do golpe. Vale ressaltar que naquele mesmo ano, Reale ocupava o cargo de Secretário da Justiça, enquanto que Jango ocupava o cargo de Presidente da República. Contudo, como havíamos evidenciado quando tratamos das relações de poder em Foucault, o discurso verdadeiro, não exatamente aquele que está repleto de verdades factíveis, mas que está inebriado pelo que Foucault chama de sistema de exclusão através do comentário, da separação e da interdição, não dirimiu o poder do discurso de Reale contra seu opositor, pelo menos por ideais.

O que nos conduz ao primeiro problema que coloca Reale, pelo menos neste momento, em evidência: quais ferramentas estariam ao dispor desse contrarrevolucionário que possibilitaria tamanho poder de ação, naquele momento, para a confecção de um plano que mudaria significativamente a história do Brasil e do seu povo?

Em um primeiro momento devemos observar que Reale, além de jurista, possuía o apoio da elite e do Estado, pelo menos em São Paulo, no período que antecedia a ditadura. Enquanto que seu opositor não gozava do mesmo apoio e, ao contrário, era visto como subversivo.

Soma-se a isso a fundação do Instituto Brasileiro de Filosofia, que estaria se ocupando de consolidar, desenvolver e promover o aspecto cultural e ideológico da



intelectualidade filosófica brasileira e colaborando com o poder público e as universidades com a emancipação intelectual no Brasil, em prol da valorização da filosofia brasileira. (RBF, 1951-a: 562). Apesar desse interesse em promover o saber, havia um “posicionamento definido, distante e hostil do marxismo” (GONÇALVES, 2018, p. 3).

Ainda referente à hostilidade, o Professor João Cruz Costa sofreria ataques diretos ou indiretos de Reale e seus companheiros do Instituto, como é o caso de Washington Luis Vitta, que também travaria embates contra àqueles que criticavam o instituto.

Um novo elemento que pode confirmar nossa narrativa sobre o poder de ação do Presidente do IBF é o fato de congregar com intelectuais, em sua maioria, do posicionamento liberal e conservador. Além de alguns possuírem outros vínculos com outras oligarquias: “oligarquias estaduais, como Reale, ligado à oligarquia paulista, e Armando Pereira Correia da Câmara (1898-1975), ligado à oligarquia gaúcha. Há ex-integralistas (Reale e Roland Corbisier).” (GONÇALVES, 2018, p.4).

Por esse motivo, os ataques de Reale com os meios de comunicação de massa e apoio dos opositores de Jango, dariam início ao golpe militar. O que deve ser observado é tipo de força conferida ao Secretário da A.I.B, na produção de um discurso que produziu um tipo de verdade que legitimaria o Golpe de 1964, mesmo este se posicionando contra nada mais e nada menos que um Presidente da República, o que denota que o poder não está compreendido somente nos cargos ou funções, mas está compreendido nas relações entre sujeitos.

O ex-secretário de Justiça do Estado de São Paulo era um homem notável pelos seus feitos acadêmicos e pela sua vasta produção literária tanto para o âmbito jurídico quanto para o filosófico. Contudo, não desenvolveu um sistema filosófico, mas através do saber filosófico pôde aguçar os sentidos e a percepção, que lhe permitiria elevar a visão e a capacidade intelectual e jurídica.

Conjurou o culturalismo jurídico que compreendia o direito não somente pela sua evolução histórica, mas estaria intrinsecamente ligado ao fato de pensar a própria realidade jurídica, por meio dos fatores culturais que formam o homem e, por fim, a sociedade.

Essa corrente filosófica nomeada como culturalismo, surgiu na Alemanha por volta do século XIX pela influência do pensamento Hegeliano, que permitiria ao Jus filósofos, como “Tobias Barreto, Silvio Romero, Djacir Menezes e *Miguel Reale*, fazer história na filosofia brasileira” (BARROSO, 2016, p.103). Sua difusão no Brasil ocorre primeiramente na Escola de Recife que era o polo cultural e crítico da intelectualidade brasileira, por motivos antes

apresentados. E essa corrente seria responsável pela formação significativa dos homens que participariam da modernização das leis brasileiras desde então.

Entre alguns juristas do culturalismo, o nome do senhor Reale se faz presente. O fundador da teoria Tridimensional do Direito é responsável, sobretudo, em contribuir para o processo do Golpe e pelas informações junto ao Dop's e o Sistema Nacional de Informação, que perseguiram jovens alunos quando este ocupava a função de reitor da Universidade de São Paulo<sup>16</sup>.

Seus títulos acadêmicos são conquistados durante a ditadura militar, que ocorreu no Brasil a partir de 1964, como é o caso do seu doutoramento em 1971-1973 com a tese de doutorado intitulada "Dos estados de necessidade". Após a obtenção do título de doutor, Reale faria parte do conselho da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) da seção de São Paulo e seria também presidente da Associação dos Advogados de São Paulo em 1977-1978. Chegaria a ser membro do conselho federal da OAB em 1979- 1983 e ocuparia o cargo de Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo em 1983-1984, no governo de Franco Montoro (1983-1987).

Indubitável sua importância e contribuição para a ditadura, como também a sua participação política para sustentar 21 anos de golpe contra o povo brasileiro. Seu nome ainda seria cotado para o cargo de ministro da justiça junto à chapa de Tancredo Neves, mas esse convite não chegou a ser oficializado. Novamente faria parte de outro momento histórico junto ao governo federal, Faria parte da comissão Arinos, criado pelo então presidente da República José Sarney em 1985-1990, com o objetivo de criar os primeiros esboços e ideias sobre a constituição que seria a apresentada para a Assembleia Nacional Constituinte. Seria ainda assessor de Ulysses Guimarães, que ocupava a função de presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Reale contribuiria como um dos redatores do pedido de impeachment do então presidente da república Fernando Collor de Mello em 1992. Defenderia um sistema parlamentarista/republicano no plebiscito que possibilitou ao povo brasileiro escolher o seu sistema de governo.

Tais empreitadas e ações do Senhor Reale evidenciam a sua notabilização jurídica/filosófica e nos permite compreender que o poder conferido ao mesmo rompe os muros das arcadas de forma silenciosa. Essa transmigração silenciosa o colocaria junto dos

---

<sup>16</sup>Informações divulgadas pela comissão da verdade da USP criada no ano de 2014 pela portaria GR No. 6554 e em alteração à Portaria GR No. 6172/13 de 07 de maio de 2013 que totalizou 10 volumes de pesquisa sobre a História da ditadura no Campus.

seus apoiadores, que espalhariam por todo território nacional o ideal de uma contrarrevolução, consolidando assim o poder político, jurídico e econômico que legitimariam as suas ações.

Os juristas ocupariam cargos de modo direto ou, como o senhor Reale em alguns momentos, de modo indireto, mas isso não significaria uma redução do seu alcance com relação às questões do seu poder.

Em 1997, participou da comissão de modernização da legislação penal e em 1998, presidiu a Comissão encarregada da análise de responsabilidade do Estado em face dos mortos e desaparecidos políticos durante o regime militar instaladas durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. (1995-1999). (Amorin Neto - CPDOC | FGV).

Tamanho seria sua relação de influência com a elite paulistana, que no ato solene da fundação do IBF no ano de 1952, o então governador do estado Lucas Nogueira Garcez profere em seu discurso a importância do papel do instituto e que “a Filosofia é um utensílio, um instrumento, uma arma” (apud GARCEZ, 1953, p. 170-172).

“Garcez, que era um destacado membro da oligarquia paulista e do grupo executivo do Banco Mercantil de São Paulo e da Cia.” (GONÇALVES, 2018, p.6). O instituto era financiado pelo Estado e não seria destruído com o Golpe Militar de 1964 por este motivo, enquanto que outras instituições, entidades e intelectuais, que eram considerados opositores aos ideais do mesmo golpe, seriam destruídos, fechados e perseguidos pelos opressores:

O golpe implementou uma onda de terrorismo cultural, realizando prisões arbitrárias de intelectuais como Astrojildo Pereira, Carlos Heitor Cony (que escapou de uma tentativa de sequestro por agentes da repressão), Florestan Fernandes, Ênio Silveira (editor da Civilização Brasileira), Sodré, entre outros. Houve em torno de cinco mil demissões. (GONÇALVES, 2018, p.7).

Entre as entidades destruídas, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros seria invadido e destruído dias após o Golpe. O mesmo não aconteceria com o IBF, que seria mantido em pleno funcionamento. Não obstante, a elite participaria e financiaria o instituto e aqui estaria feita a conexão entre intelectuais, elite e filosofia a serviço de promover e legitimar a Intervenção militar.

Devemos observar que esse ato serviu como condição única e favorável para a elite que passou a controlar as camadas intelectuais, jurídicas e políticas naquele momento, já que a taxa de analfabetismo contava com 46,7% da população entre os períodos de 1920 até 1960 (BRAGA, 2017). Para a obtenção do mesmo resultado com as camadas populares, os

ditadores contaram com os meios de comunicação de massa que dispunham na época juntamente com as leis, que instaurariam definitivamente um novo regime.

As leis estariam condicionadas a uma sistematização jurídica e moral que segundo a corrente jurídica clássica compreende “[...] que não basta o ato legislativo para se gerar uma norma jurídica, esta deve ser reconhecida, pois é a vontade discursiva dos cidadãos que dá validade às leis.” (SOARES, 2010, p. 292). Sendo assim, a ação dos cidadãos estará entrelaçada ao campo da ação prática. Evidentemente que a lei compreende que um ato referente à execução ou não do cumprimento legal está resolutamente assegurada na obediência ou não obediência do cidadão sobre ela e isso cria um valor na ação.

Reale insere um terceiro elemento para a conexão do ser e dever ser. Seria esse terceiro elemento a cultura. Seria então atribuída a teoria tridimensional do direito: fato, valor e norma. Esses três princípios correspondem à “validade social (eficácia), à validade ética (fundamento) e à validade técnico-jurídica (vigência)” (SOARES, 2010, p. 294). Deste modo, o golpe asseguraria sua existência e continuidade por mais 21 anos.

Logo, segundo o pensamento de Reale, que determina que a justiça somente seria garantida quando o direito “[...] estiver em contato com a realidade da sociedade que regula [...]” (SOARES, 2010, p. 295), para que esse direito justo seja alcançado é fundamental que aqueles que produzem e aplicam o direito, sendo estes os legisladores, os juristas, os agentes públicos e a própria sociedade, se responsabilizem e se comprometam em buscar a integração desses elementos para atingir seu fim.

O entrave do que é apresentado por Reale está concentrado em suas inclinações para a modernização do Brasil através da construção de leis que, por ventura, elevariam o nosso status de caipiras para uma nação moderna e, ao mesmo tempo, estrangularia os direitos do povo com o que estaria por vir depois de 1964.

Entretanto, cabe ressaltar que desde a década de 1920 o Brasil passou por turbulentas crises sociais devido à ineficácia do estado em resolver os problemas internos. Somam-se a isso a instabilidade econômica e as revoltas surgidas nessa década contra as oligarquias que ainda governavam e se comportavam como velhas oligarquias que centralizavam o poder e agiam por interesses particulares.

A crise econômica da bolsa de Nova York em 1929 acirraria ainda mais essa crise, inicialmente de ordem econômica, fazendo com que saca de café despencasse vertiginosamente e provocasse um efeito devastador para os antigos cafeicultores, que agora passariam a investir na industrialização brasileira.

A Revolução de 1930, organizada por uma elite ainda não industrializada (oligarquias), como afirma o Professor Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim (2006), nomeia Getúlio Vargas como presidente da república que colocaria o Brasil no caminho da industrialização, apoiado por novos ideais e, ao mesmo tempo, pelas velhas oligarquias. *Esse Estado Novo da Era Vargas* deflagrou uma modernização autoritária no Brasil e que legitimaria um governo com interesses políticos e econômicos voltados para uma elite em formação.

O que queremos com essa guinada histórica é reforçar o papel dos homens através do aspecto político na construção da modernização brasileira. Homens os quais foram apoiados pelo ideal de grupos hegemonicamente conhecidos pela sua ação econômica e jurídica.

A Ação Integralista Brasileira, de que Reale fez parte, tenta eleger Plínio Salgado como presidente em 1938. O golpe de Vargas em 1937 não permitiu com que a eleição acontecesse e, por medo da instauração comunista (Plano Cohen), Plínio Salgado faria parte daqueles que apoiariam o golpe constitucional de Vargas.

Interessante frisar que o Capitão Olympio Mourão Filho, membro da A.I.B, seria o responsável por forjar tal documento que recebeu o nome de Plano Cohen, e esse mesmo homem fará parte de outro golpe no Brasil, a ditadura militar de 1964. Decretado estado de guerra em 1937 por uma fictícia invasão comunista, o congresso nacional é fechado em 10 de novembro daquele ano e apoiado pelos militares que pensaram o Estado Novo, difundido em cadeia nacional (rádio), em que outorgava a criação de uma nova constituição.

Seria assim também proibido a existência da A.I.B em 1938 e isso acirraria as relações daqueles que apoiavam o golpe junto ao governo vigente.

Contudo, seria em outro momento que as bases do direito confiariam aos homens o poder e legitimidade para a confecção do estado ideal. De modo mais direto, nosso personagem da teoria tridimensional do direito faria parte desse processo: o Golpe Militar em 1964.

“Em síntese, a ditadura fez do direito seu instrumento fundamental para se dizer democrática. E mais: fez da doutrina jurídica seu canal garantidor de uma argumentação legitimadora de suas arbitrariedades.” (PRATA DE CARVALHO; BENEVIDES, 2017, p.116). Partindo dessa narrativa a doutrina jurídica estaria alinhada aos interesses dos líderes políticos ou seria correto afirmar que a doutrina jurídica convulsionou a política promovendo a própria ditadura?

O ato institucional já havia sido implementado na legislação brasileira desde 1937 no governo de Getúlio Vargas a partir de Francisco Campos, autor da Constituição do Estado

Novo. Com isso é conferido um importante papel aos juristas que arquitetaram a justificação do golpe.

São exemplos a obra *O Estado Nacional* (CAMPOS, 2001), de Francisco Campos, em que se construíram as bases ideológicas da política do Estado Novo, agora revitalizadas no contexto da ditadura de 1964; no esforço teórico de legitimação da nova ordem política que Carlos Medeiros Silva empreende nos textos *Observações sobre o Ato Institucional e Seis Meses de Aplicação do Ato Institucional* (SILVA, 1964a); e, como se estudará mais a fundo neste trabalho, nos *Imperativos da Revolução de Março* (REALE, 1965), de Miguel Reale. (PRATA DE CARVALHO; BENEVIDES, 2017, p.117).

O nome de Reale teria o peso e a força que seria fundamental para legitimar e conferir ao Golpe a salvação da pátria e dos bons homens contra o que se chamava de atos políticos duvidosos (ações moscovitas). Contra esses sujeitos de ideais e comportamentos duvidosos, somente uma “linha justa” poderá assegurar o desenvolvimento contínuo de nossa nação. Seguindo por esse caminho Reale identifica os opositores, corruptos e comunistas, e para uma revolução devemos contar com as “linhas duras, que poderiam efetuar uma revolução dentro de outra revolução” (PRATA DE CARVALHO; BENEVIDES, 2017, p.121), a fim de não perdemos nossa nação.

Outro fato notável está na compreensão que podemos efetuar referente ao tom democrático que está compreendido no discurso de Reale.

As instituições estariam comprometidas com o distanciamento dos homens que fariam parte de uma linha justa e isso afetaria negativamente o desempenho dos nossos jovens nas instituições escolares. Os ideais de nossa nação estariam comprometidos por culpa de parlamentares conspiradores, e seria de extrema importância o uso dos mecanismos legais para que se estabeleça a ordem, trata-se dos Atos Institucionais.

Prata de Carvalho usa os conceitos “linhas justas” para referir-se aos homens que compunham e articulavam as leis (os juristas) e que as “linhas duras” designavam os militares (forças armadas). Contudo, devemos salientar que não encontramos esses termos nas Obras que analisamos de Miguel Reale, mas, pela representação simbólica que esses conceitos foram apresentados, decidimos usar tais conceitos com o mesmo referencial e devemos incluir outros dois termos que são trabalhados na obra escolhida: “linhas moles” ou aqueles que se acomodaram; “linhas arrependidas” ou aqueles que tinham empatia pelo governo deposto, mas só perceberam isso tardiamente.

Com esse processo, Reale identificaria os inimigos e ao mesmo tempo apresentaria os amigos, que seriam “As Forças Armadas, que teriam, afinal, salvo o País” (PRATA DE CARVALHO; BENEVIDES, 2017, p.122), e acrescenta que seria esse exército que ficara

mudo, não por que quisera, mas por ter sido calado durante o governo de João Goulart, e eles (linhas duras) cumpririam o papel em nome da ação democrática e popular (REALE, 1965, p.95-96).

Tal processo de identificação entre o povo e as forças armadas criou um sentimento necessário entre alguns membros da população que, através da aliança entre “linhas duras” e “linhas justas”, promoveram, por meio da comunicação de massa, a ampla divulgação positiva do golpe sustentada pelos apoiadores como contrarrevolução. Para obter tal resultado, o controle das mídias e das informações seria fundamental para disseminar inverdades que seriam naturalizadas e internalizadas por uma parcela da população.

A todo o momento Reale efetua a defesa do novo governo (ditador) e tenta justificar suas ações em prol do bem fortuito que não poderia ser alcançado com o antigo presidente. Tamanha é a ação do seu feito que Reale deseja substituir o rótulo de golpe por revolução e para isso o Poder Constituinte se fez presente através dos Atos Institucionais. Desse modo o poder executivo não dependeria das ações legais do legislativo e poderia, ao mesmo tempo, atropelar as medidas que lhe forem inconciliáveis.

Diante desse resultado, o povo estaria representado, segundo a fala de Reale, nos seguintes sujeitos e entidades: os militares, os juristas e os Maçons do Rotary Clube. Em uma conferência com esses grupos entre as datas do dia 17 e 24 de Abril de 1964, o pacto para a democratização do Brasil em nome do povo seria, oportunamente, acordado. Enfim, a revolução (e não o golpe, segundo Reale), seria legitimada pelo Ato Institucional em conjunto aos combates ideológicos de ordem e natureza comunista.

O legislativo, que estaria representado pelas “linhas moles”, estaria submetido à ação constituinte por ter viabilizado as ideias contrárias ao desenvolvimento e progresso da nação quando João Goulart estava no poder. Portanto, caberia o fechamento do parlamento para um combate efetivo aos subversivos.

A revolução que pretende apenas deixar tudo como já está. Reale afirma categoricamente que o Ato Institucional foi um acerto de “revolução”, pois serviu como meio de proteção de seus imperativos. O retorno ao sistema anterior, repleto da atuação de comunistas e corruptos, seria a marca de um fracasso que o Ato Institucional impediu que acontecesse. (PRATA DE CARVALHO; BENEVIDES, 2017, p.130).

O dito filósofo anseia a construção da democracia nacional imbuída de valores axiológicos que cooperem com a manutenção do seu estado ideal e, quando não for possível, não enxerga na violência, exercida pelos seus, um ato desumano, mas “[...] a função de legitimação da violência ou, de modo mais eufemístico, da necessidade de preservação da



ordem e da segurança [...]” (PRATA DE CARVALHO; BENEVIDES, 2017, p.132), para que seja garantida a “[...] constituição de uma Democracia social do Estado de Direito, que se entenderia como Estado da Justiça Social” (PRATA DE CARVALHO; BENEVIDES, 2017, p.132).

A contradição de Reale é perceptível, mas seu discurso produz uma subjetividade, mediante o medo que já havia sido instalado desde a era Vargas, ou seja: com os inimigos supracitados, com ideologias que não condiziam com a realidade das oligarquias e, por fim, com interesse pelo poder, as contradições para tal momento seriam imperceptíveis para uma maioria culturalmente e educacionalmente fragilizada, em que o próprio Reale reconhece isso: “num país de frágil estrutura social e reduzida cultura democrática” (*apud* REALE, 1978, p. 42).

Tal fragilidade somente seria solucionada com um poder executivo forte para garantir uma vida repleta de *igualdade plena de direitos*. Somente o estado autoritário poderia garantir uma liberdade dos indivíduos e dos grupos. Tal contradição é a solução apresentada pelo ex-presidente do IBF.

Mesmo próximo ao fim do período da intervenção militar, Reale defendia ainda as mesmas ideologias da ditadura e do integralismo, exceto pelo pleito corporativista. O homem da teoria do Direito Tridimensional, que uniu a concepção de cultura para se pensar juridicamente e moralmente, parecia não ouvi ou sequer acompanhar as mudanças de ordens sociais e seus efeitos após A.I. 5 e o retorno de partidos que antes estavam nas sombras pelas perseguições e mortes democráticas do estado ditador.

Em conferência proferida na ocasião da inauguração do Auditório de Ciências Jurídicas da Universidade de Brasília, em 25 de outubro de 1982, intitulada Momentos decisivos da história constitucional brasileira, Miguel Reale volta a tratar do regime militar, reconhecendo equívocos do “processo revolucionário”, porém também apontando virtudes. Aqui, Reale remete a livros que publicou desde 1965, nos quais apontou uma série de “omissões e erros graves na Revolução de Março, a começar pela carência de um processo de institucionalização política mais constante e preciso, capaz de corrigir a visão exclusivista e unilateral da problemática econômico-financeira” (PRATA DE CARVALHO; BENEVIDES, 2017, p.138).

O que está compreendido nesse trecho é que Reale reitera a importância da ditadura e atribui a ausência de uma política que se prolongasse e que unificasse os interesses sociais, políticos e econômicos e por esse motivo abriria espaço para críticas dos opositores. Reale intitularia esse movimento como a criação de uma unidade, nomeada como: *espírito do povo*.

Prova disso é revogação dos atos constitucionais pela Emenda Constitucional nº 11 de 1978, suplantados pelas “linhas justas” desde o momento em que as “linhas duras” voltaram-



se para repressão dos grupos e homens que seriam perseguidos pelo governo vigente. (PRATA DE CARVALHO; BENEVIDES, 2017, p.138).

[...] o que Reale defende é a constituição de uma Democracia social do Estado de Direito, que se entenderia como Estado da Justiça Social, com todas as implicações necessárias de modernização dos quadros legislativos, partidários e administrativos requeridos pela era da ciência e da tecnologia. (PRATA DE CARVALHO; BENEVIDES, 2017, p.132).

Reale compreende que as leis de âmbito jurídico estão em conformidade com a moral dos homens e os seus valores, logo, quando os valores não estão de acordo com as leis, existe anormalidade. Mas o que podemos observar é que as leis podem condicionar os valores dos homens e norteá-los de modo que exista instabilidade axiológica e, esse homem, encontre refúgio em uma deontologia, daí a condição do autoritarismo para poder rever a esse sujeito uma nova diretriz que garante a sua liberdade por um processo de violência incomum e justificável.

Desse modo, a ditadura e seus ditadores encontraram no direito o modo de legitimar sua existência. Alguns juristas, assim como Reale, o fizeram de modo consciente e intencional a fim de perpetuar a condição política daquele período coexistindo com as leis e ao mesmo tempo negligenciado o caráter democrático do direito. Tal sacrifício em prol de interesses particulares, advindo de grandes embates ideológicos, apresenta quem são os homens do poder e como esses articularam para a conclusão dos seus objetivos.

Atribui-se a isso, sobretudo, o papel fundamental da filosofia na formação desses intelectuais que dominaram os discursos e as correntes com o interesse de modernizar a consciência brasileira. Enfim, a filosofia desempenha, através dos jurisconsultos e dos juristas, o papel de formação e construção ideal de homem e sociedade para o fim daqueles que a dominam.

#### 4. O LEGADO DA FILOSOFIA BRASILEIRA

É inegável o papel e a participação da filosofia no Brasil para forjar os intelectuais que desenvolveriam esse Estado e promoveriam as leis que permitiram a independência dessa nação. Contudo, após as significativas contribuições, qual seria o legado da filosofia no Brasil? Será que a filosofia criaria raízes e seria desenvolvida pelos brasileiros do mesmo modo que em outras terras e outras épocas? Queremos compreender quais os desígnios da filosofia brasileira?

Assim como inicia Burnett em seu artigo para ANPOF: (Anti-) Teses sobre a filosofia brasileira (2018, p. 1) “[...]existe, pode vir a existir ou já existiu um pensamento filosófico brasileiro?”, questionamos a existência do pensamento filosófico brasileiro com o interesse de conhecermos seu legado e sua origem.

Burnett nos esclarece que o debate sobre a existência desse pensamento filosófico brasileiro existe desde sempre (2018, p. 1) e de fato podemos constatar isso nas obras de: João Cruz Costa (1904 – 1978) - *Alguns aspectos da filosofia no Brasil* (1938); *A filosofia no Brasil; ensaios* (1945), *O pensamento brasileiro* (1946), *O desenvolvimento da filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional* (1954), *Contribuição à história das idéias no Brasil; O desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórico nacional* (1956), *Panorama da História da Filosofia no Brasil* (1960); Luis Washington Vita (1921 – 1968) - *A filosofia no Brasil* (1950), *A filosofia contemporânea em São Paulo* (1969), *Panorama da filosofia no Brasil* (1969); Roberto Gomes (1944) – *Crítica da Razão Tupiniquim* (1994); Paulo Roberto Margutti Pinto (1946). *História da Filosofia do Brasil (1500-hoje)* (2013). Não questionamos o valor das pesquisas e obras desses ilustres e notáveis pensadores, mas queremos problematizar a própria concepção de uma filosofia brasileira, pois o pensar filosófico já foi constatado por nós.

Assim como Roberto Gomes e Henry Martin Burnett Junior, não acreditamos na existência de uma filosofia brasileira. Burnett afirma que os filósofos brasileiros são “copistas” (2018, p.1); Vita afirma que os mesmos são assimiladores do pensamento europeu:

Nesse sentido temos Matias Aires assimilando o Iluminismo, Diogo Antonio Feijó o kantismo, Mont’Alverne o ecletismo, Gonçalves de Magalhães o espiritualismo, Pereira Barreto o positivismo, Tobias Barreto o evolucionismo, Farias Brito o bergsonismo, Leonel Franca a Neo-escotismo, Miguel Reale o culturalismo, Cruz Costa o historicismo, Vicente Ferreira da Silva o existencialismo, Caio Prado Júnior o marxismo, Euríalo Canabrava a filosofia analítica, para citas os chefes de escolas. (VITA, 1969. P. 7).

Capturamos as ideias e as incorporamos, enquanto que a vulgarização se torna passiva e alheia aos sentimentos de compreensão que carecem de conteúdo. Isso porque tomamos através de outras vertentes filosóficas, inicialmente europeias, a tentativa de compreender o mundo que fenomenologicamente se manifestava e aparecia aos homens do seu tempo.

A permissividade que gerou a exportação de um modelo intelectual aniquilaria a capacidade de desenvolvermos um pensamento regional, se padrão nacional e atrofiaria a possibilidade de criar filósofos autônomos, livres e independentes. Segundo Oswald de Andrade (1978), a experiência com saber estrangeirado criaria um contato palatável aos intelectuais em formação, sobre esses intelectuais destacamos os bacharéis em direito que receberiam o título de intelectual.

O pensamento filosófico brasileiro é estrangeirado, ou seja, importamos o modo de pensar e revisamos tanto pensadores quanto suas teorias filosóficas.

Há um retrato possível, cruel, mas verdadeiro, do praticante de Filosofia no Brasil - a imensa maioria composta de professores, tipos entre os quais predomina, a despeito das alegóricas pretensões reformistas (idealizadas, de resto), o espírito mais retrógrado e legitimador do vigente. Neste retrato vemos alguém sempre disposto a encontrar analogias - as quais pretende brilhantes - entre as teorias mais opostas e irreconciliáveis, fazendo sua tradicional salada filosofante, onde, em proporções idênticas ou não, entra algo de tomismo e de Comte, de Comte e de Marx, de Marx e de estruturalismo, de estruturalismo e Marcuse. (GOMES, 1977, p. 45).

Contudo, outros nomes se destacam e compõem uma lista de intelectuais das mais diversas áreas que surgiram por aqui, mesmo que o nosso primeiro contato com um tipo de intelectualidade tenha sido com a filosofia. Entretanto, o brilhantismo desses pensadores se desenvolvia em áreas que surgiam com o processo de modernização do mundo e, inevitavelmente, o Brasil faria parte dessa modernização intelectual.

[...] se procurarmos sob o guarda-chuva “pensamento brasileiro”, e será inevitável constatar que nenhum filósofo aparecerá no cânone onde comparecem os nomes de Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Cândido, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Celso Furtado – mas também Euclides da Cunha, Raimundo Faoro entre tantos que pertencem a esta tradição e que sempre será retomada quando o tema Brasil estiver em foco. (BURNETT, 2018, p. 2).

Os intelectuais da filosofia brasileira estariam relegados, ou seja, em segundo plano no que compreende o desenvolvimento filosófico brasileiro sustentado por ensaios?

Com efeito, não há autorzinho estrangeiro de segunda ordem com algum sucesso, não há movimentozinho de Saint-Germain-des-Prés ou do Boulevard Saint-Michel, não há pequeno ensaio de crítico inglês ou insignificante exercício para estudantes de qualquer crítico universitário norte-americano -, não há nada, de tudo isso, que

deixe de receber aqui amplo noticiário, em nossas revistas e jornais, enquanto tantos trabalhos de autores nacionais, às vezes de valor equivalente ou mesmo de melhor categoria, ficam na sombra, sem publicidade e sem repercussão (LINS, 1963, p. 431).

Compreendemos que período designado como “ensaístico” ainda não terminou e com isso o legado da filosofia brasileira está comprometido ao aspecto revisionista dos filósofos estrangeiros.

Essa tradição, desencadeada pela tradição de dominação do pensamento, proveniente das elites, que hegemonicamente empunhavam a intelectualidade dos estrangeiros como armas para o desenvolvimento e controle da nação, não possibilitaria a criticidade e a problematização que nos voltaria aos problemas internos. A necessidade de acompanhar o modernismo europeu e norte americano e, ao mesmo tempo, prover a mesma mudança no Brasil, ofuscaria a formação de um pensamento filosófico brasileiro.

Entretanto é no Brasil onde o falar, o escrever e o pensar, vieram a ser as coisas mais formalizadas e rígidas que se conhece. Todo sujeito que sobe numa tribuna, julga essencial, antes do mais, colocar-se nas pontas dos pés e no alto dos seus tamancos. Essencial trocar todas as palavras usuais por palavras que estranham nosso modo. Construir frases numa ordem que jamais usariam para pedir um cafezinho. E falar sobre coisas para as quais nos custa encontrar referência na realidade em volta. No intelectual brasileiro que discursa, triunfa o sério – Expressão de uma classe privilegiada diante da multidão analfabeta. (GOMES, 1977, p. 17).

Nossas instituições de ensino superior ficariam comprometidas com o revisionismo estrangeirado e, desse modo, incapazes de criar uma tradição filosófica brasileira. Alguns símbolos da suposta filosofia brasileira emergiam da formação em direito em São Paulo e outros em Olinda, outros formados em Medicina, alguns homens Religiosos e Padres, outros artistas e poetas, mas todos possuem algo em comum, são professores de filosofia e não filósofos (LINS, 1963, p. 433).

Esse título de “filósofo” é cedido por reconhecimento de suas capacidades e habilidades referentes ao pensar e ao se intelectualizar, que estão voltadas para a dominação e controle dos analfabetos que não ocupariam os mesmos espaços e não produziriam verdades, mesmo que quisessem, surgindo assim os caipiras ou “sertanejos”. Representados na obra Os Sertões (1902) de Euclides da Cunha (1866 – 1909), os sertanejos são vistos como homens valorosos e valentes, em um primeiro momento, pela suposta falta de contato que os intelectuais tiveram com esses sujeitos, e depois seriam retratados como inferiores e atrasados, preguiçosos e débeis pelo esquecimento dos mesmos homens que passariam a deter do título de intelectuais, e ainda acumulariam outras qualificações como: os representantes do

Estado brasileiro. Essa nova característica do sertanejo atrasado está presente na obra de Monteiro Lobato (1882 – 1948), *Urupês, outros contos e coisas* (1943) que criaria o famoso Jeca-Tatu.

Entretanto, essa reputação de filósofo não lhes conferia os mecanismos, os métodos e a própria essência do pensamento filosófico que lhes possibilitasse a autonomia em desenvolver pesquisa para que pudessem pensar os problemas nacionais.

Soma-se a isso a debilidade referente à reflexão sobre prática e o exercício da filosofia como ferramenta para consolidação das ideias, já que a filosofia, sobretudo, na academia de direito, seria aproveitada pelos seus métodos e seu rigor, mas não propiciaria ao bacharel todas as ferramentas que possibilitasse o desenvolvimento de um sistema filosófico nacional, livre e desimpedido das amarras e das influências dos saberes estrangeirados.

Contudo, seria insensato achincalharmos a filosofia europeia que se estabeleceu no Brasil, enquanto sabemos que os intelectuais, escritores, poetas e tantos outros com certa originalidade, nas suas respectivas áreas, se voltaram para o Brasil e efetuaram notáveis contribuições para compreender o problema nacional. Um desses homens é o escritor Roberto Gomes que na obra *Crítica da Razão Tupiniquim* observa que a nossa capacidade crítica foi submetida aos interesses das elites (1977, p. 34).

Deste modo, a filosofia ficaria sob a guarda da nova elite que surgia em meados do século XIX, não possibilitando a eclosão de outro tipo de intelectual, o filósofo. O olhar filosófico possibilita uma reflexão sobre as múltiplas realidades dos sujeitos, que seriam tutelados deste direito pelo poder de criar e desenvolver verdades. Cabe observar que, ainda segundo Roberto Gomes (1977, p. 45), a antiga e nova elite (respectivamente: senhores de engenho e os barões do café) não reconheciam os outros homens (índios, escravos e sertanejos) como compatriotas e essa indelével realidade talvez não lhes permitisse o olhar mais apurado sobre a nossa verdadeira realidade.

Esse aspecto valorizaria o estrangeiro, transformando-o em mais bonito, apurado, sisudo enquanto que o próprio brasileiro seria o seu oposto, o que caberia a este intelectual é a razão como ornamento que pode estar com ele para dar formas e modelar o saber, mas não será usado como de fato deveria ser: para pensar e refletir a realidade, projetando e problematizando a fim de tirar ou construir algo notável.

Diante disso, Gomes vê a necessidade de elevar este brasileiro aos níveis e patamares dos seus “patronos”, e para isso ele não só apresentaria os domínios intelectuais, como deve antes disso ser visto como um sujeito diferente, o Homem Sisudo. Gomes faz uma observação simples, mas perspicaz que notou estar presente nos pensadores brasileiros:

O resultado concreto foi à importação, pelas elites dominantes, de modelos políticos, econômicos e educacionais inteiramente estranhos às nossas condições e àquilo que somos e viemos a ser. Não tão estranhos, porém, aos interesses destas elites. Envolvidas em lutar por interesses internos e/ou externos, as elites mostram uma desvinculação tão mais sensível quanto maior a teorização "ornamental" utilizada para justificar sua ação e poder.

Daí a enxurrada verbalística que sempre envolveu, entre-nós, a discussão política e de idéias. O discurso brasileiro não apresentou nunca aquela característica de buscar um desvelamento de nossas urgências e importâncias, antes pelo contrário. (GOMES, 1977, p. 45).

Simples e ao mesmo tempo extremamente esclarecedor, a observação de Gomes nos apresenta uma elite que anseia ser tudo, menos brasileira, o que nos permite entender é que esse brasileiro da razão ornamental pensa de vários modos, menos como brasileiro. Isso acaba por torná-lo incapaz de analisar a sua própria realidade. Quando não, desinteressado de compreender a sua realidade, usando dos recursos já formalizados pelos seus intelectuais mais interessantes para explicar a sua existência e a dos demais em situações específicas e extremamente alheia a realidade brasileira.

O dito filósofo brasileiro do fim do século XIX e do início do século XX apresentava sua habilidade e sua erudição através das literaturas, poesias e folhas de jornal. Usavam da razão para criticar seus compatriotas ao comparar obras e pensamentos com autores estrangeiros, sem levar em consideração modelos que poderiam fluir daquelas obras e ideias, mesmo com todos os equívocos. Não seria isso a própria filosofia em si? Um processo ou sistema que tende a superar e aperfeiçoar outros sistemas? Mas a nossa crítica recairia sobre os sujeitos (brasileiros) e não sobre seus sistemas para serem repensados. Ainda que tenha sido isso para os filósofos clássicos, medievais, modernos e contemporâneos, contudo, os filósofos brasileiros pensariam a sua nação sobre a luz do direito.

Vencido o debate sobre a dominação das ideias e a crise que provocaria o enclausuramento da filosofia e, por fim, não problematizaria a própria realidade, destacamos a questão do que seria o legado filosófico.

As gerações que se sucederam na história da filosofia cumpriram a tarefa com primor, sucedendo-se e construindo sempre novos e monumentais sistemas, de Platão a Hegel. E nós? Como uma sombra opaca da filosofia europeia, nos contentamos majoritariamente em comentar indefinidamente aquela grande tradição. (BURNETT, 2018, p. 3).

Quando falamos de filosofia do Brasil, queremos dizer da filosofia forjada aqui, nativa, não somente original. A questão exata coincide com a originalidade, mas não é

determinada por nós como única forma de pensar a filosofia, a ser construída, mas o que nos interessa é uma prática filosófica integralmente nossa e que essa nos permita avaliar e analisar os fatos da nossa realidade e conceder aos nossos compatriotas a capacidade de efetuar uma reflexão sobre si e as coisas.

Isso é a prática antropofágica proposta por Andrade: “É a transformação do tabu em totem, que desafoga os recalques históricos e libera a consciência coletiva[...]” (1978, p. 28). Quando liberada essas amarras do estrangeirismo poderíamos fazer a revolução “[...] novamente disponível, depois disso, para seguir os roteiros do instinto caraíba gravados nesses arquétipos do pensamento selvagem[...]” (1978, p. 28).

Apontamos que a antropofagia proposta por Oswald nos conduziria ao parricídio europeu, assim que devorado, ainda em sinal de respeito, iríamos iniciar o processo de liberdade intelectual. Logo, a filosofia estaria livre dos modelos estrangeiros, e nas mãos dos caraíbas da Pindorama.

Para isso a capacidade de analisar o problema deve ser nosso. O problema pode e deverá ser estudado e entendido por nós, através de algum processo efetivamente nosso, assim como os europeus e os nortes americanos criaram os seus. Analisemos tudo por um processo racional, para que possamos extrair dele um tipo de sistema filosófico brasileiro.

Sabemos que os espaços para as formações filosóficas são e estão nas universidades. As cátedras e seus catedráticos estão imersos nas razões ornamentais e ao mesmo tempo criam novos pensadores que irão refletir e compor o mesmo tipo de intelectualidade estrangeirada.

O que os professores-pesquisadores brasileiros fazem com suas ideias a não ser escondê-las até perto da morte? Mas como poderiam fazer diferente, se hoje um bom pesquisador é aquele que se ocupa principalmente de coisas sérias, profundas, conceituais e ocultas, mas somente as tradicionais? Ter ideias autônomas passaria por enfrentar a menoridade do lugar onde brotariam essas ideias, mas e se o lugar envergonha o medalhão, e se os problemas tacanhos de paisinho deslocado não são dignos de consideração intelectual, se nem objetos o são [um pouco de Teoria do conhecimento]? Melhor é abafa-las, sábio conselho, ou seria preciso criar algo como uma Escola de Reflexão Nacional voltada para os problemas domésticos de toda ordem: a política menor, a música comercial, as artes sem forma, a singular dinâmica de classes, o racismo, a miséria perene, enfim, os brasis; seria uma filosofia pobrinha. (BURNETT, 2018, p. 5).

A primeira questão que nos parece fundamental é podermos romper com a prática de uma formação ainda elitista e que recorrentemente promove o dito “copista”. Enfatizamos que nosso interesse é desenvolver a filosofia brasileira, mesmo que para isso nos utilizemos de inspirações racionais dos estrangeiros, desejamos viabilizar a fixação da filosofia brasileira

com todas as suas capacidades, sem tangenciar e tão pouco negligenciar os fundamentos filosóficos.

De outro modo, joguemos tudo ao campo da sensibilidade e permitamos a passagem ao conhecimento, sobre as qualidades do objeto que chegam ao sujeito e, a partir desse conhecimento, se relacione com o objeto através da intuição, para descobrirmos o que antes era velado. Segundo Burnett, “O copista não apenas repete o que ouve, ele, sobretudo, repete o que lê.” (2018, p. 5) caso contrário, esse continuará sendo nosso legado, o pensar estrangeirado (afrancesado, aportuguesado e norte americanizado).

O que antes nos causaria a impressão de um processo contínuo de ideias que deveriam ser valorizadas nos possibilitaria agora a capacidade de rebatê-las de modo veemente (Adorno, 1988, p.97-98), não mais para mostrar maior domínio intelectual, mas para desenvolver nosso próprio sistema filosófico.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência do pensamento filosófico, estrangeirado que permeou o Brasil fortaleceu as instituições ocupadas e sitiadas pelos intelectuais e futuros estadistas. Por meio da intelectualidade filosófica foi possível construir e legitimar instrumentos que inauguraram uma nova fase para o desenvolvimento econômico, social e político na história brasileira e que permitiria mudanças significativas em relação ao modo de vida dos homens nessas terras.

Contudo, possibilitaria a fixação dos estadistas e intelectuais em cargos e funções públicas, que sustentariam durante décadas o sistema que lhes fosse mais viável e palatável para a configuração e sustentação dos diversos modos de se fazer e se exercer o poder.

Ademais, seriam estes homens que construiriam a face nacional e as apresentaria para o novo mundo. Acerca dessa relação seria importante mimetizar e instituir sistemas que operariam da mesma maneira que aqueles apreendidos na Europa, pois esses seriam, de forma empírica, a representação daquilo que estaria conduzindo a humanidade e as nações na direção correta do desenvolvimento e do progresso.

Cabe destacar que a importância da filosofia naquele dado momento seria: repensar as condições históricas que o mundo se encontrava e obviamente seria fundamental, não conceder uma direção, mas, sobretudo, conceber uma visão de mundo e da própria realidade vivenciada pelos próprios sujeitos que detinham o papel de representantes do Estado e estariam destinados a administrar e reorganizar as instituições.

Proveniente dessa cosmovisão, o ideal de sociedade arquitetado pelos bacharéis e intelectuais, atraindo os jovens e futuros pensadores que contribuiriam para pensar as questões políticas e culturais do Brasil, precisaria ser encarada através de uma perspectiva que fundamentasse ideias e elevasse os valores para romper com a tradição servil desde a antiga corte. Advém dessa necessidade o olhar filosófico que seria tão caro e crucial para a vida moderna.

A filosofia em crise, assim como os homens que exercem a prática filosófica, poderia auxiliar na construção de ferramentas para pensar e auxiliar os bacharéis e estadistas brasileiros.

Obviamente, a filosofia não teria esse papel isoladamente, para isso a necessidade de produzir homens que pudessem pensar e agir de acordo com os interesses ideológicos, a fim de criar os instrumentos que permitisse a construção e a condução deste Estado-Nação.

Esses homens representados na imagem dos juristas fariam valer sua formação estrangeirada e sua copiosa intenção de desenvolvimento, mesmo com todas as contradições possíveis dos diversos gradientes sociais e econômicos.

Proveniente de sua condição econômica, esses juristas e futuro estadistas pensariam a modernização do Brasil na mesma proporção que elevariam o próprio status de caipiras para intelectuais.

Ser intelectual requer o refinamento no processo do pensar e para que isso ocorresse a filosofia seria o instrumento crucial pela sua importância para o momento histórico e conferiria a notabilização necessária aos que dominassem essa ferramenta.

A intelectualidade filosófica permitiu o aparecimento de homens com Miguel Reale, que além de sua notabilização jurídica é reconhecido internacionalmente como um grande pensador brasileiro. Um homem que recebe o título de jurista e, sobretudo, de filósofo. A esse homem devemos também o título de apoiador do golpe mais duro da história do Brasil no século XX, o golpe de 1964.

Golpe meticulosamente implementado contra o povo e as instituições brasileiras, apoiado pelos norte americanos com o objetivo de destruir o suposto comunismo, orquestrado por militares e por uma elite intelectualizada. Essa elite possui entre eles o professor Reale.

Não permitimos somente o processo de uma intelectualização exportada, como também declararíamos apoio aos desejos políticos e com isso as quimeras dos intelectuais estrangeiros.

Outrossim, não fizemos a antropofagia proposta por Oswald que nos possibilitaria o encontro com a nossa verdadeira realidade caraíba. Isso ocorre pelo poder da razão ornamental concêntrica aos intelectuais das mais diversas ordens e áreas que criam discursos por meio de seus títulos, seus cargos, suas mídias e seu status, articulando por intermédio de seus discursos as verdades veladas e pouco esclarecedoras para seus compatriotas.

De modo intencional, promovem leis e regulam as instituições a fim de manter seus concidadãos em uma situação desprivilegiada, para que esses não venham desenvolver a intelectualidade, gerando a assim um conformismo proveniente da falta de erudição. Nosso exemplo ainda aponta a filosofia como instrumento que poderia elevar essa capacidade cidadã e pela não-obviedade desse fato, algo deveria ser feito para que o plano em curso, por parte dessa elite intelectual, obtivesse êxito pleno.

Por tanto, a filosofia não seria somente um instrumento para a formação de bacharéis, intelectuais, estadistas, pensadores e professores do alto escalonado social, político e

econômico, mas seria também o instrumento que aguça e apura a visão para pensar uma realidade e um mundo por meio da subjetividade individual.

Sapientemente que os ditos intelectuais e todo seu corpo de magistrados também observaram essa importância e enclausurariam em conventos e universidades a prática da filosofia para que essa não se fizesse presente na vida dos demais cidadãos que não ocupavam o mesmo gradiente social.

O controle atrofiado por lideranças políticas antes e durante o pós-guerra fez banir a filosofia dos currículos elementares e básicos que: “[era] vista pelos militares como exímio instrumento de doutrinação política e ideológica de esquerda, daí a razão de não ser aceita como parte da formação básica dos estudantes.” (BELIERI, 2013, p.7).

A complexidade e formação de um pensamento livre faria do exercício filosófico um instrumento para os bacharéis e seus aliados, ao mesmo tempo em que se houvesse a possibilidade dos demais homens operarem com essa ferramenta, poderiam criar problemas e insubordinações que colocaria em risco os interesses dessa elite ilustrada.

Em um novo ritmo, a necessidade de ocultar a filosofia e ao mesmo tempo transformá-la em um utensílio raso e inútil seria iniciada. Essa iniciativa promoveria uma marcha para o descrédito e a zombaria daqueles, raros homens e mulheres que pensassem ou cogitassem a possibilidade de se aventurar nos caminhos filosóficos.

Mas enquanto isso, para a elite, a prática filosófica seria o deleite de uma criação e produção de intelectuais que continuariam como atores ou coadjuvantes no cenário nacional como intelectuais ou políticos e até mesmo como assessores, secretários, professores universitários e afins, evidenciando a importância da filosofia.

O retorno dessa disciplina aos currículos, após longo cerceamento de suas atividades poderia representar a intenção de uma nova forma de pensar a filosofia e de intelectualizar os cidadãos.

A implementação da disciplina de filosofia no Brasil ocorre no ano de 2008 através da “Lei nº 11.684/08 que altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996” (BRASIL, MEC), que fora substituída pela educação moral e cívica no ano de 1971.

Mas o que deveríamos esperar, após a sua implementação nos currículos, já que perfazendo uma análise sobre o currículo, não sabemos ainda se ensinamos nas escolas a filosofia por intermédio dos pensadores ou se lecionamos a história da filosofia pelo próprio material trabalhado em sala.

Outrossim, pelo processo histórico do exercício da filosofia por parte das elites em detrimento da formação deficitária dos cidadãos não ativos, cabe observar que a inclusão dessa disciplina só ocorreu para atender um projeto de governo, mas que não parecia possuir preparo e tão pouco estrutura para se fazer o ensino de filosofia.

Não havia profissionais no mercado nem formados e tão pouco em formação para preencher todas as vagas demandadas de docentes, o que possibilitou aos professores de outras disciplinas ocuparem as cadeiras destinadas à filosofia. O material pedagógico estava em plena construção e formação, evidenciando ainda o desejo de se cumprir o cronograma, mas sem o preparo para perfazer o ideal pensado.

Essa é a demonstração do desarme intencional desses intelectuais e ao mesmo tempo o reconhecimento simbólico do papel da filosofia na vida dos homens e mulheres que operam com esse saber.

É possível que a antropofagia anunciada por Andrade ainda não tenha acontecido pelo controle efetuado por essa elite que domina e comanda as instituições, não permitindo que os indivíduos menos privilegiados, ocupem os mesmos espaços e cadeiras que seus representantes e patronos.

Até mesmo aqueles intelectuais que ocupam as funções e cadeiras de professores de filosofia em universidades, ao passo que efetuam críticas sobre a origem da filosofia no Brasil, pelo seu estrangeirismo, permitem-se fazer uso da razão ornamental e reafirmar o tabu com que tanto dão indícios de querer romper.

Nosso humilde trabalho também apresenta de algum modo essa sobrecarga histórica, onde nos rendemos aos intelectuais internacionais para pensar nossa cultura filosófica.

Contudo, assim como Andrade afirma em sua obra *Um Aspecto Antropofágico da Cultura Brasileira: O Homem Cordial* (1978) façamos o rito antropofágico que representa nossa comunhão e que definitivamente superemos a crise da filosofia estrangeirada, para que venhamos nos despir dos ornamentos que não fazem parte da vida dos caraíbas e esses, por sua vez, como em um ato de revolução se voltem a sua condição existência que está situada no matriarcado da pindorama, cometendo o parricídio, pois essa sim é a revolução que supera aquela revolução francesa, essa é Revolução Caraíba.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. 2. Ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ADEODATO, João Maurício. O positivismo culturalista da escola do Recife. *Novos Estudos Jurídicos*. v. 8, n. 2, p. 303 -326, mai./ago. 2003.

ADORNO, Sérgio. “O abolicionismo na Academia de Direito de São Paulo”. *Resgate. Revista de Cultura*, São Paulo, v. 5, p. 93-101, 1993.

ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALVES, G. L. . O Seminário de Olinda. In: Eliane Marta Teixeira Lopes; Luciano Mendes Faria Filho; Cynthia Greive Veiga. (Org.). 500 anos de Educação no Brasil. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000, v. 1, p. 61-78.

AMORIM NETO, Octavio. Presidencialismo e governabilidade nas Américas. Rio de Janeiro: Editora FGV, Konrad Adenauer Stiftung, 2006; Biografia – Miguel Reale Junior. Disponível em: [www.mj.gov.br/services/](http://www.mj.gov.br/services/); AMORIM NETO, Octavio. A reforma do sistema de governo: rumo ao parlamentarismo ou ao semipresidencialismo? In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; RENNÓ, Lucio R. (Orgs.) Reforma política: lições de história recente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 316-344 ; FHC confirma Miguel Reale Jr. Para ministro da Justiça. *Gazeta Mercantil*. Brasília, 02/04/2002; OYAMA, Thaís. Entrevista com Miguel Reale Junior. Veja, 19 de abril de 2006; [http://www.presidencia.gov.br/info\\_historicas/galeria\\_pres/galfhc/index\\_html\\_interna/](http://www.presidencia.gov.br/info_historicas/galeria_pres/galfhc/index_html_interna/)

ANDRADE, Oswald. Manifesto da poesia Pau-Brasil, in: *Do Pau-Brasil à antropofagia e às utopias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. Manifesto da poesia pau-brasil, in: *Do Pau-Brasil à antropofagia e às utopias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 3-10

\_\_\_\_\_. Manifesto antropófago, in: Do Pau-Brasil à antropofagia e às utopias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 11-20

\_\_\_\_\_. Meu testamento. In: Do pau-Brasil à antropofagia e às utopias. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978, p. 21-30.

\_\_\_\_\_. A crise da filosofia messiânica. In: Do pau-Brasil à antropofagia e às utopias. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978, p. 31-76.

\_\_\_\_\_. A arcádia e a inconfidência. In: Do pau-Brasil à antropofagia e às utopias. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978, p. 77-138.

\_\_\_\_\_. Um aspecto antropofágico da cultura brasileira: o homem cordial. In: Do pau-Brasil à antropofagia e às utopias. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978, p. 139-144.

\_\_\_\_\_. A marcha das utopias. In: Do pau-Brasil à antropofagia e às utopias. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978, p. 145- 200.

\_\_\_\_\_. Variações sobre o Matriarcado. In: Do pau-Brasil à antropofagia e às utopias. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978, p. 201-209.

\_\_\_\_\_. A marcha das utopias. In: \_\_\_\_\_. Do pau-Brasil à antropofagia e às utopias. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978, p. 145-228

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofando: Introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 1993.

ARISTÓTELES, Metafísica in Aristóteles, Os Pensadores, SP-SP, Abril Cultural, 1979.

AUGUSTO, José. Clóvis Beviláqua e a Faculdade de Direito do Recife. Aula inaugural do curso Clóvis Beviláqua em 11 de agosto de 1959 no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

AZEVEDO, F. F. S. Dicionário analógico da Língua Portuguesa. Brasília, DF: Thesaurus Editora/Coordenada Editora, 1983.

AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BARROSO, David . O Culturalismo Brasileiro. AUFKLÄRUNG: REVISTA DE FILOSOFIA , v. 3, p. 177-198, 2016.

BELIERI, Cleder Mariano; SFORNI, Marta Sueli de Faria . A presença da filosofia no currículo escolar do ensino médio. In: XII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013, Maringá. XII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013. v. 1. p. 1-20.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. A Cultura Brasileira. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-farol-paulistano>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BORHEIM, Gerd. A. Filosofia e Poesia. Revista Matraca. Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, p. 61-69, nov. 1986.

BRASIL. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-11-08-1827.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-11-08-1827.html) Criação dos cursos jurídicos 1827. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.html). A primeira constituição brasileira 1824. Acesso em: 15 jun. 2017.

BRASIL. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/imperio>. Historia do Brasil Império. Acesso em: 28 jul. 2017.

BRITO, R. M. . O neokantismo no brasil. 142. Ed. Manaus: Editora Da Universidade Do Amazonas - Edua, v. 1000, 1997.

BRUNO, Ernani Silva. História e tradições da cidade de São Paulo. Prefácio de Gilberto Freyre. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1991. 1V.

BURNETT, Henry . 10 (Anti-) Teses sobre a filosofia brasileira. 2018; Tema: Filosofia brasileiro. (Fórum) ANPOF. Apresentação: 5 de Abril de 2018.

CASTILHO, Ricardo. Filosofia Geral e Jurídica. 5. Edição. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

CARDOSO, J. L., Monteiro, N. G., Serrão, J. (Eds.). (2010). Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

CARVALHO, Alexandre Filordi de . Foucault e a crítica à institucionalização da educação: implicações para as artes de governo. Pro-Posições (Unicamp) , v. 25, p. 103-120, 2014.

CARVALHO, Alexandre Filordi de . O ensino de Filosofia e discernimento no mundo contemporâneo: questões atuais. EDUCAÇÃO (SANTA MARIA. ONLINE) , v. 40, p. 88-100, 2015.

CARVALHO, J. M. de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, capítulo 6, 1990.

CASTRO, Manuel Antônio de. Arte: o humano e o destino. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011.

CERQUEIRA, Luis Alberto. A ideia de filosofia no brasil. Editora Almedina. Revista Filosófica de Coimbra, v. 20, n. 39, p. 163-192, 2011.

CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 1994.

COSTA, João Cruz. Alguns aspectos da filosofia no Brasil. São Paulo: Ed. da Faculdade de Filosofia, 1938.

COSTA, João Cruz. A filosofia no Brasil; ensaios. Porto Alegre: Globo, 1945. 177 p. (Coleção tucano, 15).



COSTA, João Cruz. O pensamento brasileiro. São Paulo: J. Magalhães, 1946.

COSTA, João Cruz. O desenvolvimento da filosofia no Brasil no século XIX e a evolução histórica nacional. São Paulo: Faculdade de Filosofia, 1954. (Tese de concurso à cátedra de história da filosofia).

COSTA, João Cruz. Contribuição à história das idéias no Brasil; o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórico nacional. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. 484 p. (Coleção documentos brasileiros, 86).

COSTA, João Cruz. Panorama da história da filosofia no Brasil. São Paulo: Cultrix, 1960. 132 p. (Coleção letras brasileiras).

CUNHA, L. A. R. A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA, Paulo Ferreira. “Filosofia e constituição. Simbolismo das Origens. A Lição de Brotero”. In Selected Works of Paulo Ferreira da Cunha, Porto alegre, p. 1, jan. 1945. Ed. 2011. Disponível em: <<http://works.bepress.com/pfc/>>. Acesso em: 11 out. 2017.

D’AVILA. Luiz Felipe. Dona Veridiana: a trajetória de uma dinastia paulista. São Paulo. Ed. A Girafa, 2004.

DAL RI, Luciene. A construção da cidadania no Brasil: entre Império e primeira República. Espaço Jurídico, v. 11, p. 7-36, 2010.

DEIRÓ, Pedro Eunápio da Silva. Fragmentos da história da Assembléia Constituinte do Brasil. Brasília: Senado federal, Conselho Editorial, 2006.

DURKHEIM, Émile. A divisão do Trabalho Social, 1893. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. 3. edição. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FARIA, Luciano Mendes Filho, LOPES, Eliane Marta Teixeira & VEIGA, Cyntia Greive (Org). 500 anos de educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FDUSP. Revista da Faculdade de Direito / Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo (USP). -- Imprensa: São Paulo, USP, 1893.

FDUSP. Revista da faculdade de direito de São Paulo, ano de 1928 v. XXIV (SIBI), São Paulo TYP. SIQUEIRA — Rua Libero Badaró, 14-C, 1928.

FDUSP. Revista da faculdade de direito de São Paulo/UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO, v. LXIX — FASC. II 1974.

FDUSP. Revista da faculdade de direito de São Paulo/UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO, v. 108, p. 93 - 115 jan./dez. 2013.

FERNANDES, Florestan. Mudanças Sociais no Brasil. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1960.

FERREIRA, Pinto. A Faculdade de Direito e a Escola do Recife. Brasília. A. 14, n.55, jun./set., 1977. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181024/000359523.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 02 mai. 2014.

BRAGA, Ana Carolina ; MAZZEU, F. J. C. . O analfabetismo no Brasil: lições da história. POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL (ONLINE) , 2017.

FOUCAULT, Michel A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed., São Paulo: Edições Loyola, 2007.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 24. ed. São Paulo: Edições Graal, 1979. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/baixar-livro-microfisica-do-poder-michel-foucault-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>>.

FOUCAULT, Michel. Sujeito e o Poder. Em Dreyfus H. Rabinow, P. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil, 32. ed., São Paulo: Editora Nacional, 2005.

GELAMO, R. P. . O ensino da filosofia no Brasil: um breve olhar sobre algumas das principais tendências no debate entre os anos de 1934 a 2008. Educação e Filosofia (UFU. Impresso) , v. 24, p. 331-350, 2010.

GELAMO, Rodrigo Pelloso . A questão da experiência no ensino da filosofia: um problema contemporâneo. Educação em Revista (UFMG. Impresso) , v. 26, p. 382-400, 2010.

GOMES, Ana Paula Maria Araújo; SA., J. I. C. A. E. . A Escola do Recife e a sua contribuição científica. História do Direito II. 1. ed., Conpedi, 2014, p. 90-105.

GOMES, R. Crítica da Razão Tupiniquim. 11. ed. São Paulo: FDT, 1977. [Coleção prazer em conhecer].

GONÇALVES, R. J. M.. Miguel Reale E O Instituto Brasileiro De Filosofia: Fundamentação Ideológica Da Ditadura De 1964. XIV Encontro Estadual de História 18-21 de jul. 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/FranciJC.html>>. Acesso em 7 ago. 2017.

Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento\\_do\\_Brazil\\_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf)>. Acesso em 7 ago. 2017.

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. São Paulo: Abril Cultural, 2001. (Versão para pdf em eBooksBrasil.org).

LACERDA, G. B. A “Teoria do Brasil” dos Positivistas Ortodoxos Brasileiros: composição étnica e independência nacional. Anais do IX Encontro da ABCP. Brasília: Comissão Organizadora, 2014. v.1 p. 271 – 298.

LIMA FILHO, Acacio Vaz de. O Positivismo e a República. Revista da Faculdade de Direito (USP) , v. 99, p.02 - 33, 2004.

LINS, Álvaro. Os Mortos de Sobrecasaca: obras, autores e problemas de literatura brasileira. Ensaio e estudos, 1940-1960. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

LOUREIRO, Maria Dulcinea da Silva . Universidades do nordeste e institucionalização da Filosofia. In: CAVALCANTE,M. Juraci Maia; QUEIROZ, Zuleide F.; ARAÚJO, J. E. Costa; HOLANDA, Patricia .H.C. (Org.). História da educação comparada: discursos, ritos e símbolos da educação popular, cívica e religiosa. 1ªed.Fortaleza: Edições UFC, 2011, v. , p. 207-226.

MACHADO, Ana Paula Souza Rodrigues. Engenhos e Famílias da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga e Iguaçu, Rio de Janeiro, Século XVIII. Acervo - Revista do Arquivo Nacional, n. 1, v. 30, 2017.

MAIA, m. S. F. . História das ideias jurídicas no Brasil: vertentes do culturalismo no ambiente de produção científica da universidade federal de Pernambuco. In: Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann, Gustavo Silveira Siqueira. (Org.). História do direito. 1. ed. Florianópolis: FUNJAB, 2012, v. 1, p. 232-246.

MARGUTTI PINTO, Paulo. História da filosofia do Brasil. O período Colonial (1500 – hoje). São Paulo: Loyola, 2013.

MARTINS, Evandro Silva ; A etimologia de alguns vocábulos referentes à educação. Olhares & Trilhas (UFU) , Uberlândia, v. 1, p. 31-36, 2005.

MAZAI, N; RIBAS, MAC. Trajetória do Ensino da Filosofia no Brasil. Disciplinarum Scientia. Série: Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 2, n.1, p.1-13, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. A Cultura Brasileira e a Universidade. Separata de Documenta n.º 21 — Volume II Dezembro, 1963. Rio de Janeiro.

MORAES FILHO, Evaristo de. Decimalia – O ensino da filosofia no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Biblioteca Nacional, 1959.

NOTO, CAROLINA DE SOUZA. Vontade e verdade em Foucault. *Philosophos* (UFG) (Cessou em 2000. Cont. ISSN 1982-2928, Revista *Philosophos*), v. 15, p. 11-28, 2010.

ORLANDO, Arthur. Ensaio de Crítica. Introdução de Antonio Paim. Editora da universidade de São Paulo Editorial Grijalbo Ltda. SÃO PAULO. 1975.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Mensurando Alteridades, Estabelecendo Direitos: Práticas e Saberes Governamentais na Criação de Fronteiras Étnicas In *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Scielo.  
São Paulo: A Girafa, 2004.

PAIM, Antônio. [1967] História das idéias filosóficas no Brasil. 1a. edição. São Paulo: Grijalbo/Edusp, (Prêmio Instituto Nacional do Livro de Estudos Brasileiros - 1968). 5a. edição, Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 1997.

\_\_\_\_\_. A filosofia da Escola do Recife. 2ª. ed. São Paulo: Convívio, 1981.

\_\_\_\_\_. História das idéias filosóficas no Brasil. 3ª edição revista e ampliada. São Paulo: Convívio; Brasília: Instituto Nacional do Livro / Fundação Pró-Memória. 1984.

\_\_\_\_\_. PAIM, Antônio. A escola do Recife. Estudo complementares às ideias filosóficas no Brasil. UEL. v. 5. 3 ed. São Paulo, 1997,.

PAIVA, José Maria de; PUENTES, Roberto Valdés. A proposta jesuítica de Educação – uma leitura das Constituições. Comunicações, São Paulo, nov. 2000.

PAUSINI, Adel. Política e Linhagem: os casamentos da Casa de Bragança (1826-1913). 2017. Tese de Doutorado em História - Universidade de Lisboa, Portugal, 2017.

PEREIRA, Nilo. O Recife e a Faculdade de Direito. In. Um Tempo do Recife. Recife: Edição Arquivo Público Estadual, Secretaria de Justiça, 1978.

PINHO, R. M. R. . Miguel Reale e 64. In: XVIII Encontro Regional de História Anpuh. São Paulo, 2006, Assis. O Historiador e seu Tempo (XVIII Encontro Regional de História).

PINHO, Rodrigo Maiolini Rebello. Miguel Reale: política e história (1931-1969). 2008. 136 f. Dissertação de Mestrado em História - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRATA DE CARVALHO, ANGELO GAMBA; BENEVIDES, J. Z. . Os 'Imperativos da Revolução de Março' e a fundamentação da ditadura. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, 2017.

RAGO, Maria Aparecida de Paula; VIEIRA, Rosa Maria. 'A ESCOLA DO RECIFE'. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. (Verbete para o Dicionário Histórico Biográfico do CPDOC – FGV).

REALE, Miguel. Avelar Brotero. Sobre a ideologia sob as Arcadas. Revista da faculdade de direito da Universidade de São Paulo. v. 50, p.131 – 169, 1955.

RIBEIRO, CARLOS EDUARDO . Nietzsche, a genealogia, a história: Foucault, a genealogia, os corpos. CADERNOS NIETZSCHE , v. 39, p. 125-160, 2018.

RIBEIRO, CARLOS EDUARDO . Foucault-arqueólogo, um experimentalista do saber. ETD. Educação Temática Digital , v. 12, p. 01-24, 2010.

ROMERO, Sílvio. Obra Filosófica - Corrigida e editada por Luís Washington Vita, J. Olímpio, 1969, contendo as seguintes obras: Filosofia no Brasil /Filósofos Brasileiros /Doutrina Contra Doutrina/Ensaio de Filosofia do Direito, 1969;

ROMERO, Sílvio. A Filosofia no Brasil - Ensaio Crítico. Porto Alegre Tipografia da Deutsche Zeitung. 1878.

SALDANHA, Nelson. O pensamento jurídico brasileiro contemporâneo. In: Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno, n. 23. Milano: Giuffrè, 1994.

SALLES, R. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. Almanack , v. 1, p. 5-45, 2012.

SÃO BENTO. Segunda Revista Brasileira de Direito Constitucional, RBDC, n. 19, jan./jun. Disponível em: <<http://faculdadedsaobento.com.br/114/16/detalhes-do-curso/filosofia/>>. Acesso em: 12 ago. 2017 .

SCHWARCZ, L. K. M. . Espetáculo das raças. 6a. edição. 6a.. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SILVA, Bruna Guimarães; A Construção da Cidadania e o Direito no Brasil do oitocentos. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História, 2011.

SIMÕES NETO, Francisco Teotonio. Os bacharéis na política: a política dos bacharéis. Tese de Doutorado em Ciências Sociais – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983. Acesso em: 10 jun. 2017.

SOARES, Josemar. Filosofia do Direito. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2010.

SOUZA, André Peixoto de. Pensamento jurídico brasileiro, ensino do direito e a constituição do sujeito político no império (1822-1891). 2011. 376 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251008>>. Acesso em: 20 setembro. 2018.

TOLEDO, Roberto Pompeu. A capital da solidão - Uma história de São Paulo das origens a 1900. Rio de Janeiro, 2003. Objetiva.

TOSCANO, Stéfano G. R. ; TOSCANO, Stéfano . Relações de Força: análise dos desdobramentos de sentido nas perspectivas de Nietzsche e Foucault. *Ágora Filosófica*, v.1, p. 03-150, 2017.

UNIFAI. Disponível em:  
 <<http://www3.unifai.edu.br/pesquisa/publica%C3%A7%C3%B5es/artigos-cient%C3%Adficos/professores/licenciaturas/unifai-uma-boa-op%C3%A7%C3%A3o-de-ensino>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

VAMPRÉ, S. 1924. Memórias para história da Academia de São Paulo. 2. ed. Instituto Nacional do Livro, 1977.

VIOTTI, Dario Abranches. O conselheiro José Maria de Avelar Brotero. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 69, n. 2, p. 255-272, jan. 1974.

VITA, Luís Washington. Panorama da filosofia no Brasil. Porto Alegre, Globo, 1969.

VITA, Luís Washington. A filosofia no Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1950. 127 p. (Coleção natureza e espírito, 4).

VITA, Luís Washington. A filosofia contemporânea em São Paulo. São Paulo: Grijalbo, 1969.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado . Poder Político e Educação de Elite. SAO PAULO: CORTEZ EDITORA: AUTORES ASSOCIADOS, 1980. 144p .



